



ISSN 0101-5680

RELATÓRIO 2007

Fortaleza
2008

DIRIGENTES

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL-MI

Ministro

Geddel Quadros Vieira Lima

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS-DNOCS

Diretor-Geral-DG

Elias Fernandes Neto

Chefe de Gabinete

Francisco Dagmar Fernandes

Assessoria

Luiz Carlos da Silva

José Aécio Guedes

Robeísia Herbênia Miranda de Holanda

Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE

José Alberto de Almeida

Diretoria Administrativa-DA

Albert Brasil Gradvol

Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI

Cristina Gaião Peleteiro

Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP

José Felipe Américo Cordeiro

Escritório de Brasília-GAB/EB

Alceu Fernando Azevedo

Helena da Silva Guimarães

Procuradoria Geral-PG

Roberto Carlos Fernandes de Oliveira



ISSN 0101-5680

RELATÓRIO 2007

FORTALEZA
2008

Compilador
Yoshio Namekata

Revisão Gramatical e Normalização
Lúcia Maria Piancó Chaves (CGE/MD)
Margarida Lídia de Abreu Vieira (CGE/BI)
Andrea Rodrigues Lima (estagiária)

Referência

Biblioteca Central
Av. Duque de Caxias, 1700, 1º andar.
60.035-111 Fortaleza-CE
Fone: (85) 3288-51-11
Fax: (85) 3391-52-32
<http://www.dnoes.gov.br>
E-mail: biblioteca@dnoes.gov.br

D 419 r DNOCS

Relatório 2007/Departamento Nacional de Obras
Contra as Secas-DNOCS. - Fortaleza, 2008.
.....p. el. color.

ISSN 0101-5680

1. DNOCS-Relatório 2007. I. Título

CDU 354.315.3(047.3) “2007”

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	5
1	INTRODUÇÃO	6
2	ATIVIDADES-FIM	9
2.1	Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP	9
2.1.1	Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.....	9
2.1.2	Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA.....	22
2.2	Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI	40
2.2.1	Coordenação de Obras-COB.....	40
3	ATIVIDADES-MEIO	58
3.1	Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE	58
3.1.1	Coordenação de Gestão Estratégica-CGE.....	61
3.1.2	Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.....	66
3.2	Diretoria Administrativa-DA	106
3.2.1	Coordenação de Recursos Humanos-CRH.....	109
3.2.2	Coordenação de Recursos Logísticos-CRL.....	114
3.3	Procuradoria Federal-PF	115
3.3.1	Coordenação de Análise Jurídica-CAJ.....	115

APRESENTAÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS coloca à disposição da sociedade o Relatório 2007, um trabalho integrado das unidades central e regionais, no compromisso de disponibilizar informações resumidas das principais atividades desenvolvidas sob sua responsabilidade no semi-árido do Nordeste.

Os relatórios anuais, sistematicamente publicados desde 1909, contêm informações sobre a implantação e a administração da infra-estrutura hídrica, servindo de referencial para a constante necessidade de revisão e identificação de novas prioridades de investimentos públicos, complementadas com outras ações voltadas para o desenvolvimento sustentado da população. Este documento tem foco nas informações atualizadas sobre os resultados das realizações. Para isso, foram relacionados os principais indicadores gerenciais necessários para a compreensão da complexidade das atribuições e contribuir na agilização das ações.

As ações do governo federal concentram-se no desenvolvimento de diversos programas, de forma articulada, envolvendo ministérios e secretarias para que resultem em maior eficiência e eficácia do ponto de vista da organização social, da convergência produtiva das forças sociais, econômicas, políticas e culturais na busca da inclusão social, do crescimento ambientalmente sustentável, da promoção da cidadania e, em conseqüência, do fortalecimento da democracia. A transparência da gestão fiscal tornou-se uma obrigação para os órgãos públicos e uma referência para os estudiosos e representantes do Nordeste na Câmara e no Senado, na solução da questão aflitiva da constante escassez de água para a necessidade plena e sustentável das atividades humanas no semi-árido. O DNOCS passa a assumir uma grande responsabilidade na execução das atividades previstas no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, instituído pelo decreto nº6.025 de 22 de janeiro de 2007, que prevê investimentos públicos da ordem de R\$ 434,8 bilhões no Plano Plurianual 2008-2011, na implantação de obras de infra-estrutura econômica e social nos setores estratégicos de transporte, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação.

Considerando que a organização das informações gerenciais permite cumprir com competência a missão de desenvolver recursos hídricos e propiciar o seu gerenciamento para a utilização múltipla da água, viabilizando a convivência humana com a adversidade climática de ocorrência de secas cíclicas e plurianuais no Nordeste. Além da demanda interna por informações, há também um grande interesse público sobre os investimentos realizados em infra-estrutura e conhecimentos acumulados nas ações públicas e privadas de convivência da população no semi-árido, divulgados através do relatório sobre: açudagem; adução, tratamento e distribuição de água para abastecimento humano; perfuração de poços profundos; implantação de infra-estrutura de irrigação; agricultura irrigada; piscicultura e pesca em águas interiores; produção de microalgas como alimento alternativo, produção de biodiesel de mamona e preservação do meio ambiente.

Yoshio Namekata
Compilador

1 - INTRODUÇÃO

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, órgão prestes a completar um século de existência, vem, com o apoio do , trabalhando para retomar as bases da sua criação, ampliar o seu leque de atuação no semi-árido e estabelecer novos paradigmas que tenham por objetivo a superação das desigualdades regionais e da exclusão social. É importante registrar que, na condição de primeira agência governamental de caráter regional, acumulou muitos conhecimentos inerentes à sua atribuição de prestar socorro às vítimas das secas, fazendo de tudo no semi-árido nordestino, estradas, hospitais, escolas, linhas de transmissão de energia elétrica, com ênfase na montagem da infraestrutura hídrica regional. Com o passar dos tempos, veio a concentrar suas ações nas áreas de recursos hídricos, piscicultura, irrigação e meio ambiente.

As ações desenvolvidas nos últimos anos obedecem às diretrizes do Ministério da Integração Nacional - MI, seguindo a orientação estratégica do governo federal, ou seja, de promover a inclusão social das camadas mais humildes da população do semi-árido, conforme expresso no PPA 2004/2007 e traduzido em programas, dos quais muitos formulados e executados pelo MI. Nesse contexto, o principal objetivo DNOCS é buscar, a implantação de obras infra-estruturais de forma articulada, inclusive através do Programa de Aceleração de Crescimento - PAC e do Projeto de Integração do rio São Francisco, aproveitando as potencialidades endógenas com sustentabilidade ambiental, sem descuidar do desenvolvimento local com inclusão social, como se registra em relação ao programa Conviver, que ultrapassa os velhos conceitos que deram corpo às políticas regionais do passado, para adotar uma abordagem em múltiplas escalas e, sobretudo, multi-setorial, a exploração das potencialidades no campo da geração de fontes alternativas de energia, a inserção dos diversos segmentos ligados a processos produtivos do Programa de Economia Solidária, etc.

Entende-se que, na condição de agente do Ministério da Integração Nacional, o DNOCS se coloca como um dos responsáveis pela gerência da execução de programas e projetos para o semi-árido considerados as diretrizes emanadas da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Tem-se clareza que, para o desenvolvimento do semi-árido, tanto a água é um bem estratégico quanto à integração de bacias uma ação imperiosa e urgente, bem como as ações fundadas nas potencialidades de cada lugar, são igualmente importantes e necessárias, desde que planejadas de forma integrada e participativa, compondo, assim, o conjunto das ações governamentais para a região. Da mesma forma, é bastante claro a necessidade urgente de recuperação e revitalização dos órgãos públicos regionais, mediante o redirecionamento adequado dos programas fundamentais na estratégia proposta. Há que se registrar que a proposta também se norteia na visão do governo federal de proporcionar um amplo leque de instrumentos de apoio que eleve a capacidade de auto-sustentação do homem em seu meio ambiente, em ação pública integrada, envolvendo programas e projetos de diversos ministérios, estabelecendo parcerias com os governos estaduais, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Agência Nacional de Águas - ANA, universidades e iniciativa privada através das Parcerias Pública Privadas - PPP.

Com base nesses pressupostos, a atual administração se propõe a trabalhar na intensificação das ações de fortalecimento da infra-estrutura básica em recursos hídricos, através da construção de novas barragens para fins de acumulação e regularização de cursos de água, na integração das bacias hidrográficas, na implantação de adutoras, objetivando a universalização do acesso à água, considerados os seus múltiplos usos, sem perder de vista os

aspectos de natureza ambiental, no monitoramento dos reservatórios e organização dos usuários na gestão do seu uso. Paralelamente, tendo-se como base a infra-estrutura física e produtiva implantada e o seu patrimônio técnico e tecnológico representado pelo conhecimento acumulado e atuando sob a égide da transversalidade e buscando o estabelecimento de PPP, procura-se a consolidação de ações conjuntas que promovam a geração de emprego e renda e a inclusão social.

Há ainda, a necessidade de reestruturação do DNOCS para atender às atuais e às novas demandas sócio-ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental, de tornar-se um executor e implementador de políticas estruturantes dentro do semi-árido, sintonizado com as Secretarias de Políticas e Desenvolvimento Regional e de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, além de poder ultrapassar a fase de colaborador para tornar-se o braço executor do Programa de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente, entendendo que os objetivos do PAN-Brasil, correspondem, historicamente, ao trabalho desenvolvido sob a responsabilidade do Departamento, e que, no contexto de agravamento dos problemas climáticos, visam atender às recomendações das convenções internacionais sobre o tema.

Para que isso possa ocorrer é fundamental que lhe sejam dadas as condições de ampliação da sua capacidade técnica, organizacional e financeira, para cumprir a missão de ser um dos agentes que contribuirão na superação das desigualdades regionais, na busca permanente do pleno desenvolvimento da região, considerada a sua experiência acumulada, seu acervo, o conhecimento da problemática do semi-árido, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém. Condições que lhe permitam se adequar ao tamanho e a complexidade da sua nova missão. Para isso deve-se dar curso a um robusto programa de modernização institucional que permita, além da promoção de ações de treinamento, capacitação, desenvolvimento de novas tecnologias, preservação e difusão do patrimônio cultural regional, dotar a instituição de ferramentas de gestão moderna que lhe dê mais agilidade. Essa proposta encontra guarida nas ações governamentais concertadas no estabelecimento de novos paradigmas como a integração, a transversalidade e o estabelecimento de parcerias na busca da consolidação de ações conjuntas envolvendo o , governos estaduais, prefeituras municipais, universidades e a iniciativa privada.

Com base na sua missão institucional e para estruturar-se para os desafios atuais, o DNOCS tem como diretrizes gerais: a) Promover estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologia no campo de sua atuação apropriada à condição ambiental do semi-árido nordestino; b) Qualificar-se como centro de excelência no desenvolvimento, preservação e aproveitamento dos recursos hídricos do semi-árido nordestino de forma sustentável; c) Constituir-se, junto à sociedade e ao Estado, tanto em interlocutor como em agente executivo na implementação de políticas públicas que digam respeito ao desenvolvimento sustentável; d) Tornar-se um centro de referência de informações sócio-ambientais relativas aos fenômenos climáticos e aos processos econômicos, tecnológicos e culturais relacionados com as ações de convivência com as secas; e) Definir-se como parceiro da sociedade e de suas representações, ampliando a sua sustentabilidade política; e f) Dar foco ao resultado de suas ações com vistas à construção de uma imagem positiva da instituição.

Em ação conjunta com os demais órgãos do governo federal, o DNOCS contribui efetivamente na gestão da política regional, mais especificamente, pelo desenvolvimento da política de produção e do uso de recursos hídricos no semi-árido nordestino. Dentre outras atribuições, o Departamento participa no desenvolvimento de programas nacionais: a)

Agricultura Familiar-PRONAF na capacitação de irrigantes; b) Desenvolvimento da Agricultura Irrigada na implantação, manutenção e recuperação de infra-estrutura de irrigação; c) Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade no desenvolvimento de banco genético de espécies de peixes dos rios do Nordeste; d) Zoneamento Ecológico-Econômico; e) Proágua Infra-Estrutura na implantação, recuperação e manutenção de infra-estrutura hídrica de açudes e adutoras; f) Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial na capacitação dos recursos humanos para a agricultura irrigada, qualificação e requalificação de servidores públicos, realização de estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica; g) Transferência de gestão dos perímetros públicos irrigados para os próprios irrigantes e titulação dos lotes pelo programa de emancipação; h) Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-Conviver na implantação e recuperação de poços, cisternas, dessalinizadores e pesquisa de produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido; i) Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura, envolvendo: o funcionamento das estações e centros de pesquisas em aqüicultura; produção e distribuição de alevinos e de larvas de camarão; pesquisas tecnológicas de reprodução de espécies econômicas, introdução de novas espécies, melhoramento genético e implantação e manutenção de unidades demonstrativas de criação e processamento de pescado; j) Administração do sistema hídrico, no monitoramento dos recursos hídricos e do meio ambiente, derivação de água dos açudes e organização dos usuários de água; k) Brasil Patrimônio Cultural através da implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-árido e l) Programa do Biodiesel.

Participa, também, de ações efetivas de apoio à implantação de obras de infra-estrutura e com ênfase na elaboração de projetos voltados para o desenvolvimento local com inclusão social, como é o caso do projeto de integração do rio São Francisco, através do aproveitamento das potencialidades endógenas com sustentabilidade ambiental. Nesse mesmo projeto, também as ações de cadastro para fins de desapropriação e indenização das propriedades está sendo desenvolvida com recursos destacados ao DNOCS pelo MI.

O maior apoio para o desenvolvimento das atividades vem das instâncias superiores da administração pública, do Ministério de Integração Nacional e da orientação política dada pelo Congresso Nacional, responsáveis pela aprovação de programas e projetos de investimentos de recursos financeiros do governo federal no Nordeste, sendo que foi atribuído ao Departamento um importante conjunto de obras estruturantes dentro do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Assim, cada vez mais, se confirma a necessidade da reestruturação do DNOCS que, organizado técnica, organizacional e financeiramente, para cumprir a missão de ser um dos agentes que contribuirão na superação das desigualdades regionais e o pleno desenvolvimento da região, principalmente considerada a sua experiência acumulada, o seu acervo, o conhecimento da problemática do semi-árido, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém.

Conforme já anteriormente mencionado, na condição de agente do Ministério da Integração Nacional, o DNOCS se coloca como um dos responsáveis pelas ações focadas em Programas de Desenvolvimento Local e Regional, na execução dos projetos para o semi-árido. A implementação dessas ações necessita de um forte apoio político e financeiro, iniciando-se pela ampliação de sua capacidade de acompanhar e fiscalizar projetos, o que necessariamente tem que estar refletido em aspectos fundamentais ligados a recursos humanos e logísticos.

2 – ATIVIDADES-FIM

2.1 - Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP

2.1.1 - Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA

Desenvolvimento da piscicultura e pesca.

A Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA, o Centro de Pesquisa em Carcinicultura-CPC e o Centro de Pesquisa em Aquicultura Rodolpho von Ihering-CPAq, são responsáveis pelas atividades de produção de alevinos através das estações de piscicultura, destinados a peixamentos de águas públicas e piscicultores, pelo melhoramento genético de peixes e camarões, desenvolvimento de tecnologia de processamento de pescado e capacitação de recursos humanos em piscicultura dentre outras.

Implantado em 1985, no município de Pentecoste, a 90 km de Fortaleza-CE, o CPAq é atualmente um centro referência em pesquisas sobre piscicultura e processamento de pescado do Brasil. Com uma área útil de 15 hectares o Centro é o principal pólo gerador e irradiador de tecnologia e veio se somar a outras unidades de piscicultura implantadas em vários estados do Nordeste. Em sua estrutura está disponível tanques de criação, laboratório, banco genético de espécies regionais e aclimatados e alojamentos para pesquisadores. Possui ambiente necessário para promover cursos e treinamentos para coordenar, orientar e executar pesquisas aquícolas, pesca continental e processamento de pescado, aproveitando o manancial de água do açude Pereira de Miranda (Pentecoste com 395 milhões de m³), para a prática de piscicultura extensiva e intensiva (tanques-rede). Importantes estudos efetuados sobre a tilápia tailandesa e o pirarucu. O Centro enfrenta algumas dificuldades, principalmente a falta de pessoal qualificado e recursos de custeio e de investimento em equipamentos e infra-estrutura para promover uma atividade sustentada. O Diretor-Geral vem articulando reuniões com técnicos e parlamentares para a sensibilização da classe política, como estratégia para viabilizar o plano de revitalização das pesquisas tecnológicas e de produção de alevinos.

Produção e distribuição de alevinos

As estações de piscicultura e o CPAq têm capacidade de produção de 107 milhões de alevinos por ano. As estações em atividade estão localizadas 4 no Ceará; 1 no Rio Grande do Norte; 1 na Bahia; 1 em Pernambuco; 1 no Piauí e 1 na Paraíba; e 1 no Centro de Pesquisas de Pentecoste-CE. Os alevinos são destinados para o peixamento de rios, lagos e açudes públicos e particulares e vendas para piscicultores do semi-árido.

A Coordenadoria Estadual da Bahia-CEST/BA, em parceria com prefeituras municipais executa a primeira etapa do programa de peixamento de açudes públicos com os alevinos produzidos na estação de piscicultura Oceano Atlântico Linhares de Itiúba. A unidade tem capacidade para produção de dez milhões de alevinos/ano, levando benefício a todos os municípios baianos. O programa promoveu o peixamento de 20 açudes baianos, em 2007, com um total de 1,76 milhão de alevinos e juvenis de carpas e tilápias (Nilo, Congo e tailandesa). O peixamento de açudes, criatórios e barragens comunitárias, tem a finalidade de assegurar o estoque pesqueiro, a produção e a renda para pequenos pescadores. Para uma produtividade média de um quilograma de peixe para cada alevino distribuído, comercializado a R\$3,00/kg, deve gerar uma receita em torno de R\$4,5 milhões.

Tabela 1 - Produção de alevinos por estação de piscicultura.

(milhões de alevinos/ano)

Estação de piscicultura	Município/Estado	Capacidade	Produção
Adhemar Braga	Piripiri/PI	12	10,00
Osmar Fontenele	Jaibaras/Sobral/CE	10	6,22
Centro de Pesquisas em Aquicultura	Pentecoste/CE	10	2,84
Valdemar Carneiro de França	Maranguape/CE	5	1,59
Rui Simões de Menezes (Castanhão)	Alto Santo/CE	25	3,50
Pedro de Azevedo	Icó/CE	10	9,68
Estevão de Oliveira	Caicó/RN	10	10,23
Joaquim Firmino Filho	Marizópolis/PB	5	-
Bastos Tigre	Ibimirim/PE	10	1,85
Oceano Atlântico Linhares	Itiúba/BA	10	2,96
Total		107	48,87

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.**Tabela 2 – Número de peixamentos públicos e particulares realizados.**

Estação de piscicultura	Pública	Particular	Total
Adhemar Braga	526	107	633
Osmar Fontenele	40	234	274
Centro de Pesquisas em Aquicultura	61	121	182
Valdemar Carneiro de França	35	29	64
Rui Simões de Menezes (Castanhão)	34	-	34
Pedro de Azevedo	123	293	416
Estevão de Oliveira	313	669	982
Joaquim Firmino Filho	-	-	-
Bastos Tigre	5	8	13
Oceano Atlântico Linhares	195	35	230
Total	1.332	1.496	2.828

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Projetos e implantações de estações de piscicultura.

No decorrer do ano foram concluídas as estações de piscicultura de Graxo Cardoso-SE e Jaramataia-AL, estando as duas prontas para o início dos trabalhos. Resta a conclusão das estações de piscicultura de Marizópolis-PB e Rio de Contas-BA, ambos necessitando de recursos financeiros para o término das obras. Está em fase de recuperação a unidade de produção de alevinos do açude Várzea do Boi, em Tauá-CE, recentemente repassada do governo do estado para o DNOCS. O Projeto da estação de piscicultura de Salinas-PI está pronto, esperando a liberação de recursos para o início de suas atividades.

Reativação do posto de piscicultura de Várzea do Boi-CE.

Desativado há 13 anos, o posto de piscicultura de Várzea do Boi, no município de Tauá-CE, foi reativado em novembro e reiniciou suas atividades com três tanques de 800 m² com capacidade para produção de cinco milhões de alevinos/ano, destinados ao peixamento de açudes públicos e particulares das regiões dos Inhamuns e Cariri. Inicialmente o posto

produzirá alevinos de tilápia, que apresenta vantagens de reprodução, crescimento e ganho rápido de peso, alta rusticidade e boa aceitação dos consumidores. O custo do trabalho de reativação do posto foi de cerca de R\$5.000,00, refletindo a filosofia adotada pela atual gestão, em retomar empreendimentos de pequenos investimentos e alto retorno social. A unidade produtiva estava abandonada e com pequeno investimento tornou-se um centro produtivo que possibilita a inclusão de muitas famílias carentes no processo de produção e comercialização do pescado. Iniciativas complementares de fechamento da cadeia produtiva está sendo implementada, pela implantação de unidades demonstrativas de criação de peixes em tanques-rede e a venda direta dos criadores através do Mercado do Produtor, no bairro Pici, em Fortaleza-CE.

Estação de Piscicultura Graccho Cardoso-SE

A nova estação de piscicultura construída pelo DNOCS em Graccho Cardoso-SE entrou em operação em fevereiro de 2007. A estação ocupa um hectare, dispõe de 30 tanques de 300 m² cada, 3 tanques de manuseio de peixe, um laboratório de reprodução e uma residência para técnico, cuja despesa de implantação foi da ordem de R\$1,2 milhão. A estação tem capacidade de produzir cinco milhões de alevinos/ano, notadamente da tilápia, que se destina ao repovoamento das coleções de água do semi-árido sergipano. A estação tem característica moderna e de alta produtividade, modelo semelhante ao usado na Tailândia. A água utilizada pela estação é captada através de uma adutora de 700 metros, do açude Três Barras.

Centro Tecnológico em Aqüicultura-CTA-RN

Em uma ação conjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, Empresa de Pesquisa Agropecuária-EMPARN e DNOCS, foi implantado e inaugurado o Centro Tecnológico em Aqüicultura-CTA, em Extremoz-RN, na região metropolitana de Natal. O Centro foi equipado com material didático para dotar a aqüicultura nacional de uma base de conhecimento científico e tecnológico adequado ao seu desenvolvimento continuado. Salas para realização de cursos de qualificação profissional em técnicas de produção, processamento e comercialização de pescado, ações de incentivo ao cultivo econômico, ambientalmente corretos de diversos organismos aquáticos, particularmente da carcinicultura, com vistas à promoção do crescimento sustentado e inclusão social.

Estação de piscicultura de São Gonçalo-PB.

Com o repasse de recursos da ordem de R\$ 95 mil, as obras de construção da estação de piscicultura de São Gonçalo em Sousa-PB estão com 98% dos serviços concluídos, faltando apenas os equipamentos para a sua inauguração em 2008.

Situação atual das estações de piscicultura e dos centros de pesquisas.

Os maiores problemas das estações de piscicultura e dos centros de pesquisas dizem respeito ao limitado quadro de pessoal, cada vez mais reduzido, em função de aposentadorias e, também, de óbitos precoces. Havendo, por conseguinte, necessidade de recorrer aos serviços terceirizados para operação e vigilância. Há uma carência crônica de recursos financeiros para as despesas de custeio, ausência de linhas telefônicas em algumas estações, falta de veículos para transporte de técnicos para inspeção de projetos conveniados e visitas para elaboração de projetos de piscicultura e computadores entre outras, o que compromete

seriamente o funcionamento das estações e dos centros de pesquisas.. As soluções recomendadas passam pela negociação de mais recursos orçamentários para a manutenção das estações e a realização do concurso público para o preenchimento das lacunas do quadro funcional, melhorias salariais dos servidores.

Produção de pescado

A estatística de produção de pescado nos açudes controlados pelo DNOCS está estimada em torno de 18,2 mil toneladas, cujas informações são amostras coletadas nos principais pontos de desembarque e expandidas com base nas informações de séries históricas de 8 anos e no número de pescadores cadastrados no programa de defeso. As espécies de peixes mais capturadas foram a tilápia, com uma produção de 5,3 mil tons., seguidos por pescada do Piauí com 2,19 mil tons., tucunaré com 1,94 mil ton., curimatã comum com 1,84 mil ton. e traíra com 1,45 mil ton. Importante pescado para pescadores de subsistência é o camarão canela de água doce cuja produção foi de 3,88 mil toneladas.

Tabela 3 – Produção de pescado nos açudes controlados pelo DNOCS.

Coordenadorias estaduais	Piauí	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Bahia	Total
Açudes amostrais	4	48	5	3	6	66
Total de açudes	24	62	36	40	17	179
Produção (toneladas)	1.815,9	8.023,4	5.077,8	1.545,0	1.733,4	18.195,5

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.

Tabela 4 – Produção de pescado, por espécie, nos açudes controlados pelo DNOCS.

Espécies	(em quilogramas)					
	Piauí	Ceará	R. G. Norte	Paraíba	Bahia	Total (kg)
Acarí	37.910	-	-	-	7.365	45.275
Apaiarí	-	81.720	10.298	87.575	38.729	218.322
Beiru	1.337	89.127	-	-	-	90.464
Carpa	-	34	-	-	3.928	3.962
Curimatã comum	93.039	1.100.687	315.234	237.234	97.332	1.843.526
Curimatã pacu	-	10.125	-	-	746	10.871
Pescada cacunda	102.479	46.802	-	-	0	149.281
Pescada do Piauí	403.802	1.257.585	277.693	66.268	187.437	2.192.785
Piau comum	5.571	216.482	18.152	5.718	-	245.923
Piau verdadeiro	-	2.483	-	-	-	2.483
Pirambeba	1.528	296.392	-	-	-	297.920
Piranha	1.681	14.677	-	-	-	16.358
Sardinha	-	188.285	-	-	-	188.285
Tambaqui	498	6.611	-	-	-	7.109
Tilápia	767.513	2.311.593	922.171	408.681	888.795	5.298.753
Traíra	177.006	644.619	283.198	216.998	135.845	1.457.666
Tucunaré	187.666	976.268	298.196	431.410	49.137	1.942.677
Outras	3.339	219.664	79.041	-	-	302.044
Camarão	32.533	560.289	2.873.785	91.118	324.048	3.881.773
TOTAL	1.815.90	8.023.443	5.077.768	1.545.002	1.733.362	18.195.47

Fonte: Coordenação de Pesca e Aquicultura-CPA.



Foto 1 - Laboratório de genética. Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering-CPAq.



Foto 2 - APAS para reprodução de tilápia tailandesa. CPAq.



Foto 3 - Tanques-rede na península de Curupati. Açude do Castanhão, Jaguaribara-CE.



Foto 4 – Tanques de matrizes de tilápias. CPAq.

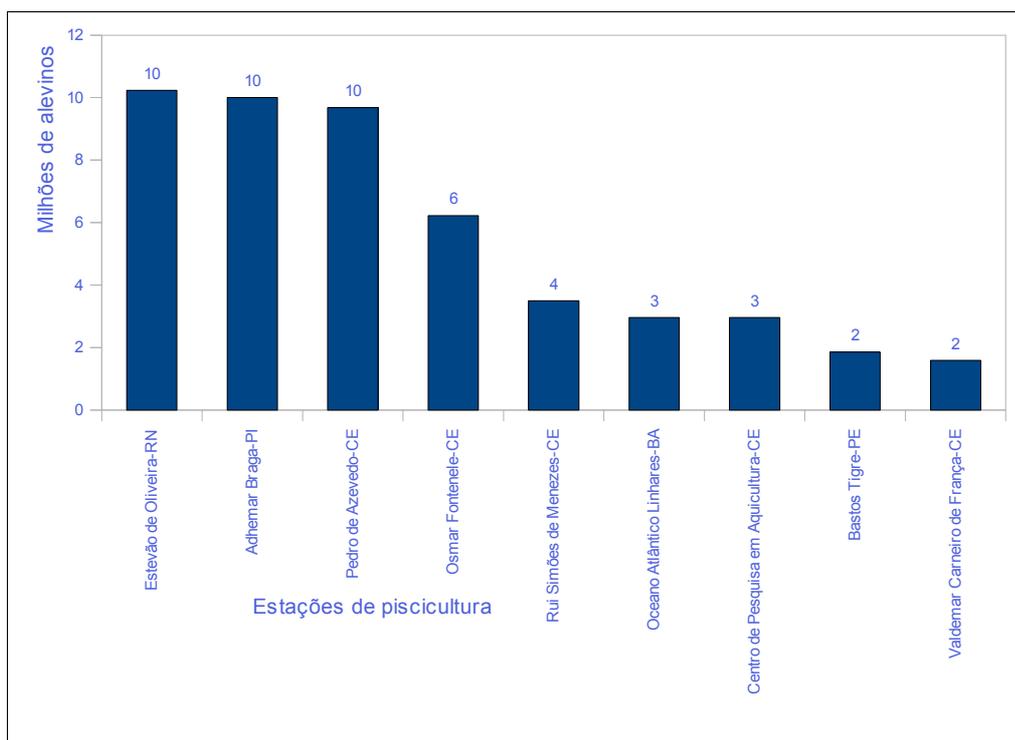


Gráfico 1 – Produção de alevinos pelas estações de piscicultura. (em milhões de alevinos).

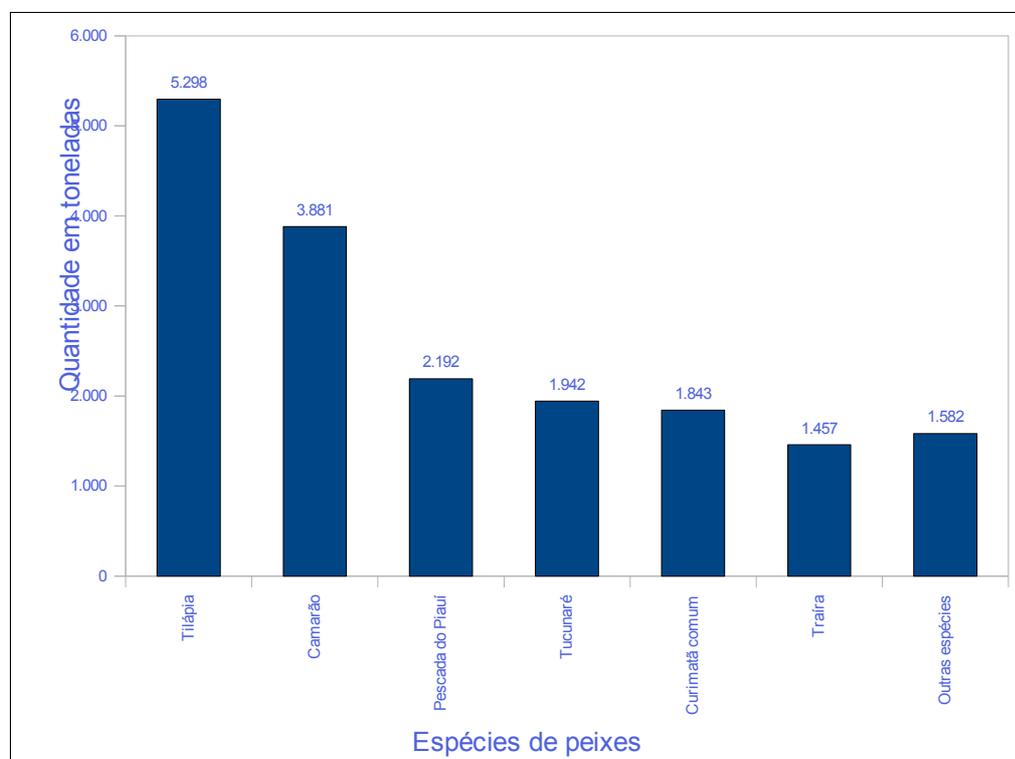


Gráfico 2 – Produção de pescado por espécies nos açudes monitorados. (Quantidade em toneladas)

A piscicultura em águas interiores vem tomando novos rumos com a outorga do uso de água e cessão de licença para desenvolvimento de piscicultura em açudes públicos. O grande passo para a viabilização econômica e comercial da piscicultura em água doce foi, sem dúvida, a introdução da tilápia tailandesa pelo seu rápido crescimento, maior tamanho e qualidade da carne que atraiu a preferência do consumidor. Um fato ainda mais alvissareiro para o futuro da piscicultura é a grande demanda internacional pelo filé da tilápia tailandesa. Mas a reduzida oferta e o elevado preço da ração, atualmente em uso implica em alto custo de produção, havendo a necessidade de se pesquisar novas alternativas de componentes que resultem em menor despesa no arraçoamento, definição de escala econômica de produção, desenvolvimento de novos equipamentos de processamento e organização mercantil dos piscicultores para ganhar maior profissionalismo e competitividade nos mercados nacional e internacional.

Segundo dados da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca-Seap, ligada à Presidência da República-PR, um plano de desenvolvimento da aquicultura brasileira para o período de 2008-2011 está em fase de elaboração para incentivar a produção de pescados e frutos de mar. Apesar de ser uma área de conhecimento relativamente novo, a piscicultura no Brasil poderá tomar fôlego se forem ampliados os recursos públicos destinados para pesquisas científicas e tecnológicas e na formação de recursos humanos para melhorar o aproveitamento da grande extensão do mar territorial, rios e lagos interiores. Para o desenvolvimento de um programa nacional de piscicultura, providências são exigidas no sentido de readequar e melhorar a atual legislação sobre o uso racional dos espaços ocupados com águas marítimas e continentais, que facilitem a expansão da aquicultura, sem prejudicar o sistema aquaviário e o meio ambiente.

Castanhão

O açude Castanhão com cerca de sete mil hectares de espelho d'água, deverá permitir licenciamento para cerca de mil famílias para criação de subsistência e para as empresas de produção comercial de peixe. Com a cessão da área estima-se que o açude seja capaz de produzir 40 mil toneladas de peixe em tanques-rede por ano, o que iria duplicar a oferta de pescado no Ceará. A outorga de uso de água do açude foi concedida pela Agência Nacional das Águas-ANA, a autorização de trânsito dos barcos no açude emitida pela Marinha, e a licença ambiental, concedida pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Ceará-Semace. Só falta finalizar e publicar a licença da cessão do uso da área do açude, que é do governo federal, através de uma resolução da PR. O que for área de interesse social, será uma cessão não onerosa para oferecer uma oportunidade de renda para as famílias cujos critérios para conseguir a cessão da área, são residir na região e possuir uma renda familiar reduzida. O cadastro das famílias será feito no escritório regional da Seap, em Fortaleza-CE. No caso das empresas, não haverá obrigatoriedade de possuir registro na região, as empresas que desejam explorar as águas do Castanhão terão de concorrer em licitação. A proposta é de emissão de títulos de cessão para produção por 20 anos.

Associação dos Aquicultores de Orós

O DNOCS conta com a parceria de outros órgãos públicos e privados em ações de exploração racional de seus açudes. Formada por grupos produtivos de pescado, a associação de aquicultores contou com o apoio do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Programas Regionais-SPR, que investiu na compra de equipamentos e na capacitação técnica. O projeto de piscicultura no açude Orós, iniciou as atividades em 2005,

com 120 famílias residentes no município de Orós-CE, que receberam capacitação para produção de peixes em 20 tanques-rede.

A SPR que é um órgão responsável pela formulação e implementação da política de desenvolvimento nacional integrada, implantou dois programas em Orós: o Programa de Organização Produtiva de Comunidades-Produzir, com investimentos em cursos de qualificação profissional e na organização produtiva, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Ceará-SENAR/CE; e o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-Conviver, que contribuiu para a compra inicial de 200 tanques-redes, alevinos e ração. O Produzir organiza as comunidades, estimula a sua capacidade empreendedora, promove o maior aproveitamento das potencialidades do território, contribui para o aumento da renda e melhora as condições de vida das populações beneficiárias, em consonância com a estratégia das políticas de desenvolvimento regional do governo federal.

A associação dos piscicultores vem dando ênfase ao trabalho cooperado, à organização dos grupos em segmentos específicos de produção, processamento e comercialização de pescado e derivados. Em menos de três anos, os piscicultores ampliaram para 1.200 tanques e produção mensal de 30 toneladas de peixes. Também existem grupos que preparam filé de peixe e outros produtos que são destinados para merenda escolar do município, em parceria com a Conab. Outro grupo organizado pelo programa Produzir faz o curtimento das peles, que servem, juntamente com escamas e espinhas, para a produção do artesanato. As vísceras dos peixes são destinados para fabricação de sabão e biodiesel, evitando problemas ambientais. Esse projeto tem como parceiro o Instituto Centro de Ensino Tecnológico-Centec. Ainda está em fase de estudos a possibilidade de uso do óleo das vísceras para fabricação de ração para cães e gatos.

Licença de criação de peixe no açude Cocorobó

Em um esforço conjunto do DNOCS, Seap, Centro de Recursos Ambientais-CRA e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado da Bahia, concedeu em janeiro, a primeira licença ambiental para um projeto de cultivo de peixes em tanques-rede no açude Cocorobó, em Canudos-BA. O empreendimento contará com 3.000 tanques-rede, para produção anual de 3.000 toneladas de tilápia tailandesa, beneficiando 180 famílias com uma produção mensal de dois salários mínimos. O projeto está sendo desenvolvido pela Canudos Aquicultura, formada pelo consórcio Branspeixe e associação dos criadores de peixe de Canudos. A importância do projeto será a geração de emprego e renda, o que atrairá investidores e viabilizará a implantação de fábricas de tanques-rede e apetrechos, unidades de beneficiamento, fábricas de gelo e indústria de couro entre outros atrativos. O licenciamento foi concedido para a primeira fase foi para instalação de 1.000 tanques-rede, contemplando 60 famílias e servirá para monitoramento do impacto ambiental. A implantação dos 2.000 tanques restantes está prevista para o primeiro semestre de 2008, caso os resultados das análises da fase inicial seja satisfatória.

Projeto de aquicultura em tanques-rede no açude Jacurici

O projeto de aquicultura em tanque-rede no açude Jacurici, em Itiúba e Cansação-BA, é desenvolvido por três associações e beneficia 88 famílias de pescadores, com 430 tanques-rede. O projeto conta com o apoio do DNOCS e de parceiros como: SEBRAE, Banco do Brasil, EBDA, prefeituras de Itiúba e Cansação e a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Itiúba-ACIAI, que formam o grupo gestor de aquicultura do açude Jacurici.

Capacitação no CPAq.

O Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering-CPAq, em Pentecoste-CE, um dos mais importantes centros aqüícolas de águas continentais do Brasil, promove cursos de capacitação em aqüicultura continental em assuntos referentes a: limnologia aplicada à piscicultura; transporte de peixes; nutrição de peixes e camarão; sexagem e reversão da tilápia do Nilo; construção de viveiros e demandas de água em sistema de criação de peixes; doenças em piscicultura, manejo e tratamento; sistema de cultivo de camarão de água doce; reprodução de peixes e criação de alevinos; sistema de cultivo de peixe; tecnologia de pescado e manha de campo para visita a tanques rede. O curso torna o interessado apto ao cultivo e produção de peixe e camarão, através dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos. Em 2007, foram promovidos três cursos para, aproximadamente, 155 pessoas. Dez estagiários da Universidade do Vale do Acaraú-UVA permaneceram num período de 15 dias, para adquirir conhecimentos teóricos e práticos sobre os trabalhos em aqüicultura, realizados, noções de limnologia, hipofisação, tecnologia de processamento do pescado e reprodução de tilápias.

A equipe do Centro participou efetivamente no encontro de especialistas promovido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO/ONU, em agosto, em Fortaleza-CE. O encontro objetivou coletar informações para definir critérios necessários para certificação da criação de peixes e camarão no mundo. Os trabalhos dos grupos de discussão serão analisados e reunidos ao material do encontro de Tailândia e a outro de um terceiro encontro, ainda em lugar a ser definido. A proposta é de unificar os critérios de produção, definir responsabilidades na certificação para assegurar a oferta de produtos de qualidade, respeito ao meio-ambiente e segurança para o consumidor.

O CPAq recebe, permanentemente, técnicos e estagiários de vários pontos do país e do exterior, que procuram este núcleo de tecnologia para aprimorar seus conhecimentos. Há um movimento no sentido de incluir no orçamento do DNOCS, recursos que possibilitem desenvolver as ações de transferência de conhecimentos com sustentabilidade.

Carcinicultura

Ao avaliar as espécies de camarões existentes em açudes públicos administrados pelo DNOCS, verificou-se o fenômeno da degenerescência genética resultante de retrocruzamentos durante décadas e o reduzido tamanho do camarão canela, dificultando a sua comercialização. Para minorar o problema, a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP, em ação conjunta com o Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPC, que conta com estrutura para fechar todo o ciclo biológico do crustáceo, irá desenvolver o projeto de multiplicação, para posterior introdução de camarões com melhores características comerciais procedentes da amazônia e disponibilização para produtores que desejarem fazer o cultivo em cativeiro. O projeto conta com a colaboração da Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA e do Instituto Sócio Ambiental dos Recursos Hídricos-ISARH, de Belém-PA, que se prontificaram em disponibilizar matrizes e reprodutores coletados do ambiente natural. Com essa iniciativa, surgem novas perspectivas para os pescadores extrativistas e criadores desse crustáceo, assim como o DNOCS que poderá ser destaque em pesquisa realizada pela equipe especializada de engenheiros de pesca e médico veterinário do Centro de Pesquisas em Carcinicultura.

O camarão canela, cujo nome científico é *Macrobrachium amazonicum*, possui boa

característica biológica e morfológica para comercialização, apresentando tamanho maior em relação às demais espécies existentes nos mananciais de água do semi-árido. O camarão canela de água doce apresenta comprimento médio de 60 mm, alcançando um máximo de 140 mm no baixo Tocantins. Na represa de Tucuruí no médio Tocantins, o comprimento médio é de 55 mm e o maior indivíduo 80 mm. Na amazônia central no rio Amazonas, ocorrem camarões com 106 mm, enquanto nas várzeas apresentam em média 60 mm, valores estes similares aos observados no Ceará. Em todos os *habitats*, camarões fêmeas são sempre maiores que os machos

Pirarucu

O pirarucu é o maior peixe de água doce do mundo, podendo atingir até três metros de comprimento e 250 kg, apresenta potencial de crescimento de 10 kg em um ano de cultivo. Originário da bacia amazônica possui carne branca, sem espinhos e graças ao seu porte, possibilita versatilidade de cortes com aproveitamento de aproximadamente 70% de filé. A carne do pirarucu, por sua aparência, textura e sabor, é requisitada em restaurantes, bares e comércios de todo o país.

O projeto pirarucu é desenvolvido no Centro de Pesquisas em Aquicultura Rodolpho Von Ihering-CPAq, em Pentecoste-CE que conta, neste experimento, com o apoio da Secretaria Especial de Aquicultura da Presidência da República e da Fundação de Pesquisa da Universidade Federal do Ceará, convênio SEAP/DNOCS/FCPC-UFC, com o aporte de recursos da cooperação técnica do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA desde outubro de 2002. Os consultores do IICA vem desenvolvendo pesquisas sobre engorda e reprodução em cativeiro do pirarucu, pelo projeto de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e do Meio Rural do Nordeste do Brasil.

O primeiro trabalho aplicado foi de engorda dos alevinos, por meio da readaptação do hábito alimentar do pirarucu nascido em viveiro, transferido para incubadora e treinado a comer ração industrial. Com o objetivo de definir o método ideal de criação de pirarucu, os alevinos são inicialmente alimentados com zooplâncton, e aos poucos são substituídas para ração. Em dois meses os peixes estão treinados para comer ração industrial, à base de soja, milho e farinha de peixes.

Os primeiros trabalhos foram de engorda dos alevinos adquiridos de uma empresa do Centro-oeste brasileiro com peso médio de 150 gramas, que em um ano conseguiu-se chegar a 10 quilos. Após um ano, observou-se que a taxa mais eficiente para se chegar ao melhor tamanho comercial do peixe é de dois quilos de ração para o quilo do animal. Definindo um custo de produção em torno de R\$5,00/kg vivo de peixe, sendo de R\$2,00/kg as despesas com ração e R\$3,00/kg as demais despesas.

O IICA, também destina recursos para o desenvolvimento de pesquisas sobre reprodução no CPAq. Os experimentos atuais direcionam-se para a identificação precoce do sexo do pirarucu, já que o peixe não apresenta diferenças físicas que identifiquem o sexo do animal. Foram, inicialmente realizados exames de ultrassonografia, endoscopia e testes de DNA, mas este método, por ser muito caro ficou inviável. No momento, as pesquisas são por exame de dosagem de hormônio para a identificação do sexo, permitindo a formação de plantéis de peixes selecionados para reprodução, programação do acasalamento e melhor qualidade dos alevinos gerados. Com visão de um negócio próspero e com horizonte promissor, os piscicultores brasileiros já podem comemorar os resultados da identificação

precoce do sexo e da reprodução programada. São 50 casais prontos para reprodução, devendo alcançar o objetivo de produzir de 10 a 20 mil alevinos a partir de 2008.

Os principais objetivos do projeto são para: manter a pureza genética através da utilização do banco genético; selecionar e distribuir matrizes e reprodutores de qualidade para as estações de piscicultura, com repasse da tecnologia de produção de alevinos educados para comer ração; realizar experimentos de engorda em cativeiro (viveiros e tanques-rede); gerar e fornecer tecnologia e informações econômicas para criar emprego, produzir alimento e gerar renda no semi-árido; capacitar de produtores, técnicos e estudantes universitários de engenharia de pesca e de áreas correlatas.

Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido.

A pesquisa de produção e uso de microalgas e farinha de microalga destinadas à alimentação complementar de peixes e camarões está sendo desenvolvida, em trabalho conjunto realizado no laboratório de produção de microalgas do Centro de Pesquisas em Aqüicultura, em Pentecoste e na unidade experimental de produção de microalgas na estação de piscicultura Valdemar Carneiro de França em Amanari, em Maranguape-CE.

Unidade demonstrativa para produção de pescado.

A unidade demonstrativa para produção intensiva de pescado-up, em viveiro e em tanque-rede, visa a transferência de conhecimentos sobre piscicultura e oferecer uma nova alternativa de atividade econômica às comunidades carentes. A implantação da up, envolve a capacitação dos produtores, orientação técnica, investimento e custeio do primeiro ciclo de produção. As principais unidades implantadas foram para: Associação de Pescadores de Amanari, em Maranguape-CE; Assentamento 25 de Maio, em Madalena-CE (MST); Assentamento Chico Mendes, em Icó-CE (MST); Assentamento ACOCI, em Campos Sales-CE (INCRA); up de reuso de água para viveiros, em Caicó-RN; up em viveiros, em Pedro II-PI; up de Paramoti-CE; up de General Sampaio-CE; e up de Uruburetama-CE.

Pesquisas

No Centro de Pesquisas em Aqüicultura-CPAq, em Pentecoste-CE, são realizadas pesquisas de: a) Mapeamento genético com uso de marcadores moleculares, visando um monitoramento mais eficiente das espécies trabalhadas. Os principais beneficiários do projeto são: os piscicultores nordestinos, que contam com espécies geneticamente identificadas, rastreáveis e de ótimo padrão genético; os pescadores dos açudes públicos povoados com alevinos do programa de peixamento; e os produtores de alevinos que adquirem matrizes e reprodutores de alta linhagem no DNOCS; b) Determinação das curvas de crescimento e peso do *Arapaima gigas* (pirarucú). Início: jul-2005. Fim: dez-2007; c) Uso de marcadores moleculares na identificação do sexo de *Arapaima gigas*. Início: jan/2006. Fim: dez-2007; d) Identificação do sexo de *Arapaima gigas* utilizando ultra-sonografia. Início: nov-2006. Fim: dez-2007; e) Aspectos tecnológicos da cadeia produtiva do *Arapaima gigas*. Início: jan-2007. Fim: dez-2008; f) Identificação do sexo de *Arapaima Gigas* utilizando a técnica da endoscopia. Início: fev-2007. Fim: dez-2007; g) Avaliação da viabilidade do sêmen de *Colossoma macropomum* (tambaqui) (CUVIER, 1818) em diluente a base de água de coco em pó (ACP-104) através de análise computadorizado. Início: fev-07. Fim: jan-2008; h) Utilização de pro-bióticos em viveiros de acasalamento de tilápias tailandesas. Início: mai-2007. Fim: dez-2007; i) Desenvolvimento de tecnologias de processamento de pescado

visando agregar valores aos produtos, subprodutos e resíduos do pescado, dando determinação econômica as espécies de baixo valor comercial; j) A fábrica escola do CPAq, em Pentecoste-CE desenvolve tecnologias de produção de sopão, hambúrguer, almôndegas, quibe, caldo concentrado, torta, pastel, usando polpa de peixe e salga de pirarucu, inclusive tecnologia para aproveitamento de sobras das carcaças de peixes após a retirada dos filés; k) Formulação de ensilado químico-biológico à base de óleo de vísceras de tilápia e folhas de aguapé. Início: jul-2007. Fim: dez-2007.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos.

Em trabalho de laboratório em pesquisa de identificação e mapeamento dos genes utiliza a metodologia de *Polymerase Chain Reaction*-PCR (reação em cadeia da polimerase) de seqüenciamento de genes, que é um método de amplificação (de criação de múltiplas cópias) de ácido desoxirribonucleico-DNA e de eletroforese (separação da proteína pelo tamanho, conforme a velocidade de migração em direção ao eletrodo positivo) para separar e identificar as proteínas e as moléculas de DNA e ribonucleico-RNA. Esse procedimento, permite identificar e mapear geneticamente as espécies de peixes nativas e exóticas dos rios, lagos e criatórios do Nordeste.

Apesar das dificuldades resultantes da lentidão da execução orçamentária, o projeto tem obtido bom encaminhamento. Praticamente todo o nitrogênio líquido necessário para o congelamento de semen já foi adquirido, bem como a ração de manutenção de matrizes e reprodutores. Além do mapeamento genético em PCR previsto neste projeto, onde foram realizados os *fingerprints* das três espécies programadas, já foi feito também o seqüenciamento de DNA de pirarucu e tilápia tailandesa. Muito em breve teremos instrumentação suficiente para a identificação do sexo de reprodutores de pirarucu. Até junho já foi realizado o seqüenciamento genético do pirarucu, tilápia tailandesa e camarão pitu, havendo, também, identificados por PCR, cujos gens podem ser rastreadas. Já estão armazenados materiais genéticos de tambaquis, pirapitingas, curimatãs, pescada do Piauí, carpa comum e sardinha, prontos para serem pesquisados (DNA extraído).

O banco genético também se compõe de material vivo, isto é, matrizes e reprodutores das espécies citadas, que são mantidas em viveiros; além disso, utiliza-se o congelamento em nitrogênio líquido do sêmen de tilápia tailandesa. Estas são atividades continuadas, necessitando de um fluxo contínuo de recursos orçamentários para aquisição de rações para manutenção de matrizes e reprodutores e de nitrogênio líquido para sêmen congelado.

2.1.2 Coordenação de de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA

Perímetros irrigados. Novos assentamentos na irrigação e parcerias públicas privadas.

Tendo em vista as dificuldades da iniciativa privada efetivar investimentos em infraestrutura de irrigação no Brasil, o Banco Mundial, em seu relatório, conclui que para elevar os investimentos futuros e necessários para a viabilizar projetos de irrigação, a participação do setor público com uma quota financiadora será fundamental para elevar os investimentos futuros e necessários para viabilizar projetos de irrigação. Para superar as deficiências dos modelos atuais o Banco indica um modelo de irrigação, envolvendo parceria pública-privada, precedida de implantação de obra pública e concessão de serviços públicos de uso comum, combinada com modelo mercantil de produção integrada dentro de um perímetro médio de maturação de 10 a 15 anos.

Nos anos sessenta do século passado os investimento em irrigação pública no Nordeste foi de cunho social e concentrou-se na implantação da infra-estrutura coletiva em terrenos aluviais. Mais tarde, o modelo evoluiu para infra-estrutura parcelar *on farm*, com crescente envolvimento do usuário na implantação e no gerenciamento dos perímetros. Com a experiência acumulada em mais de quarenta anos, os assentamentos mais recentes são privilegiados os solos mais férteis de chapadas e crescente participação de empresa privada, mais capitalizada, que se responsabiliza pela aquisição e implantação de equipamentos parcelares de irrigação e fundação das culturas agrícolas, com recursos próprios e/ou captados em instituições financeiras. Os pequenos agricultores ainda recebem suas áreas com os equipamentos parcelares fornecidos pelo poder público, assumindo os investimentos de fundação das culturas e custeio através de empréstimos bancários. O modelo atual, prevê a subdivisão dos perímetros em 80% para empresários de médio e grande porte e 20% para pequenos irrigantes, e se não tiver pelo menos 70% da área ocupada em produção, não pode iniciar a construção da etapa seguinte.

Pelos resultados sócio-econômicos alcançados pelos sistemas integrados de produção, caracterizadas pela vinculação cada vez máis sólida a diversos mercados agrícolas, o agronegócio é tido como elemento-chave para o desempenho da economia brasileira. A concepção de parceria pública-privada não apenas busca promover, mas também planeja aplicar um modelo de financiamento e gestão considerado pelo Banco Mundial como uma seqüência lógica de evolução da irrigação. Nesse modelo, os serviços de suprimento de água patrocinados pelo governo no seu primórdio, devem tornar-se autônomos, podendo, assim, iniciar uma melhoria de gerenciamento de longo prazo. O objetivo é gerar oportunidades de investimentos em cadeias integradas de agronegócios e excelência na inserção social dos produtores, numa agricultura de alta tecnologia voltada para o mercado e facilitar a consolidação das diversas formas de vinculação com as organizações mercantis como associações de exportadores, agroindústrias e empresas associadas às cadeias de supermercados, entre outras. Há, ainda, a necessidade de ações governamentais complementares de apoio à produção e comercialização agrícola, que elevem a habilidade tecnológica e gerencial dos produtores rurais pela: ampliação dos recursos orçamentários destinados à capacitação dos recursos humanos na gestão da irrigação e empreendedorismo rural; assistência técnica; implantação de sistemas integrados de produção e credenciamento de empresas certificadoras de produtos; aplicação de subsídios pontuais através de créditos especiais de custeio e investimentos e reduções nos impostos sobre insumos e produtos considerados prioritários para os programas especiais de inclusão econômica e social,

segurança alimentar e bioenergética.

Implantação de perímetros de irrigação.

O Programa de Desenvolvimento da Agricultura Irrigada prevê aplicação de recursos da ordem de: R\$147 milhões na implantação da 2ª etapa do projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos da Parnaíba e R\$ 144 milhões na implantação da 2ª etapa do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe, ambos no Piauí e R\$ 102 milhões para a implantação da 2ª etapa do perímetro de irrigação Baixo-Acaraú, R\$ 84 milhões para Tabuleiros de Russas e R\$ 14 milhões para 2ª etapa do Araras-Norte, no Ceará. Os investimentos em irrigação sob a responsabilidade do DNOCS geram uma média de um emprego direto e permanente em atividade hidro-agrícola e mais um emprego indireto não agrícola (comércio, indústria e serviços), com impacto positivo na oferta de produtos agrícolas, geração de renda e crescimento econômico local e regional.

Uma ação importante nesse contexto é a consolidação das primeiras etapas dos perímetros de irrigação Tabuleiros de Russas e Baixo-Acaraú, no Ceará, possibilitando que toda a área com infra-estrutura implantada passe a produzir. Para tanto, o Departamento propôs ao Ministério da Integração Nacional a utilização de parte dos recursos das segundas etapas destinadas aos pequenos irrigantes para aquisição e montagem dos equipamentos parcelares dos lotes agrícolas das primeiras etapas. Essas áreas permaneciam ociosas, em razão da falta de condições econômicas dos seus proprietários, deixando de contribuir para a geração de emprego e renda, não obstante a existência de toda a infra-estrutura hídrica de uso comum. A proposta foi aceita e, dessa forma, mais 6.000 ha pertencentes às primeiras etapas dos dois projetos serão incorporados de imediato ao processo produtivo.

Perímetro de irrigação Baixo Acaraú-CE.

O DNOCS iniciou procedimento para a implantação da 2ª etapa do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, em agosto, havendo solicitado a aprovação do Estudo de Impactos Ambientais-EIA/RIMA pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente-COEMA/SEMACE. Nesta etapa haverá a expansão de 4.168 hectares irrigáveis, com 315 lotes de 8 ha para pequenos produtores, 38 lotes de 16 ha, para técnicos agrícolas e 13 unidades de 80 ha para empresas. Está prevista a instalação de pontos d'água e de energia elétrica em mais 153,20 ha, pertencentes a 43 propriedades, em áreas adjacentes aos lotes do perímetro de irrigação. Serão construídos mais 10 km de canal principal, 4,57 km de canais secundários, sendo que várias outras estruturas e equipamentos foram instaladas na 1ª etapa e atenderá à expansão. O DNOCS irá promover o financiamento de material de irrigação para lotes destinados a pequenos produtores. A implantação será efetivada em convênio, a cargo do Distrito, que será responsável pela incorporação de mais 2.731 hectares incorporados ao processo produtivo, que atualmente é de 2.200ha, devendo chegar a 4.931 ha no final de 2008.

Foi realizada no dia 31 de agosto no Centro Gerencial do perímetro de irrigação Baixo-Acaraú, em Marco-CE, um grande encontro visando discutir e viabilizar o perímetro. A reunião foi aberta com uma explanação sobre as condições atuais do perímetro onde demonstrou que, apesar das dificuldades, o projeto cresceu quase dez por cento desde a primeira reunião de avaliação realizada em 2005, com a presença do ministro da Integração Nacional. Dentre as reivindicações solicitadas ao DNOCS destacam-se: o início do processo de licitação imediata dos lotes retomados e os ainda não licitados; abertura do processo renegociação das dívidas dos produtores com relação a aquisição de lotes; facilitação do

processo de transferência de lotes; efetivação do processo de licitação na celebração do convênio de ATER; apoio à implantação de um parque eólico e apoio para divulgação nacional do perímetro.

Do Banco do Nordeste obteve a facilitação de acesso ao crédito através de uma gerência itinerante dentro do perímetro de irrigação e as normas que deverão ser examinadas para a renegociação das dívidas, caso a caso, dentro da capacidade real do produtor, até que se resolva a aplicação do fundo de aval e a valoração dos lotes do perímetro. A base de cálculo para efeito de garantia de empréstimo bancário passaria de R\$ 1.800,00 por hectare para R\$ 6.600,00, com possibilidades de aumento gradual. A principal reivindicação feita ao governo do estado foi quanto a utilização do fundo de aval para pagar parte das dívidas, notadamente, dos 43 produtores de melão, inadimplentes, que tiveram a comercialização prejudicada por calote de um empresário, ainda na década de 90.

Perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo-MA

O perímetro irrigado Tabuleiros de São Bernardo, localizado nos municípios de Magalhães de Almeida e araioses – MA dispõem de uma área de 25 mil ha, dos quais 11 milha irrigáveis. A implantação foi iniciada em 1987 e possui atualmente 542 hectares irrigados, com 78 famílias assentadas nos setores hidráulicos I e II, e está em fase de conclusão o setor III com 568 ha. Cada agricultor familiar possui 4 ha. O perímetro de irrigação disponibiliza uma área de aproximadamente 900 ha para ocupação e exploração.

O DNOCS celebrou convênio (PGE – 12/2005 de 23-08-2005) com a Associação dos Irrigantes do Perímetro Irrigado Tabuleiros de São Bernardo-ASITAB, visando a transferência de administração, gestão, operação e manutenção da infra-estrutura de uso comum. Está em fase de execução o terceiro termo aditivo de R\$1,97 milhões, havendo recuperado a infra-estrutura de irrigação e a associação dos irrigantes solicitou a liberação dos recursos do décimo termo aditivo, no valor de R\$2,54 milhões para dar continuidade à cobertura das despesas de administração e abertura de processo licitatório para aquisição de sistema de recalque com três bombas verticais para EPB e um motor de 600 cv. tão logo preste a conta de um, será solicitado a liberação do quinto termo aditivo de r\$1,58 milhões.

Perímetro de irrigação São Gonçalo.

A Cest-PB promoveu reunião com irrigantes, vazanteiros, membros da comissão gestora dos açudes e técnicos desta coordenadoria no perímetro irrigado São Gonçalo em Sousa-PB, em agosto, para a definição do plano de operação dos açudes Engenheiro Avidos e São Gonçalo, no uso para irrigação e a tarifa de água para a cobertura das despesas de manutenção da infra-estrutura de uso comum do perímetro. Foram debatidas a forma de alocação e o plano de operação e manutenção e o estabelecimento da tarifa K2 calculada pela Junta de Usuários de Água do Perímetro Irrigado São Gonçalo - JUSG com orientação técnica de técnicos da Cest. Ficou definido na reunião que seriam destinados 28 milhões de m³ para atender as explorações agrícolas, dentro das condições de suporte dos açudes, bem como pela expectativa pretendida pelos irrigantes para 2007. Quanto a tarifa k2 que dá suporte aos serviços de operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum na distribuição da água para irrigação, foi estabelecida em R\$6,6/1000 m³ para valor da variável k2.1 e em R\$ 52,35/ha/ano para o valor fixo k2.2. O perímetro conta com 2.402 ha irrigáveis implantados, 2.267 ha entregues aos usuários e 644 ha da segunda etapa em implantação. Em 2007, foram cultivados 1.134 ha com culturas permanentes, com destaque para 708 ha com

coco e 333 ha com banana. A meta é implantar no perímetro entre culturas permanentes e temporárias mais 1.000 ha, perfazendo um total de 2.134 hectares cultivados.

A Junta de Usuários de Água do Perímetro de Irrigação São Gonçalo-JUSG concluiu a aplicação do 7º e 9º termos aditivos do convênio de transferência de gestão, PGE-15/2003, no valor de R\$305.440,00 na recuperação de 5.250 m do canal principal IM e 22 m do canal IS. Em dezembro foi repassado mais R\$1.300.000,00 para a recuperação do prédios, máquinas e infra-estrutura de irrigação de uso comum. O processo de transferência de gestão vem sendo retardado por fatores como o alto índice de inadimplência dos irrigantes com os pagamentos da tarifa K2, as deficiências nas ações de recuperação, manutenção e operação da infra-estrutura de irrigação e a falta de suporte técnico especializado para que os irrigantes se fortaleçam internalizem e exerçam o papel de gestor do empreendimento que agora tem a conotação de uma parceria pública-privada.

Ocupação e uso dos perímetros

O DNOCS administra 37 perímetros irrigados com uma área desapropriada de 234.945 ha, dos quais, cerca de 123.568 ha são irrigáveis, com 72.021 ha implantados, 62.838 ha entregues a 7.475 irrigantes, subdivididos em 39.700 ha para 6.924 pequenos produtores, 1.321 ha para 81 engenheiros agrônomos, 714 ha para 63 técnicos agrícolas e 20.688 ha para 407 empresas. Pelas informações fornecidas pelas Cest's, cerca de 35.837 ha estão cultivadas, equivalente a 57% da área entregue, um pouco além da metade da área disponibilizada, o que representa uma grave subutilização das áreas irrigadas. A ociosidade de cerca de 43% ou 27.001 ha irrigados e não utilizados pode ser atribuída à ausência de fiscalização e execuções judiciais mais rígidas sobre os desvios nas regras pré-estabelecidas de ocupação e uso dos lotes.

A situação em números dos cinco perímetros mais expressivos, que noconjunto representam 45 % da área disponível de todos os perímetros irrigados, são: Tabuleiros de Russas-CE com 15.507 ha irrigáveis, foram implantados 10.766 ha, entregues 9.670 ha, havendo cultivado 1.708 ha e colhidos 1.239 ha; Platôs de Guadalupe-PI com 14.957 ha irrigáveis, implantados 3.196 ha, entregues 2.876 ha, cultivados 669 ha e colhidos 514 ha; Moxotó-PE com 8.596 ha irrigáveis, implantados 6.491 ha, entregues 6.490 ha, cultivados 1.806,58 ha e colhidos 782,06 ha; Baixo-Açu-CE com 8.335 ha irrigáveis, implantados 8.335 ha, entregues 6.802 ha, cultivados 2.985,44 ha e colhidos 1.864,02 ha; Tabuleiros Litorâneos do Piauí-PI com 8.183 ha irrigáveis, implantados 2.470 ha, entregues 2.470 ha, cultivados 969,20 ha e colhidos 493,00 ha. Acredita-se que as estatísticas fornecidas de produção animal da Cest-PI esteja subestimada, prejudicando avaliação do valor real da produção.

O valor bruto de produção dos perímetros de irrigação alcançaram R\$142,63 milhões em 2007, destacando-se Jaguaribe-Apodi com R\$25,53 milhões, Tabuleiros de Russas-CE com R\$20,03 milhões, Baixo Açu-RN com R\$15,32 milhões e Brumado-BA com R\$10,00 milhões, totalizando no conjunto, 49,69% do valor total. As culturas mais expressivas são a banana com R\$36,83 milhões, melão com R\$13,44 milhões, coco-da-baía com R\$11,64 milhões, arroz com R\$10,97 milhões e melancia com R\$10,84 milhões, totalizando no conjunto 58,69% do valor total de produção.

A agricultura irrigada é uma das mais efetivas ferramentas de combate à pobreza e à má distribuição de renda, gerando empregos para mão-de-obra, tanto qualificada e não qualificada, a custos inferiores àqueles observados em outros setores da economia. A

irrigação também resulta em ganhos na produtividade agrícola, aumento da oferta de alimentos a preços inferiores àqueles produzidos nas áreas de sequeiro. O mais importante é o seu enorme poder multiplicador de geração de emprego e renda nos demais setores da economia, geração de dólares pelas exportações, partindo-se do uso racional dos fatores trabalho, terra, sol e água.

Reunião de avaliação de perímetros irrigados.

O Diretor-Geral realizou uma série de reuniões de avaliação dos perímetros de irrigação, envolvendo técnicos da Diretoria de Produção-DP, coordenadores estaduais, chefes das unidades de campo, gerentes dos perímetros irrigados, técnicos governamentais, empresários, políticos e presidentes dos conselhos dos distritos de irrigação, para conhecer detalhes dos problemas que afetam a funcionalidade normal dos 37 perímetros, buscando propostas para que se tornem mais atuantes e produtivos. Na primeira reunião realizada em julho, foram avaliados os perímetros Araras Norte, Forquilha e Ayres de Sousa, no Ceará e Baixo-Açu, no Rio Grande do Norte.

Foram detectadas inúmeras disfunções, destacando-se entre outras, o problema de ocupação total dos perímetros que vem se constituindo em grave entrave para operacionalização. Os perímetros de irrigação mais antigostinham como característica a função social e não visava a estabilidade econômica, o empreendedorismo e o perfil agrícola dos candidatos, priorizando o assentamento dos moradores das áreas desapropriadas, na maioria iletrados, que continuam praticando agricultura de subsistência e baixo rendimento, exigindo enorme dispêndio de recursos públicos na operação e manutenção dos sistemas de irrigação. A situação de abandono é mais grave nos perímetros de irrigação com dificuldades de suprimento de água por causa de limitada oferta dos açudes, infra-estrutura hídrica sem manutenção, sistema de irrigação com tecnologia obsoleta, desperdício de água, incapacidade gerencial das organizações dos irrigantes, falta de assistência técnica que foi desativada há mais de quinze anos, sem regularização fundiária, resultando em baixa renda familiar, dificuldades de acesso ao crédito rural por causa das inadimplências com a rede bancária e corte de energia por falta de pagamento entre outros problemas. Mesmo sem interesse ou sem capacidade para trabalhar, muitos irrigantes passaram a viver da aposentadoria do governo federal mas continuam ocupando os lotes como fator de segurança pessoal e patrimonial, praticam agricultura de pouca rentabilidade com produções abaixo do recomendável tecnicamente.

O problema fundiário também é tido como obstáculo na maioria dos perímetros, cujo trabalho de regularização fundiária encontra-se em fase bem adiantada. Dentre os encaminhamentos agendados foi a necessidade de transposição de águas do açude Edson Queiroz para sanear o problema de falta de água no perímetro de Forquilha. Encaminhamento de um documento solicitando maior empenho na execução efetiva do convênio pela Secretaria de Recursos Hídricos-CE/DNOCS, na operacionalização do perímetro Ayres de Sousa. Solicitação de novos recursos para a melhoria da infra-estrutura de Araras Norte. O Diretor-Geral pretende avaliar e organizar propostas de revitalização dos perímetros e encaminhá-las para o ministro da Integração Nacional. Seis meses após os encaminhamentos, deverá fazer uma nova rodada de encontros para avaliar a execução das medidas propostas e para reorientar e propor novas ações saneadoras.



Foto 5 – Cultura da melancia. Perímetro irrigado Tabuleiros de Russas-CE.



Foto 6 – Cultura do melão com 49 dias. Perímetro de irrigação do Baixo Acaraú-CE.



Foto 7 – Viveiro de mudas de banana. Perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodi-CE.



Foto 8 – Cultura do abacaxi. Perímetro de irrigação Tabuleiros de Russas-CE.

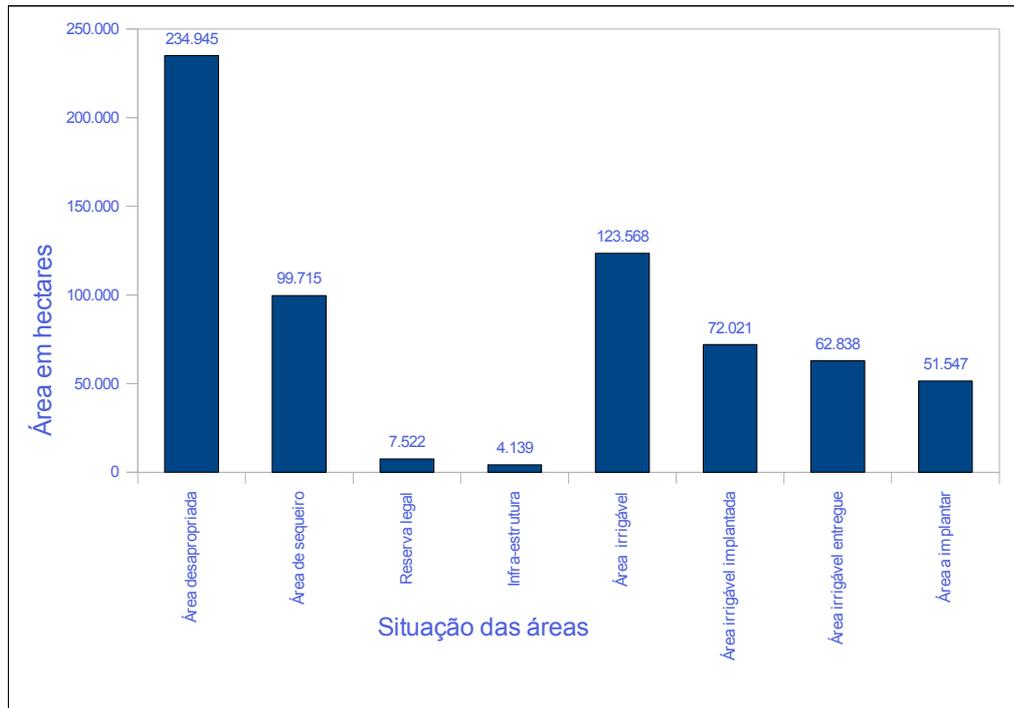


Gráfico 3 – Situação dos perímetros irrigados.
(Área em hectares).

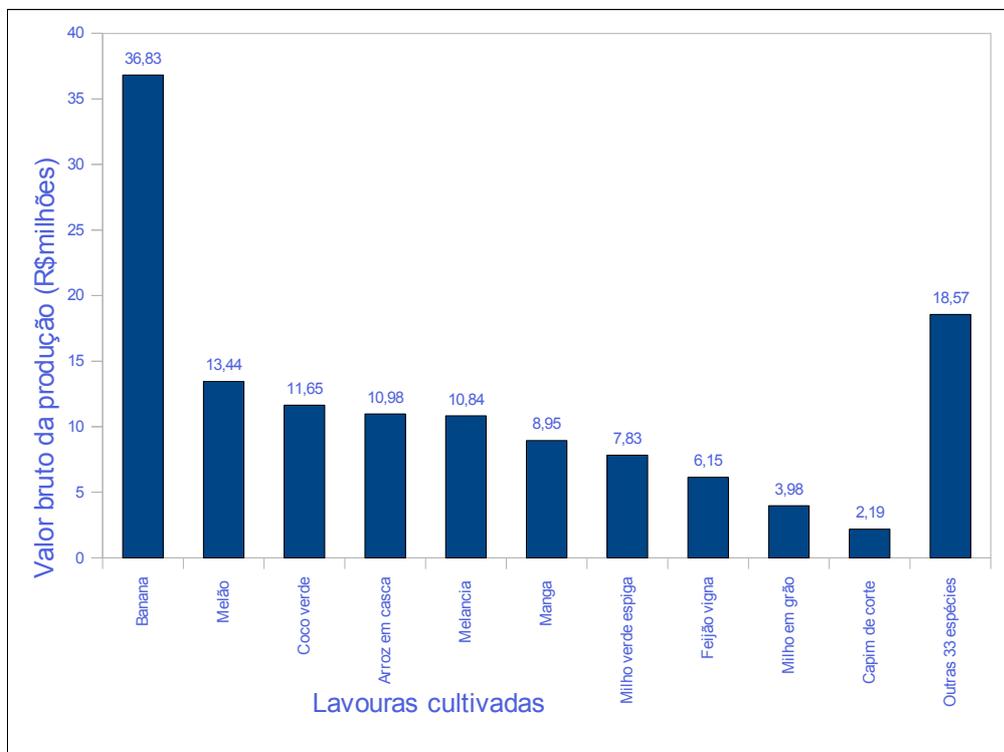


Gráfico 4 – Valor da produção das principais lavouras.
(Valor em R\$ milhões).

Tabela 5 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Área desapropriada (ha)	Área de sequeiro (ha)	Reserva legal (ha)	Infra-estrutura (ha)	Área irrigável (ha)	Área irrigável implantada (ha)	Área irrigável entregue (ha)	Área a implantar (ha)
CEST-PI	68.094	24.107	2.757	1.594	39.636	9.948	9.341	29.688
Caldeirão	1.544	764	-	331	450	398	397	52
Fidalgo	5.444	4.494	-	480	470	311	195	159
Gurguéia	13.534	7.212	-	393	5.929	1.974	1.974	3.955
Lagoas do Piauí	6.689	4.048	-	306	2.335	557	387	1.778
Platôs de Guadalupe	16.879	1.902	-	20	14.957	3.196	2.876	11.761
Tab. de São Bernardo-MA	11.205	5.598	-	15	5.592	542	542	5.050
Tab. Litorâneos do Piauí	10.985	-	2.757	45	8.183	2.470	2.470	5.713
Várzea do Flores-MA	1.813	89	-	4	1.720	500	500	1.220
CEST-CE	113.651	56.002	4.173	513	52.963	39.417	33.110	13.546
Araras Norte	6.407	3.182	-	-	3.225	1.617	1.346	1.609
Ayres de Souza	8.943	7.785	-	-	1.158	615	192	543
Baixo-Acaraú	9.613	-	964	314	8.335	8.335	6.802	-
Curu-Paraipaba	12.347	4.347	-	-	8.000	3.357	3.295	4.643
Curu-Pentecoste	5.016	3.836	-	-	1.180	1.068	873	112
Ema	352	310	-	-	42	42	42	-
Forquilha	3.327	3.066	-	-	261	218	175	43
Icó-Lima Campos	10.583	6.320	-	-	4.263	2.712	2.577	1.551
Jaguaribe-Apodi	13.229	7.836	-	-	5.393	5.393	2.851	-
Jaguaruana	343	141	-	-	202	202	202	-
Morada Nova	11.166	6.692	-	-	4.474	4.474	4.474	-
Quixabinha	530	237	-	-	293	293	293	-
Tabuleiros de Russas	18.915	-	3.209	199	15.507	10.766	9.670	4.741
Várzea do Boi	12.879	12.249	-	-	630	326	319	304
CEST-RN	10.450	2.749	-	338	7.363	6.435	6.307	928
Baixo-Açu	6.000	-	-	-	6.000	5.168	5.168	832
Cruzeta	589	311	-	82	196	138	138	58
Itans	286	140	-	39	107	107	89	-
Pau dos Ferros	2.399	1.608	-	134	657	619	528	38
Sabugi	1.176	690	-	83	403	403	384	-
CEST-PB	7.307	2.606	249	854	3.598	2.954	2.955	644
Eng ^a -Arcoverde	921	351	175	116	279	279	279	-
São Gonçalo	5.549	1.931	-	571	3.046	2.402	2.402	644
Sumé	837	324	74	167	274	274	274	-
CEST-PE	14.364	4.975	-	157	9.233	7.128	7.127	2.105
Boa Vista	249	86	-	33	131	131	131	-
Cachoeira II	378	151	-	18	210	210	210	-
Custódia	1.341	1.020	-	25	296	296	296	-
Moxotó	12.396	3.718	-	82	8.596	6.491	6.490	2.105
CEST-BA	21.079	9.278	342	683	10.776	6.139	4.000	4.637
Brumado	8.302	2.212	-	290	5.800	4.300	2.672	1.500
Jacurici	1.100	355	145	123	478	352	201	126
Vaza Barris	11.677	6.711	198	270	4.498	1.487	1.128	3.011
Total	234.945	99.715	7.522	4.139	123.568	72.021	62.838	51.547

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 6 - Potencialidade e uso do solo dos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Usuários e áreas entregues (ha)										
	Centro	Pequeno produtor		Engenheiro agrônomo		Técnico agrícola		Empresa		Total	
	Técnico área (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)	Beneficiário nº	Área entregue (ha)
CEST-PI	77	903	5.102	7	121	6	73	22	3.968	938	9.341
Caldeirão	9	89	388	-	-	-	-	-	-	89	397
Fidalgo	8	97	187	-	-	-	-	-	-	97	195
Gurguéia	20	225	1.740	2	40	2	24	1	150	230	1.974
Lagoas do Piauí	40	177	347	-	-	-	-	-	-	177	387
Platôs de Guadalupe	-	124	949	-	-	-	-	9	1.927	133	2.876
Tab. de São Bernardo-MA	-	78	542	-	-	-	-	-	-	78	542
Tab. Litorâneos do Piauí	-	67	489	2	51	3	39	12	1.891	84	2.470
Várzea do Flores-MA	-	46	460	3	30	1	10	-	-	50	500
CEST-CE	69	3.938	21.699	49	792	16	231	259	10.319	4.262	33.110
Araras Norte	-	89	623	9	84	3	33	2	606	103	1.346
Ayres de Souza	-	45	192	-	-	-	-	-	-	45	192
Baixo-Acaraú	-	428	3.474	22	420	-	-	51	2.907	501	6.802
Curu-Paraipaba	16	676	2.433	6	22	2	7	109	817	792	3.295
Curu-Pentecoste	-	176	845	1	28	-	-	-	-	177	873
Ema	-	18	42	-	-	-	-	-	-	18	42
Forquilha	-	71	175	-	-	-	-	-	-	71	175
Icó-Lima Campos	36	466	2.541	-	-	-	-	-	-	466	2.577
Jaguaribe-Apodí	-	231	1.831	-	-	-	-	20	1.019	251	2.851
Jaguaruana	-	40	202	-	-	-	-	-	-	40	202
Morada Nova	-	968	4.427	3	47	-	-	-	-	969	4.474
Quixabinha	-	94	293	-	-	-	-	-	-	94	293
Tabuleiros de Russas	17	522	4.302	8	192	11	191	77	4.969	618	9.670
Várzea do Boi	-	117	319	-	-	-	-	-	-	117	319
CEST-RN	27	338	2.464	8	131	8	82	25	3.604	376	6.307
Baixo-Açu	-	65	1.352	8	131	8	82	25	3.604	203	5.168
Cruzeta	27	23	111	-	-	-	-	-	-	23	138
Itans	-	11	89	-	-	-	-	-	-	11	89
Pau dos Ferros	-	75	528	-	-	-	-	-	-	75	528
Sabugi	-	64	384	-	-	-	-	-	-	64	384
CEST-PB	135	554	2.489	8	160	19	170	-	-	581	2.954
Eng ^a Arcoverde	-	55	279	-	-	-	-	-	-	55	279
São Gonçalo	135	452	1.937	8	160	19	170	-	-	479	2.402
Sumé	-	47	274	-	-	-	-	-	-	47	274
CEST-PE	70	684	5.161	-	-	-	-	31	1.896	715	7.127
Boa Vista	-	27	131	-	-	-	-	-	-	27	131
Cachoeira II	-	37	210	-	-	-	-	-	-	37	210
Custódia	-	55	296	-	-	-	-	-	-	55	296
Moxotó	70	565	4.524	-	-	-	-	31	1.896	596	6.490
CEST-BA	37	507	2.786	9	118	17	158	70	901	603	4.000
Brumado	28	299	1.523	9	118	12	101	70	901	390	2.672
Jacurici	-	36	201	-	-	-	-	-	-	36	201
Vaza Barris	9	172	1.062	-	-	5	57	-	-	177	1.128
Total	415	6.924	39.700	81	1.321	63	714	407	20.688	7.475	62.838

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 7 - Área, produção e valor da produção de lavouras e animais por perímetro irrigado.

Perímetros irrigados	Lavouras						Animal Valor (R\$)	Total Valor (R\$)
	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida					
			unid. (*)	(kg)	Valor (R\$)	(R\$/ha)		
CEST-PI	3.804,25	2.266,20	5.120.588	15.924.696	7.353.930,88	3.245,05	-	7.353.930,88
Tab. de São Bernardo-MA	200,00	150,00	-	356.000	85.200,00	568,00	-	85.200,00
Várzea do Flores-MA	100,00	-	-	-	-	-	-	-
Caldeirão-PI	183,60	181,20	568.188	1.204.554	418.087,50	2.307,33	-	418.087,50
Fidalgo-PI	121,50	53,50	-	360.638	119.429,34	2.232,32	-	119.429,34
Gurguéia-PI	960,25	274,00	6.400	1.834.024	388.754,08	1.418,81	-	388.754,08
Lagoas do Piauí-PI	600,00	600,00	-	454.500	330.300,00	550,50	-	330.000,00
Platôs de Guadalupe-PI	669,70	514,50	1.624.000	5.664.250	2.212.110,00	4.299,53	-	2.212.110,00
Tab. Lit. do Piauí-PI	969,20	493,00	2.922.000	6.050.730	3.800.049,96	7.708,01	-	3.800.049,96
CEST-CE	21.404,10	16.553,26	91.434.880	143.177.370	76.671.489,86	4.631,81	7.576.388,11	84.247.877,97
Araras Norte	841,28	460,37	3.045.150	3.518.280	2.599.862,30	5.647,33	-	2.599.862,30
Ayres de Souza	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Acaraú	2.985,44	1.864,02	3.774.980	20.218.580	7.328.462,53	3.931,54	-	7.328.462,53
Curu-Paraipaba	3.106,01	2.852,89	30.160.830	20.387.400	7.776.463,45	2.725,82	1.618.803,20	9.395.266,65
Curu-Pentecoste	666,73	557,4	5.208.490	5.420.440	1.512.833,80	2.714,09	698.892,50	2.211.726,30
Ema	80,00	68,00	-	376.880	22.492,40	330,77	88.930,97	111.423,37
Forquilha	121,65	44,00	-	15.500	11.240,00	255,45	29.646,40	40.886,40
Icó-Lima Campos	1.223,15	1.078,93	159.960	13.784.380	3.533.270,90	3.274,79	1.847.824,14	5.381.095,04
Jaguaribe-Apodi	6.085,71	4.674,25	48.412.800	30.985.020	23.472.925,97	5.021,75	2.057.234,20	25.530.160,17
Jaguaruana	183,35	141,50	-	877.630	251.997,60	1.780,90	62.070,20	314.067,80
Morada Nova	3.073,02	2.929,02	11.970	21.677.040	9.257.610,10	3.160,65	573.172,50	9.830.782,60
Quixabinha	264,00	255,50	540.700	1.055.830	513.094,50	2.008,20	-	513.094,50
Tabuleiros de Russas	1.708,71	1.239,63	55.000	24.602.800	20.030.406,91	16.158,38	-	20.030.406,91
Várzea do Boi	1.065,05	387,75	65.000	257.590	360.829,40	930,57	599.814,00	960.643,40
CEST-RN	2.037,96	1.899,86	1.609.290	37.501.913	16.564.811,44	8.718,96	854.202,80	17.419.014,24
Baixo-Açu	1.489,76	1.435,46	1.389.900	29.068.900	15.326.874,00	10.677,33	-	15.326.874,00
Cruzeta	137,50	136,50	-	4.210.423	600.041,44	4.395,91	287.900,00	887.941,44
Itans	49,80	45,70	219.390	942.940	166.838,50	3.650,73	173.710,35	340.548,85
Pau dos Ferros	262,00	192,00	-	352.700	329.700,00	1.717,19	109.842,40	439.542,40
Sabugi	98,90	90,30	-	2.926.950	141.357,50	1.567,16	282.750,05	424.107,55
CEST-PB	2.433,73	1.674,28	14.164.100	17.310.388	7.246.723,70	4.328,26	1.979.963,20	9.226.686,90
Eng. Arcoverde	119,15	79,70	2.500	874.755	191.689,00	2.405,13	152.000,00	343.689,00
São Gonçalo	2.192,58	1.536,78	14.157.600	15.725.800	6.885.720,00	4.480,62	1.715.280,00	8.601.000,00
Sumé	122,00	57,80	4.000	709.833	169.314,70	2.929,32	112.683,20	281.997,90
CEST-PE	2.047,78	915,76	7.637.600	12.853.921	6.595.976,26	7.202,73	672.472,60	7.268.448,86
Boa Vista	60,70	45,20	-	1.471.250	473.675,00	10.479,54	541.353,60	1.015.028,60
Cachoeira II	69,00	65,00	-	1.088.830	285.740,00	4.396,00	95.659,00	381.399,00
Custódia	111,50	23,50	-	354.000	27.280,00	1.161,85	35.460,00	62.740,00
Moxotó	1.806,58	782,06	7.637.600	9.939.841	5.809.281,26	7.428,18	-	5.809.281,26
CEST-BA	4.109,89	3.806,30	68.000	43.388.800	16.974.455,00	4.459,57	148.310,00	17.122.765,00
Brumado	2.789,00	2.701,00	-	33.894.000	10.007.895,00	3.705,26	-	10.007.895,00
Jacurici	109,59	25,00	-	106.200	51.490,00	2.059,60	-	51.490,00
Vaza Barris	1.211,30	1.080,30	68.000	9.388.600	6.915.070,00	6.401,06	148.310,00	7.063.380,00
Total	35.837,71	27.115,66		270.157.088	131.407.387,14	4.846,18	11.231.336,71	142.638.723,85

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Relatórios agropecuários semestral, mensal e ficha cadastral dos perímetros irrigados.

(*) Coco em frutos e milho em espiga

Tabela 8 - Principais produtos animais comercializados nos perímetros irrigados.

Perímetros irrigados	Produção de leite		Animais vendidos para abate e outros fins		Outras receitas (R\$)	Valor total (R\$)
	Volume (L)	Valor (R\$)	(cabeças)	Valor (R\$)		
CEST-PI	-	-	560	-	-	-
Caldeirão	-	-	560	-	-	-
CEST-CE	6.300.123	3.675.883,55	8.127	2.079.529,27	1.820.975,29	7.576.388,11
Curu Paraipaba	342.485	254.030,70	2.160	833.450,00	531.322,50	1.618.803,20
Curu Pentecoste	210.940	130.410,00	2.642	382.525,00	185.957,50	698.892,50
Ema	156.600	80.690,97	-	-	8.240,00	88.930,97
Forquilha	19.280	12.146,40	63	17.500,00	-	29.646,40
Icó Lima Campos	2.179.022	1.185.183,14	-	-	662.641,00	1.847.824,14
Jaguaribe-Apodi	2.622.659	1.563.970,24	1.480	457.534,27	35.729,69	2.057.234,20
Jaguaruana	86.788	60.751,60	-	-	1.318,60	62.070,20
Morada Nova	188.769	92.552,50	975	257.510,00	223.110,00	573.172,50
Várzea do Boi	493.580	296.148,00	807	131.010,00	172.656,00	599.814,00
CEST-RN	693.060	445.798,80	1.532	382.404,00	26.000,00	854.202,80
Cruzeta	-	-	1.090	287.900,00	-	287.900,00
Itans	195.899	127.334,35	70	20.376,00	26.000,00	173.710,35
Pau dos Ferros	93.804	56.282,40	323	53.560,00	-	109.842,40
Sabugi	403.357	262.182,05	49	20.568,00	-	282.750,05
CEST-PB	2.040.579	1.239.213,20	1.325	684.330,00	56.420,00	1.979.963,20
Engenheiro Arcoverde	191.000	114.600,00	56	34.200,00	3.200,00	152.000,00
São Gonçalo	1.775.250	1.065.150,00	1.269	650.130,00	-	1.715.280,00
Sumé	74.329	59.463,20	-	-	53.220,00	112.683,20
CEST-PE	117.998	74.102,60	121.305	598.370,00	-	672.472,60
Boa Vista	29.248	20.473,60	120.930	520.880,00	-	541.353,60
Cachoeira II	46.270	32.389,00	307	63.270,00	-	95.659,00
Custódia	42.480	21.240,00	68	14.220,00	-	35.460,00
CEST-BA	10.300	7.740,00	435	60.470,00	80.100,00	148.310,00
Vaza Barris	10.300	7.740,00	435	60.470,00	80.100,00	148.310,00
Total produto animal	9.162.060	5.442.738,15	133.284	3.805.103,27	1.983.495,29	11.231.336,71

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 9 – Produtos animais e derivados por espécie e por destino.

Produto animal	Unidade	Quantidade	Valor (R\$)
Leite	litro	9.162.060	5.442.738,15
Carne (peso morto)	kg	160.158	750.958,29
Animais para abate			
Bovinos	cab	3.053	1.611.780,00
Caprinos	cab	939	60.947,00
Ovinos	cab	2.898	234.672,00
Suínos	cab	720	67.590,00
Frngo de corte	cab	120.838	447.339,67
Galinha	cab	224	2.240,00
Animais para reprodução			
Bovinos	cab	1.704	1.117.364,60
Caprinos	cab	767	50.020,00
Ovinos	cab	1.697	174.600,00
Suínos	cab	444	38.550,00
Outros			
Queijo	kg	56.197	384.313,50
Peixe	kg	17.600	54.800,00
Esterco	ton.	12.236	793.423,50
Total produto animal			11.231.336,71

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção.

Tabela 10 - Área cultivada, produção e valor da produção das principais lavouras nos perímetros irrigados.

Lavouras	Área cultivada (ha)	Área colhida (ha)	Produção obtida		Valor da produção (R\$)	Valor médio/ha (R\$/ha)
			(unidade)	(kg)		
1 Lavouras irrigadas						
1.1 Outras lavouras exceto frutas						
Abóbora	229,21	167,85	-	1.154.940	398.870,00	2.376,35
Aipim	262,65	139,79	-	3.031.370	893.939,33	6.394,87
Alface	7,60	1,60	-	11.200	16.800,00	10.500,00
Algodão herbáceo	254,65	196,25	-	870.700	1.960.734,00	9.991,00
Arroz	3.514,45	3.303,64	-	19.689.520	10.977.620,50	3.322,89
Batata doce	37,05	27,60	-	198.850	82.760,00	2.998,55
Cana-de-açúcar	418,75	365,25	-	21.897.360	813.203,80	2.226,43
Capim de corte	1.170,67	598,95	-	25.415.510	2.187.097,48	3.651,55
Cebola (bulbo)	8,30	5,80	-	61.500	56.225,00	9.693,97
Cebola (semente)	7,00	7,00	-	1.750	148.750,00	21.250,00
Coentro/semente	43,50	39,00	-	74.530	176.000,00	4.512,82
Feijão <i>phaseolus</i> (grão)	21,15	6,95	-	6.342	1.804,00	259,57
Feijão <i>vigna</i> (grão)	3.521,15	2.695,40	-	3.148.730	5.682.433,75	2.108,20
Fumo	6,00	6,00	-	5.250	48.562,50	8.093,75
Girassol	28,30	28,30	-	82.460	115.144,00	4.112,29
Gramma	32,20	32,20	-	483.000	821.100,00	25.500,00
Mamona	42,47	7,00	-	4.100	2.780,00	397,14
Mandioca	128,64	68,59	-	565.560	125.180,99	1.825,06
Maxixe	4,90	4,90	-	17.130	3.475,50	709,29
Milho espiga (unidade)	3.893,20	2.822,54	63.029.830	-	7.827.091,70	2.773,07
Milho (grão)	1.544,24	1.412,14	-	4.490.260	3.744.901,50	2.651,93
Milho industrial	83,15	26,26	236.340	-	80.312,10	3.058,34
Pimenta	24,40	11,90	-	66.600	115.970,00	9.745,38
Pimentão (fruto ou semente)	76,65	33,00	-	274.695	181.301,80	5.493,99
Quiabo (fruto ou semente)	116,50	93,50	-	253.300	253.570,00	2.711,98
Repolho	2,00	1,70	-	41.825	14.638,75	8.611,03
Soja	350,00	350,00	-	1.086.310	1.140.625,50	3.258,93
Sorgo (grão)	201,80	176,80	-	2.738.410	423.867,50	2.397,44
Sorgo forrageiro	399,80	289,40	-	5.064.580	383.431,60	1.324,92
Tomate industrial	147,54	56,42	-	2.232.876	436.798,39	7.741,91
Tomate mesa (fruto ou semente)	37,45	22,45	-	520.000	277.532,00	12.362,23
Outras espécies	36,02	0,62	-	3.720	232,50	375,00
Subtotal outras lavouras	16.651,39	12.998,50	63.266.170	93.492.378	39.392.754,19	3.030,56
1.2 Frutas						
Abacaxi	170,32	112,42	-	2.407.030	941.703,30	8.376,65
Acerola	102,62	81,99	-	2.089.953	1.912.156,75	23.321,83
Atemóia	2,66	1,66	-	13.280	15.936,00	9.600,00
Banana (var. não especificada)	5.285,41	4.133,91	-	85.516.191	36.832.443,43	8.909,83
Caju	280,91	129,51	-	252.337	135.704,96	1.047,83
Coco (unidade)	4.214,56	3.510,19	56.405.720	117.000	11.648.102,60	3.318,37
Figo	14,00	2,00	-	8.420	83.880,00	41.940,00
Goiaba	390,05	221,02	-	2.335.312	1.834.513,58	8.300,22
Graviola	174,95	68,19	-	644.580	1.072.795,30	15.732,44
Laranja/limão	24,90	0,20	-	840	533,50	2.667,50
Mamão	511,96	260,86	-	6.665.506	1.368.181,80	5.244,89
Manga	2.604,15	2.477,12	-	29.372.340	8.949.320,40	3.612,79
Maracujá	302,90	167,60	-	1.859.433	1.377.726,52	8.220,33
Melancia	1.889,18	1.293,82	-	30.434.379	10.841.344,08	8.379,33
Melão	856,20	695,22	-	13.456.015	13.440.093,83	19.332,14
Pinha	68,93	30,30	-	206.950	247.585,00	8.171,12
Romã	4,00	4,00	14.180	-	26.604,00	6.651,00
Uva	38,50	13,70	-	272.560	535.690,00	39.101,46
Outras espécies	44,37	-	-	-	-	-
Subtotal frutas	16.980,57	13.203,71	56.419.900	175.652.126	91.264.315,05	6.912,02
Subtotal lavouras irrigadas	33.631,96	26.202,21	119.686.070	269.144.503	130.657.069,24	4.986,49
2 Lavouras de sequeiro						
Algodão herbáceo	31,00	31,00	-	42.300	27.390,00	883,55
Arroz	10,60	10,60	-	20.385	7.915,50	746,75
Feijão <i>vigna</i> (grão)	478,25	441,25	-	239.530	457.009,40	1.035,72
Mandioca	33,00	28,00	-	420.000	42.000,00	1.500,00
Milho espiga (unidade)	25,80	25,80	348.399	-	69.677,00	2.700,66
Milho grão	542,60	372,80	-	270.570	145.930,00	391,44
Outros	1.084,50	4,00	-	19.800	396,00	-
Subtotal lavouras de sequeiro	2.205,75	913,45	348.388	1.012.585	750.317,90	821,41
Total lavouras	35.837,71	27.115,66	120.034.458	270.157.088	131.407.387,14	4.846,18

Fonte: DNOCS/CTA/MP. Equipe de monitoramento da produção. Unidade: espiga e fruto.

Transferência de gestão dos perímetros irrigados

O início do processo de implantação dos perímetros de irrigação, nos anos sessenta do século passado, foi marcado por maciços investimentos públicos em infra-estrutura de barragens, canais, residências, vacarias, aquisição de vacas holandesas puras de origem importadas da Holanda, pocilgas, estradas, eletrificação e terrenos aluvionais sistematizados, prontos para plantio e educação de qualidade dentro dos perímetros, dirigidos e custeados pelo governo. A proposta inicial previa o desenvolvimento de tecnologia em irrigação nos centros técnicos e a sua transferência através da assistência técnica. A irrigação pública de caráter social não prosperou por causa da descontinuidade no fluxo dos recursos orçamentários para a manutenção da infra-estrutura, agravada pelo esvaziamento do quadro de servidores, situação irregular dos imóveis e falta de assistência técnica entre outros problemas. Atualmente, na sua terceira ou na quarta geração, salvo exceções, os descendentes dos primeiros irrigantes, não atingiram um nível de qualificação desejado, nem as organizações dos produtores a capacidade gerencial requerida para acompanhar as constantes inovações tecnológicas e as mudanças nos comportamentos dos mercados de produtos da agricultura irrigada e nem condições de cumprir os procedimentos legais de licitações e tomadas de preços, apresentando falhas contábeis graves nas prestações de contas dos convênios. As pendências nas prestações de contas impedem as liberações dos termos aditivos subsequentes, acarretando graves atrasos na construção e recuperação de obras e na aquisição de bens e serviços.

Apesar da significativa contribuição da agricultura irrigada para o produto interno bruto nos municípios contemplados com perímetros irrigados, o seu desempenho ainda está longe do ideal. Pode-se afirmar que, em boa parte da área irrigada, pratica-se uma agricultura tradicional, apresentando reduzido benefício decorrente da aplicação da água, agravada pela inadimplência, falta de pagamento dos débitos bancários de crédito rural, perpetuando a dependência aos cofres públicos, aplicados na forma de subsídios no pagamento das despesas de administração, manutenção e recuperação de infra-estrutura e equipamentos hidroagrícolas, impostos territoriais, etc. Há ainda, a necessidade de mudança imediata na fiscalização sobre a questão da falta de obediência às regras sobre posse, ocupação e exploração dos antigos e dos novos lotes distribuídos através de licitação e de coibir a participação do especulador imobiliário, que lança mão de diversos subterfúgios, na expectativa de valorização dos lotes.

Em estudo realizado em 2005, pela MBA-Gestão Pública/FUNDACE/IICA/MI/Codevasf, constatou-se que importante parcela dos irrigantes, não possuem, nem adquirem os perfis mínimos desejados de empreendedores rurais e nem capacidade financeira para viver exclusivamente da agricultura irrigada. O estudo que avalia os 40 anos de experiência de irrigação pública, permitiu concluir que os primeiros assentados nos antigos perímetros de irrigação pouco progrediu, mesmo com forte apoio do estado. Entende-se que a sustentabilidade dos assentados depende, fundamentalmente, da capacidade administrativa e financeira, independentemente do tamanho do empreendimento se pequeno, médio ou grande. Esse fato mostra que o processo de inclusão social de uma população de baixo nível de qualificação profissional para a agricultura irrigada, necessitam de revisão quanto ao seu futuro, uma vez que os recursos públicos ali aplicados mensalmente são tradicionalmente de alta monta, e, por conseguinte, o poder público deve satisfações à sociedade quanto ao destino dos seus gastos.

Na sua concepção, o processo de transferência de gestão objetiva a delegação da

administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum dos perímetros públicos de irrigação. A legislação brasileira e os programas de transferência de gestão em curso privilegiam as organizações de irrigantes como delegatárias da gestão do perímetro. O princípio subjacente a essa escolha é de que o produtor, quando administra, está comprometido com a solução dos problemas, por que a sua atitude dentro do grupo o afeta diretamente, no lucro ou prejuízo. A transferência de gestão para as organizações dos usuários resulta em redução das despesas de gerenciamento, fortalecimento econômico e na qualidade de vida da população, permitindo maior circulação de dinheiro resultante das construções comunitárias e do seu efeito multiplicador na economia local. Na sua fase de transferência, há ainda a necessidade de recursos específicos para a contratação de pessoal especializado no planejamento técnico das obras e nos procedimentos licitatórios dos convênios para evitar paralizações e atrasos nas aplicações financeiras. Ainda há recursos em aplicação da programação de 2005, 2006 e 2007, e falta de definição quanto ao que será possível executar com os recursos do exercício de 2008.

A emancipação é o estágio do processo de transferência de gestão em que a entidade que administra um perímetro atinge a auto-sustentação, quando o crescimento da receita permite cobrir as despesas de administração, operação e manutenção da infra-estrutura de irrigação de uso comum. A emancipação propicia que o poder público se desonere das despesas operacionais, no entanto, algumas despesas de valores inferiores, permanecem sob a responsabilidade dos órgãos públicos como: assistência técnica para os pequenos produtores; passivos ambientais; despesas judiciais e cartoriais das questões fundiárias; fiscalização das atividades delegadas; imposto territorial sobre as áreas não utilizáveis e de domínio público dos açudes, canais e perímetros; políticas agrícolas de financiamento da produção a juros favorecidos, armazenamento e preços mínimos entre outras. Por consequência, mesmo após a emancipação, a desoneração do estado não será total.

Tão importante quanto a água como recurso escasso e sujeito a intensa competição intersetorial, existe uma crescente consciência mundial da necessidade de melhorar a gestão do uso de recursos hídricos. O fato da agricultura irrigada utilizar cerca de dois terços da água no mundo, a importância da gestão na irrigação é motivo de discussões promovidos pelos governantes, bancos de fomento e agências internacionais de desenvolvimento. O 10º seminário da rede mundial de gestão participativa na irrigação, da *International Network on Participatory Irrigation Management-INPIM* realizada em maio de 2007, em Teerã-Irã foi um importante fórum de debates sobre a questão do uso da água que evolui, sobretudo, dentro da visão da necessidade de assegurar a sustentabilidade da agricultura via incremento da produtividade da terra, atender à crescente demanda por alimentos pela população mundial, contrapondo à gradativa perda de solos férteis pelo avanço da urbanização sobre áreas agrícolas. A carta de recomendações do seminário reafirma a importância da irrigação para incrementar a produtividade, emprego, renda, segurança alimentar, crescimento econômico e redução da pobreza. Embora a gestão participativa envolva questões complexas e diversos interesses, motivou crescente aprofundamento das discussões em todo o mundo, cujo senso comum é que os usuários são os melhores conhecedores do seu ambiente econômico, social e cultural em que vivem, sendo mais apropriados para operar efetivamente o sistema de irrigação. A modelagem é, portanto, única para cada situação. O fórum enfatiza a necessidade de incrementar investimentos procedentes de fontes públicos e privados, não somente para expandir a irrigação, mas também para reforma e modernização dos sistemas de irrigação existentes, com sondagens a instituições que liberam grandes benefícios para pobres.

Regularização Fundiária.

A Comissão de Regularização Fundiária, delegada através da Portaria nº 423/DG/CRH, de 31 de julho de 2007, e subordinada à Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção - DP, vem realizando ações de normalização fundiária e agilização do processo de alienação de terras e a titulação de lotes agrícolas, localizados em perímetros irrigados, em articulação com as coordenadorias estaduais.

Tabela 11 - Regularização fundiária.

Perímetros irrigados	Município	Irrigante Assentado	Situação da regularização fundiária							Total
			Até 2004	2005	2006	2007	Em cart.	Em and.	A elab.	
CEST-PI		925	305	32	36	2	8	37	505	925
Caldeirão	Piripiri	89	43	8	33	2	-	3	-	89
Fidalgo	Simplicio Mendes	86	78	8	-	-	-	-	-	86
Gurguéia	Alvorada	250	-	-	-	-	-	-	250	250
Lagoas do Piauí	Luzilândia	177	128	14	1	-	-	34	-	177
Platôs de Guadalupe	Guadalupe	127	-	-	-	-	-	-	127	127
Tab. Litorâneos do Piauí	Parnaíba	68	56	2	2	-	8	-	-	68
Tab. de São Bernardo-MA	Magalhães Almeida	78	-	-	-	-	-	-	78	78
Várzea do Flores-MA	Joselândia	50	-	-	-	-	-	-	50	50
CEST-CE		4.224	852	24	263	66	327	884	1.808	4.224
Araras Norte	Varjota	120	92	7	9	1	3	8	-	120
Ayres de Souza	Sobral	121	-	-	-	-	-	-	121	121
Baixo-Acaraú	Marco	586	501	-	-	-	-	-	85	586
Curu-Paraipaba	Paraipaba	792	6	3	5	-	7	497	274	792
Curu-Recuperação	Pentecoste	177	85	10	21	9	6	46	-	177
Ema	Iracema	18	16	2	-	-	-	-	-	18
Forquilha	Forquilha	71	-	-	-	-	55	16	-	71
Icó-Lima Campos	Icó	466	-	1	105	2	57	90	211	466
Jaguaribe-Apodi	Limoeiro	210	-	-	-	-	-	-	210	210
Jaguaruana	Jaguaruana	40	10	-	-	-	23	7	-	40
Morada Nova	Morada Nova	876	-	-	-	-	-	17	859	876
Quixabinha	Mauriti	94	30	-	2	-	-	62	-	94
Tabuleiros de Russas	Russas	536	-	-	118	54	175	141	48	536
Várzea do Boi	Tauá	117	112	1	3	-	1	-	-	117
CEST-RN		359	80	25	-	-	18	-	236	359
Baixo-Açu	Açu	123	80	25	-	-	18	-	-	123
Cruzeta	Cruzeta	23	-	-	-	-	-	-	23	23
Itans	Itans	74	-	-	-	-	-	-	74	74
Pau dos Ferros	Pau dos Ferros	75	-	-	-	-	-	-	75	75
Sabugi	Caicó	64	-	-	-	-	-	-	64	64
CEST-PB		584	23	32	35	19	182	-	293	584
Eng ^o Arcoverde	Condado	55	23	-	23	-	5	-	4	55
São Gonçalo	São Gonçalo	482	-	32	12	19	177	-	242	482
Sumé	Sumé	47	-	-	-	-	-	-	47	47
CEST-PE		710	-	-	-	-	-	-	710	710
Boa Vista	Salgueiro	27	-	-	-	-	-	-	27	27
Cachoeira II	Serra Talhada	37	-	-	-	-	-	-	37	37
Custódia	Custódia	50	-	-	-	-	-	-	50	50
Moxotó	Ibimirim	596	-	-	-	-	-	-	596	596
CEST-BA		457	-	30	-	-	-	2	425	457
Brumado	Livramento	252	-	-	-	-	-	-	252	252
Jacurici	Itiúba	37	-	30	-	-	-	2	5	37
Vaza Barris	Canudos	168	-	-	-	-	-	-	168	168
Total		7.259	1.260	143	334	87	535	923	3.997	7.259

Fonte: Assessoria jurídica.

O programa de transferência de gestão dos perímetros de irrigação está sendo conduzido com a participação dos irrigantes, em articulação com os órgãos responsáveis pela regularização fundiária, pesquisa, assistência técnica e extensão federais, estaduais e municipais. O grande avanço na implementação do programa está sendo a parceria respeitosa

na relação institucional mantida com estados e municípios. Destacam-se as alienações de glebas de terras aos seus ocupantes em obediência ao que determina a Lei nº 6.662/79, de junho de 2006, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e alienação de bens imóveis não operacionais, integrantes do patrimônio do DNOCS, de acordo com a Portaria nº 487, de 26 de junho de 2006, emanada do Ministério da Integração Nacional. Segundo esta comissão, até o ano de 2007, foram lavradas cerca de 1.800 escrituras públicas de compra e venda, estando em processo de titulação 1.530 lotes agrícolas. Quanto à alienação dos bens imóveis não operacionais integrantes do Patrimônio deste Departamento, foram cadastrados, até a presente data, 1.994 imóveis e vendidos, na forma de pagamento à vista, 34 imóveis, encontrando-se os demais em fase de avaliação.

Ao final das ações de recuperação da infra-estrutura física e de melhoria da capacidade gerencial, deverá ser alcançada a meta de colocar em produção a área irrigável implantada de 72.021ha, consolidando a geração de cerca de 215.000 empregos diretos e indiretos, beneficiando uma população de aproximadamente 600.000 habitantes. Para a execução das ações estão previstos 32 convênios de transferência de gestão, firmados com as organizações dos produtores e 6 convênios ou contratos de assistência técnica, capacitação e contratação de profissionais especializados, formalizados com diversas instituições, envolvendo os governos estaduais, CETREDE, Embrapa, SEBRAE, BNB, BB, etc.

Biodiesel

O Ministério da Integração Nacional, através de suas vinculadas Departamento Nacional de Obras Contra a Seca-DNOCS e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba-Codevasf e a Agência de Desenvolvimento do Nordeste-ADENE, vêm concentrando esforços no desenvolvimento do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel-PNPB. As instituições parceiras que fazem parte do Grupo de Trabalho Biodiesel com Inclusão Social no Ceará são: DNOCS, INCRA, SDA/EMATERCE, PETROBRÁS, SEBRAE, CENTEC, NUTEC, UFC/GLEN, Banco do Brasil/DRS, Banco do Nordeste do Brasil, movimentos sociais e sindicais (Via Campesina, FETRAECE e FETRAF). Ao aprovar as programações para aplicações dos recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste-FCO, do Norte-FNO e do Nordeste-FNE para 2007, o Ministério da Integração Nacional recomendou prioridade para o financiamento da produção de oleaginosas nos perímetros de irrigação. Paralelamente, haveria enquadramento de projetos industriais para implantação das usinas de beneficiamento, obedecendo as regras de financiamentos do programa industrial dos fundos.

No dia 10 de setembro de 2007, foi realizado um seminário de avaliação da ação do grupo de trabalho do biodiesel com inclusão social, no auditório do centro de treinamento do Banco do Nordeste, no bairro Passaré, Fortaleza-CE, sob coordenação do comitê gestor do DNOCS, ocasião em que foram apresentados os avanços do programa para gestores públicos, lideranças dos movimentos sociais e sindicais e mais de trezentos agricultores familiares. Uma das estratégias de atuação do comitê gestor dos biocombustíveis, tem sido, a de facilitar a articulação inter-institucional dos parceiros, que fazem parte da cadeia integrada dos biocombustíveis em nível estadual. Atualmente, os esforços estão focados nos gestores públicos locais com o intuito de promover a institucionalização dos programas municipais de biocombustíveis e dos respectivos conselhos gestores para acompanhar a instalação e operação das extratoras comunitárias de óleo vegetal e de usinas de transesterificação do biodiesel.

O DNOCS foi uma das instituições precursoras no incentivo à produção de sementes de mamona, incluindo a instalação de duas usinas de transesterificação de biodiesel a partir de óleo de rícino nos municípios de Tauá e Piquet Carneiro-CE, em parceria com o CENTEC, estando ainda, em processo de licitação, a aquisição de equipamentos de mais quatro usinas. No desenvolvimento do trabalho realizado em parceria com a Embrapa, Beckman Sements, PETROBRÁS e Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, o DNOCS disponibilizou 9,5 ha no perímetro irrigado de Várzea do Boi, em Tauá-CE, com a participação de seis irrigantes que aceitaram o desafio de produzir 30 toneladas de sementes selecionadas do cultivar de mamona BRS Energia, desenvolvido pela Embrapa. O cultivo no perímetro é pioneiro e deverá incrementar a cadeia produtiva da mamona, uma das principais alternativas de inclusão social no semi-árido. A cadeia do biodiesel envolve o produtor rural, o beneficiamento da mamona, prensagem para extração do óleo, transesterificação e mistura com diesel mineral pela PETROBRAS Distribuidora.

O Diretor-Geral do DNOCS, juntamente com o diretor de Desenvolvimento Tecnológico e Produção e os técnicos do comitê gestor de biocombustíveis com inclusão social no semi-árido, participaram do lançamento do programa biodiesel, safra 2008, apresentado pelo governador do estado do Ceará, no centro de convenções de Fortaleza-CE no dia 13 de dezembro. A meta proposta para 2008 almeja a inclusão de 25.000 famílias no plantio de 45 mil hectares de mamona consorciada com feijão e 5.000 hectares de girassol com envolvimento de 2.500 famílias. Na assistência técnica haverá a capacitação diferenciada para os técnicos e agentes rurais da Ematerce, que são responsáveis pela mobilização dos agricultores familiares e a sua inclusão na base da produção.

O DNOCS se comprometeu em promover a capacitação e o credenciamento de irrigantes como produtores de sementes registrados no Ministério da Agricultura e Abastecimento, implantar unidades de produção de sementes nos perímetros irrigados, em parceria com a SDA para atender à demanda estadual de 2008-2009. O Governo do Ceará implantou a Câmara Setorial do Biodiesel que será um espaço de debates para o fortalecimento dos parceiros institucionais da cadeia produtiva e firmou protocolos de intenções com o Banco do Brasil-BB e o Banco do Nordeste-BN para financiar agricultores familiares interessados na produção de oleaginosas para biodiesel. Em contrapartida, o governo estadual garante a distribuição de sementes, assistência técnica da Ematerce, e subsídio de R\$ 150,00, por hectare plantado até o limite de três hectares ou R\$ 450,00 para cada produtor, inclusive dotação de calcário para correção de solo e preço mínimo de R\$0,70/kg de mamona em baga. Também na ocasião, foi firmado convênio da PETROBRAS com Ematerce para assistência técnica diferenciada no valor de R\$11 milhões.

2.2 Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI

2.2.1 Coordenação de Obras-COB.

Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – Proágua

O Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos-Proágua Nacional é um programa do governo brasileiro, financiado pelo Banco Mundial, por meio do acordo de empréstimo 7420-BR. O Programa originou-se da experiência do Proágua-Semi-árido e mantém a sua missão estruturante, com ênfase no fortalecimento institucional de todos os segmentos envolvidos com a gestão e a implantação de infra-estruturas hídricas viáveis do ponto de vista técnico, financeiro, econômico, ambiental e social, promovendo assim o uso racional dos recursos hídricos no Brasil. As principais mudanças incorporadas ao Proágua Nacional são a ampliação da área de abrangência do programa para todo o território brasileiro e os investimentos transversais ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos-Sigerh, não apenas em investimentos estruturais de aumento da oferta de água, mas também em obras de usos múltiplos. O Proágua Nacional inclui as ações diretas de consolidação da infra-estrutura hídrica nos estados do semi-árido brasileiro (Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), e as ações de gestão de recursos hídricos em território nacional.

O Proágua Nacional é constituído por dois componentes básicos que são a gestão de recursos hídricos, sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas-ANA, que engloba ações de apoio institucional para implementação do sistema de gestão de recursos hídricos nos estados e o componente de obras prioritárias, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional-MI, que financia obras e equipamentos para represamento e adução de água bruta. As intervenções contempladas no componente obras prioritárias gerenciadas pela Secretaria de Infra-estrutura Hídrica-SIH/MI foram agrupadas em subprojetos de construção de: barragens ou açudes que se destinam predominantemente ao abastecimento de água para o consumo humano; sistemas adutoras de água bruta; construção de estações de tratamento de água; sistemas simplificados de abastecimento de água e sistemas de captação e adução de água subterrânea.

O componente gestão de recursos hídricos gerenciado e conduzido pela ANA e pela SIH/MI, tem como objetivo a consolidação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e o apoio à União e aos estados para criação, aperfeiçoamento, modernização e qualificação dos arranjos e dos instrumentos de gestão, bem como preparação de planos, estudos e projetos. No âmbito federal esse componente desdobra-se em quatro subcomponentes: o desenvolvimento institucional; os planos, estudos e projetos; os modelos de gerenciamento de bacias hidrográficas e iniciativas piloto e estudos de suporte à implementação de infra-estrutura hídrica no Nordeste. No âmbito estadual esse componente desdobra-se em três subcomponentes: o desenvolvimento institucional; os planos, estudos e projetos e os estudos específicos. Pela experiência acumulada na implementação do Proágua Semi-árido, o MI vem apoiando a criação dos componentes do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos na consolidação das legislações estaduais, na implantação de comitês gestores de açudes e de bacias hidrográficas, conselhos estaduais e demais órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos.

O perfil do semi-árido nordestino vem mudando ao longo dos últimos anos como resultado dos investimentos do governo federal direcionados ao múltiplo aproveitamento da

água, que representa um forte instrumento de suporte à vida e recurso estratégico para o desenvolvimento humano e sustentado nos municípios do interior dos estados. Reconhecendo o efeito multiplicador da água na sustentação de emprego e da economia regional, o fórum de secretários de recursos hídricos do Nordeste, reunidos em Natal-RN, em 15 de junho, solicitou a continuidade do apoio recebido do governo federal na implementação do Proágua Nacional, um empenho especial do MI no seu componente de gestão de recursos hídricos, por meio da inclusão desta ação no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e nos Projetos Pilotos de Investimento-PPI, inclusive a destinação de um montante adicional de R\$ 20 milhões, no exercício de 2007, para execução das ações de gestão de recursos hídricos planejadas.

Para o Proágua Nacional 2007/2009 estão programados recursos da ordem de US\$200 milhões, dos quais 25% serão financiados pelo Banco Mundial e os 75% restantes a título de contrapartida nacional (União e Estados). Os recursos serão destinados aos componentes gestão de recursos hídricos (30%), obras prioritárias (63,5%), gerenciamento, monitoria e avaliação (5%) e contingências (1,5%). O financiamento se destina a implantação de obras prioritárias de infra-estrutura hídrica de interesse local, voltadas para o armazenamento e a distribuição de água bruta para comunidades com problemas permanentes de suprimento. As obras são executadas de forma descentralizada pelos estados, sob a supervisão da Unidade de Gerenciamento do Projeto Obras-UGPO/SIH/MI.

Programa de Aceleração do Crescimento-PAC.

O Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, instituído pelo decreto nº 6,025 de 22 de janeiro de 2007, é um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura econômica e social nos setores estratégicos de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, envolvendo diversos instrumentos de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. As metas propostas envolvem expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado. A elevação do nível de investimentos públicos na remoção das disfunções na infra-estrutura logística e energética, aliada à continuidade das políticas inclusivas, essenciais à expansão do mercado interno, é fundamental para a expansão da capacidade produtiva e elevação da produtividade sistêmica da economia. Considerando-se apenas os recursos orçamentários, os investimentos previstos no Plano Plurianual 2008-2011 são da ordem de R\$ 434 bilhões, dos quais 42% referentes ao orçamento fiscal e da seguridade social e os demais 58% ao orçamento de investimentos das estatais.

As ações de infra-estrutura hídrica, coordenadas pelo Ministério da Integração Nacional-MI, terão investimentos de R\$12,6 bilhões, no período de 2007 a 2010. Deste total, R\$11,2 bilhões de recursos governamentais e R\$1,4 bilhão da iniciativa privada, oriundos de Parcerias Público Privado-PPP. O maior volume de recursos será investido no projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional, que assegurará a garantia permanente de fornecimento de água para uma população estimada em 12,5 milhões de habitantes no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. O valor total do projeto estimado em R\$6,6 bilhões serão aplicados na construção dos eixos de integração leste e norte (R\$4,9 bilhões); na integração de bacias receptoras (R\$1,3 bilhão) e em ações ambientais (R\$226 milhões). Os recursos em ações ambientais e de revitalização do rio São Francisco serão aplicados na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Minas Gerais e as ações na bacia do rio Parnaíba serão desenvolvidas no Piauí, Maranhão e Ceará.

Nas ações de integração de bacias, serão também priorizados: os eixos de integração do açude Castanhão ao Porto de Pecém e de Orós ao Feiticeiro no Ceará; as adutoras do Oeste, Agreste e Pajeú, em Pernambuco; barragem Setúbal, em Minas Gerais e o canal do Sertão, em Alagoas. A programação contempla diversos empreendimentos de captação e desenvolvimento dos recursos hídricos, alguns parcialmente construídos e que estão incluídas ações para sua conclusão. De acordo com a diretoria de infra-estrutura hídrica, os investimentos assegurados do PAC são da ordem de R\$ 870 milhões de 2007 a 2010, sendo R\$491 milhões para irrigação e R\$379 milhões para barragens e adutoras. Para o Nordeste, o PAC é uma oportunidade estratégica para revigorar o programa de desenvolvimento dos recursos hídricos na região.

Irrigação no PAC.

Vinculado ao Ministério da Integração Nacional, o DNOCS é um dos órgãos executores do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, nos projetos de irrigação de Tabuleiros de Russas, Baixo Acaraú e Araras Norte no Ceará e Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos no Piauí. Para a implantação da 2ª etapa do projeto de irrigação Tabuleiros Litorâneos de 5.985ha, o programa prevê recursos da ordem de R\$147 milhões, beneficiando uma população de 75 mil habitantes. Para o Platôs de Guadalupe serão destinados R\$144 milhões para a implantação da 2ª etapa, de 10.500ha, beneficiando 147 mil habitantes. O projeto Baixo-Acaraú receberá recursos no montante de R\$102 milhões para a implantação da 2ª etapa de 4.140ha, beneficiando 60 mil habitantes. O projeto Tabuleiros de Russas terá R\$84 milhões para implantação de 3.600ha, beneficiando 50 mil habitantes e para o projeto Araras-Norte serão destinados R\$14 milhões para a implantação da 2ª etapa de 1.610ha, beneficiando 20 mil habitantes.

O montante de recursos que serão investidos nos cinco projetos de irrigação sob a responsabilidade do DNOCS deverá gerar cerca de 75 mil empregos permanentes, entre diretos e indiretos. Ainda em fase de implantação, as primeiras etapas dos projetos Tabuleiros de Russas e Baixo-Acaraú, receberão recursos para que toda a área com infra-estrutura implantada passem a produzir em breve. Para tanto, o Departamento propôs ao Ministério da Integração Nacional a utilização de parte dos recursos que está destinada às segundas etapas, para aquisição e montagem dos equipamentos parcelares dos lotes agrícolas das primeiras etapas, pertencentes aos pequenos irrigantes. Essas áreas permanecem ociosas, em razão da falta de condições econômicas dos seus proprietários, deixando de contribuir para a geração de emprego e renda, não obstante a existência de toda a infra-estrutura hídrica de uso comum. A proposta foi aceita e, dessa forma, mais 6.000ha pertencentes às primeiras etapas dos dois projetos serão incorporados ao processo produtivo.

Adutoras.

Para a implantação das adutoras estão previstos R\$290 milhões, encontrando-se em andamento as obras das adutoras do Oeste-PE e Acauã-PB. Pela portaria 593 de 25-10-2007, foi aprovado o projeto executivo da primeira etapa da adutora do Pajeú-PE. A construção dessas adutoras deverá beneficiar cerca de 1.000.000 de habitantes. Ainda em fase de segunda revisão do ante-projeto, o sistema adutor do Agreste, incluindo o sistema Frei Damião e a incorporação das localidades atendidas pelos sistema adutores de Moxaró, Burity e Lajedo, Tabocas e Jucazinho. A integração das adutoras permite ampliar a garantia de abastecimento para uma população beneficiária de 2.000.000 habitantes, com uma vazão de 3.000 L/s.

Adutora Acauã-PB.

Obra iniciada em janeiro de 2001, o projeto da adutora Acauã na Paraíba previa a implantação de 175km, mas o trecho que destinaria água para Campina Grande foi excluído e a sua extensão diminuiu para 130 km. Com a reformulação do projeto, Campina Grande continua sendo abastecido pelo açude Epitácio Pessoa e, posteriormente passará a ser integrada ao eixo leste do sistema de transposição do rio São Francisco, que terá a sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta-PE, que se estenderá 220km até o rio Paraíba-PB, após deixar parte da vazão transferida para as bacias do Pajeú e Moxotó-PE. O tronco norte da adutora Acauã irá abastecer os municípios de Itatuba, Mogeiro, Ingá, Juarez Távora, Distrito de Zumbi e a zona rural de Alagoa Grande, para atender cerca de 35 mil habitantes, e o setor leste, os municípios de Salgado de São Félix, Itabaiana, Juripiranga, Pilar e São Miguel de Taipú, em benefício de 50 mil habitantes.

A construção da adutora de Acauã foi inserida no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC, do governo federal, através do Ministério da Integração Nacional/DNOCS. Para a implantação da adutora foi firmado convênio entre o DNOCS e a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba-Cagepa/Secretaria de Recursos Hídricos do estado da Paraíba. A obra encontra-se em andamento, com as fases de elaboração dos projetos básico e executivo, contratação das obras e a desapropriação da área, concluídas. A obra orçada em R\$ 75 milhões, deverá contar com R\$50 milhões do PAC e estar concluída em dois anos. Do total de R\$25 milhões previstos para 2007, R\$2,2 milhões são do LOA 2007 e R\$22,8 milhões de crédito, havendo empenhado R\$25 milhões e pago R\$22,8 milhões.

Sistema adutor do Oeste-PE.

A implantação do sistema adutor do Oeste com extensão total de 724 km foi iniciado em 1993, para ampliar em 480 L/s a oferta de água para o abastecimento da região do Araripe, no sertão Pernambucano. A adutora capta água do rio São Francisco em Orocó e o seu eixo principal de 157 km se estende até Araripina-PE. O sistema compõe-se de seis estações elevatórias com as potências das bombas de recalque variando de 850 a 40 CV, tubulação variando de 700mm em aço carbono a 75mm em ferro fundido, cinco subestações de 69 KV e cinco *stand pipes*, distribuição através de três ramais para dar mior capilaridade à oferta de água.

Ao seu término, a rede de adutoras deverá atender 41 localidades do oeste de Pernambuco, beneficiando cerca de 274 mil habitantes, na área mais remota e inóspita do semi-árido. Orçado em R\$ 220 milhões, foram investidos R\$130 milhões até 2006, havendo destinado R\$1 milhão do PLOA-2007 e R\$39 milhões de crédito especial do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC. Estão aprovados licença ambiental e licença de operação (LO nº11221/2007), com validade até 26-12-2008 para os ramais I, IA e II e a licença de instalação (LI nº01342/207), com validade até 26-12-2008 para ramal III. As vazões máximas previstas são de 25,49 L/s para Bodocó, 36,98 L/s para Exu, 4,16 L/s para Granito, 21,57 L/a para Moreilândia, 35,00 L/s para Parnameirim e 23,40 L/s para Ipubi.

O ramal II da adutora do Oeste com 120 km de extensão que abastece os municípios de Bodocó, Exu, Granito e Moreilândia, inaugurado em novembro, foi rebatizado com o nome de Luiz Gonzaga, em homenagem ao cantor. A água é captada a partir do eixo principal, em Ouricuri e a tubulação se estende até Bodocó, onde foi implantada uma estação

de tratamento, com capacidade para 100 litros por segundo. Após o tratamento, a água vai para um reservatório com capacidade para 540 m³ e se destina ao abastecimento de Bodocó e seus distritos Sipaúba e Jardim. Outra derivação do ramal se destina ao abastecimento de áreas urbanas e rurais do município de Exu (inclusive distrito de Timorante) de onde bifurca para Granito (inclusive distrito de Rancharia), e Moreilândia.

Os investimentos no ramal II foram da ordem de R\$ 32 milhões, envolvendo fontes de recursos do Proágua, do Ministério da Integração Nacional-MI, recursos do Banco Mundial-Bird e contrapartida do governo do estado de Pernambuco. As obras de construção da adutora Luiz Gonzaga foram executadas pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa, responsável pela operação do sistema.

O ramal III da adutora do Oeste terá cerca de 180 quilômetros de extensão e vai atender aos municípios de Ouricuri, Santa Cruz e Santa Filomena, no sertão do Araripe, beneficiando uma população de cerca de 65 mil habitantes. A ação inclui a construção de uma estação elevatória para atender ao município de Santa Filomena, além de diversas localidades como Jacaré, Jatobá, Extrema, Varzinha, Passagem das Pedras e Videu. A obra também prevê pontos de abastecimento para comunidades rurais ao longo da adutora. O convênio para a construção do ramal III, foi firmado em setembro, entre o Ministério da Integração, através do DNOCS, BNDES e o governo de Pernambuco. Em outubro, o governo do estado autorizou o início do processo licitatório para construção do ramal III. A licitação realizada pela Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa, prevê investimento da ordem de R\$ 11 milhões, com recursos do Ministério da Integração e contrapartida do governo do estado. A extensão prevista até o município de Padre Marcos-PI está suspenso por extrapolar a área de atuação da Compesa.

Adutora do Jucazinho-PE.

Com as obras de implantação iniciadas em junho de 1998, o sistema adutor de Jucazinho com extensão de 271 km, se destina ao abastecimento de 13 municípios, com destaque a: Surubim, Casinhas, Vertente do Lério, Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Frei Miguelinho, Salgadinho, Umaru, Passira, Riacho das Almas, Caruaru, Cajazeiras, Bezerros e Gravatá; e a 45 povoados do agreste pernambucano. Ao longo do canal forma atendidos, prioritariamente, o abastecimento de 17 escolas rurais com 3.972 estudantes. O sistema dispõem de nove estações elevatórias, nove subestações e sete estações de tratamento de água, sendo dois a cargo do DNOCS e cinco a cargo da COMPESA. O sistema integrado de açudes ao canal de integração do rio São Francisco permite beneficiar cerca de 760.000 habitantes. A obra iniciada sob execução direta do DNOCS, foi repassado através de convênio, para o governo de Pernambuco/COMPESA.

A conclusão das obras do ramal sul do sistema adutor de Jucazinho, em 2007, representa um acréscimo de 20% na oferta de água de Bezerros e Gravatá, cuja capacidade de adução passou para 350 litros por segundo. Bezerros passou a contar com 164 L/s, Riacho das Almas com 40 L/s e Gravatá com 126 L/s, beneficiando 198.859 habitantes. Ampliação e montagem das estações de tratamento de água de 40 L/s para 290 L/s em Bezerros e 40 L/s em Riacho das Almas. Implantação de 27 km de linha de transmissão de energia elétrica, partindo da subestação de Gravatá até a estação elevatória de 69 kv no Riacho dos Bois Cumaru-PE. Interligação da adutora de Jucazinho com Tabocas para abastecimento de Toritama com 60 L/s, Taquaritinga do Norte com 40 L/s e Santa Cruz do Capibaribe com 60 L/s para beneficiar 84.334 habitantes.

Barragens.

O DNOCS construiu e administra um sistema de armazenamento de água composto de 323 açudes, com capacidade para 27 bilhões de m³, com maior concentração no Ceará, com 15,6 bilhões de m³, vindo a seguir o Rio Grande do Norte com 3,2 bilhões de m³ e Paraíba com 2,6 bilhões de m³. Encontram-se em obras as barragens do Estreito com capacidade de acumulação de 23 milhões de m³, Piaus com capacidade de 106 milhões de m³, ambas no Piauí; Berizal com capacidade de 339 milhões de m³, em Minas Gerais. Em fase de elaboração de projetos ou estudos complementares com vistas ao início das obras temos: Fronteiras com capacidade para 400 milhões de m³; Figueiredo com capacidade de 519 milhões de m³ e Taquara com capacidade de 274 milhões de m³, no Ceará; Bujari com capacidade de 20 milhões de m³, no Rio Grande do Norte; Congonhas com capacidade de 950 milhões de m³, em Minas Gerais.

Barragem Piaus-PI.

A barragem Piaus, localizada nos municípios de Pio IX e São Julião-PI, consiste de um maciço construído em terra homogênea na calha do rio Marçal, sistema do rio Parnaíba. Altura de 44 metros e capacidade de acumulação é de 106 milhões de m³, destinada ao abastecimento de 18 municípios no semi-árido. Está prevista a implantação de uma adutora que permite a interligação para 8 municípios, com destaque a Pio IX, São Julião, Fronteiras, Campo Grande e Vila Nova-PI e Campos Sales-CE, beneficiando cerca de 70.000 habitantes. O projeto permitirá aproveitamento hidroagrícola para irrigação e piscicultura.

A construção da barragem Piaus está orçada em R\$30 milhões e inserida no Programa de Aceleração do Crescimento-PAC foi iniciada em 2005 e a sua conclusão em 2008. Os recursos previstos de R\$1,97 milhões pela LOA, foram acrescidos em R\$22,02 milhões do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC, havendo empenhado R\$23,98 milhões e pagos R\$3,73 milhões. Obra em andamento está com avanço físico e financeiro de 30%, envolvendo: a) fundação preenchida e injetada; b) escavação do vertedouro concluída; c) tomada da água com escavação em rocha concluída; d) em andamento o lançamento de concreto, base fundamental para o início da nova fase da ação.

Construção do complexo Castanhão-CE.

A barragem mais importante do DNOCS pelo volume e pela utilidade é a do Castanhão em Jaguaribara-CE, com capacidade para 6,7 bilhões de m³, sendo 4,5 bilhões para acumulação de 2,2 bilhões para volume de espera e de controle de cheias. A barragem gerou suporte hídrico suficiente para uma vazão de 22 m³/s (com 90% de garantia) que adicionada à vazão remanescente de 7,0 m³/s do açude Orós, permitirá o aproveitamento hidroagrícola de cerca de 30.000 ha na região do Baixo Jaguaribe e o abastecimento de uma população de 3,3 milhões de habitantes, no Baixo Jaguaribe e na região metropolitana de Fortaleza, dando inclusive, suporte ao complexo portuário de Pecém. A água acumulada deverá gerar 130.000 empregos diretos e 170.000 indiretos com a implantação dos projetos de irrigação e piscicultura. A barragem do Castanhão, implantado no período de 1989 a 2004, conta com recursos complementares para a implantação da infra-estrutura urbana e rural, reorientação das atividades econômicas da população reassentada e controle ambiental da área de influência do açude.



Foto 9 – Estação de tratamento de água. Ipupi-PE.



Foto 10 – Tubulação de recalque. Projeto de irrigação Tabuleiros de Russas-CE. À esquerda, a tubulação do canal de integração Castanhão à região metropolitana de Fortaleza.



Foto 11 – Bombas de recalque. Projeto de irrigação Platôs de Guadalupe-MA.



Foto 12 – Concretagem do vertedouro. Barragem Piaus-PI.

Os recursos federais para as ações complementares do complexo Castanhão são da ordem de R\$13,22 milhões da rubrica Restos a Pagar-RP 2006 e R\$2,82 milhões da Lei de Orçamentos Anuais-LOA 2007, os quais são acrescidos de recursos de contrapartida dos órgãos executores. Foram formalizados convênios da ordem de R\$ 4,28 milhões com as secretarias do governo do estado do Ceará, SEBRAE, UFRN, dentre outras, para a rematerialização da poligonal da cota 110 do complexo do Castanhão, bem como das faixas de proteção ambiental. Estão sendo realizadas diversas ações, destacando-se entre outras: a) a continuidade de construção dos núcleos residenciais e equipamentos comunitários coletivos no reassentamento rural; b) a conclusão de 164 unidades residenciais pelo sistema de autoconstrução, em convênio com o governo do estado do Ceará; c) a implantação de sistemas de abastecimento de água para o consumo humano; d) a manutenção e a operação das estações de sismologia pela UFRN; e) a construção de estrada de acesso para a circulação e escoamento da produção da comunidade do Alagamar para Jaguaratama; f) a implantação dos projetos produtivos de irrigação e piscicultura, através de convênios com o SEBRAE e diversas secretarias de governo do estado do Ceará, para assegurar a sustentabilidade de 18 comunidades rurais realocadas e g) a ação de reintegração de posse das áreas invadidas, visando resgatar toda a área indenizada e paga por ocasião da construção. No momento, o DNOCS arca com todas as despesas de administração, manutenção, segurança e operação da barragem, fiscalização do uso da água, monitoramento, vigilância para evitar a invasão da área de preservação ambiental, acompanhamento e controle dos convênios e implantação da infra-estrutura complementar e dos projetos produtivos. Apesar do elevado montante dos gastos necessários no gerenciamento e no funcionamento de um patrimônio público da ordem de R\$1 bilhão, o Departamento ainda não conta com recursos específicos para as despesas anuais, um paradoxo dos órgãos superiores da administração pública que considera uma obra pronta, compromisso encerrado. O gerenciamento de infra-estrutura física de um sistema hídrico complexo como o do Castanhão requer recursos específicos para a sua administração.

Barragem Berizal-MG.

Construção da barragem de terra homogênea sobre o rio Pardo, com altura máxima de 41 m, vertedouro com largura de 40 m, com capacidade de acumulação de 339 milhões de m³, no município de Berizal, a 848 km de Belo Horizonte-MG. A barragem tem a finalidade de garantir a oferta de hídrica para o abastecimento de 50 mil habitantes, levando melhoria na qualidade de vida da população de São João do Paraíso, Berizal, Rio Pardo de Minas, Taiobeiras e Indaiabira, irrigação de 10.000ha, piscicultura, turismo e lazer.

A construção iniciada em 25 de junho de 1997 foi embargado em 2 de julho de 2002. Os serviços emergenciais executados recentemente foram: a escavação da fundação nas ombreiras, obras civis da tomada da água, concretagem de parte da estrutura do vertedouro. As obras emergenciais foram paralisadas a partir de 16/11/2005, com um avanço físico executado de 80%, o restante dos serviços será executado somente após a concretização do plano de reassentamento e concessão da licença ambiental. Estão em andamento as ações com vistas à contratação dos estudos ambientais complementares, exigidos pelo órgão ambiental competente, o Instituto Estadual de Florestas-IEF de Minas Gerais que é o responsável pela análise e concessão da licença ambiental. A outorga de direito de uso de recursos hídricos já foi concedida pela Agência Nacional de Águas – ANA. Do valor total orçado em R\$90,0 milhões, foram aplicados R\$25,3 milhões até 2006 e R\$15,68 milhões em 2007, previstos R\$34,0 milhões para 2008 e R\$15,0 milhões para 2009. Foram empenhados R\$15,68 milhões e pagos R\$52.019,84, em 2007.

Barragem Congonhas-MG

A barragem Congonhas visa garantir a oferta hídrica para a irrigação de seis mil hectares, ao abastecimento de seissentos mil habitantes, as atividades relacionadas a piscicultura, turismo e lazer, melhorando a qualidade de vida nos municípios de Montes Claros, Grão, Mogol, Itacambira e Francisco Sá, situados no norte do Estado de Minas Gerais. A barragem será do tipo mista, terra e concreto (CCR), no rio Congonhas (sistema do rio Jequitinhonha), com altura máxima de 72 m, com capacidade de acumulação de 950 milhões de m³ de água.

A construção iniciada em 25 de junho de 1997 foi embargado em 2 de julho de 2002. Em fase de elaboração de estudos ambientais complementares e de sustentabilidade, plano de reassentamento da população atingida pela desapropriação, plano de controle ambiental, desapropriação da área da barragem e da bacia hidráulica e desmatamento racional da área inundada, exigidos pelo órgão ambiental competente, o Instituto Estadual de Florestas-IEF de Minas Gerais que é o responsável pela análise e concessão da licença ambiental. As obras estão contratadas e ainda não iniciadas, o que ocorrerá somente após a obtenção da licença ambiental, que depende da conclusão dos estudos ambientais (EIA-RIMA). Os projetos básico e executivo estão concluídos. A outorga de direito de uso de recursos hídricos foi concedida pela Agência Nacional de Águas- ANA. A obra está orçada em R\$153 milhões e a sua conclusão prevista para 36 meses.

Barragem Bujari-RN

A barragem Bujari no rio Calabouço em Nova Cruz-RN, deverá acumular cerca de 18 milhões de m³. A água será destinada ao abastecimento dos núcleos urbanos de Nova Cruz, no agreste do Estado, em benefício de 15.000 habitantes. A região onde se situa a barragem é uma das mais precárias do estado, sob o ponto de vista de qualidade de vida. A barragem permitirá o desenvolvimento da piscicultura e irrigação de 120 ha de aluviões férteis ao longo do rio perenizado no desenvolvimento da pecuária e da agricultura e o abastecimento de Nova Cruz. As ações a serem desenvolvidas envolvem a elaboração de estudos técnicos, executivos e ambientais, desapropriação, reassentamento e construção da barragem. A fase atual é de realização de estudos, elaboração do projeto executivo, EIA-RIMA e sustentabilidade hídrica.

Açude público Itapebussu-CE

A concessão da licença de instalação do açude público Manoel Guedes no distrito de Itapebussu, em Maranguape-CE, foi aprovada pela SEMACE, em 27 de agosto de 1998 e a implantação da barragem, equipamento hidromecânicos e infra-estrutura complementar concluída em abril de 2006. A obra foi implantada pela prefeitura de Maranguape, em convênio com o DNOCS. O reservatório da barragem Itapebussu com capacidade para 9 milhões de m³, é destinado a 1.300 ligações domiciliares do distrito e abastecimento das comunidades residentes nas margens do rio barrado, uma população beneficiária da ordem de 15.000 habitantes. Sistema de abastecimento de água para consumo da população sob administração da Companhia de Água e Esgotos do Ceará-CAGECE.

Em 2007, foi implantada cerca de 20% da estrada de contorno de acesso a Itapebussu, a partir das comunidades reassentadas. A execução das obras continuará no exercício de 2008.

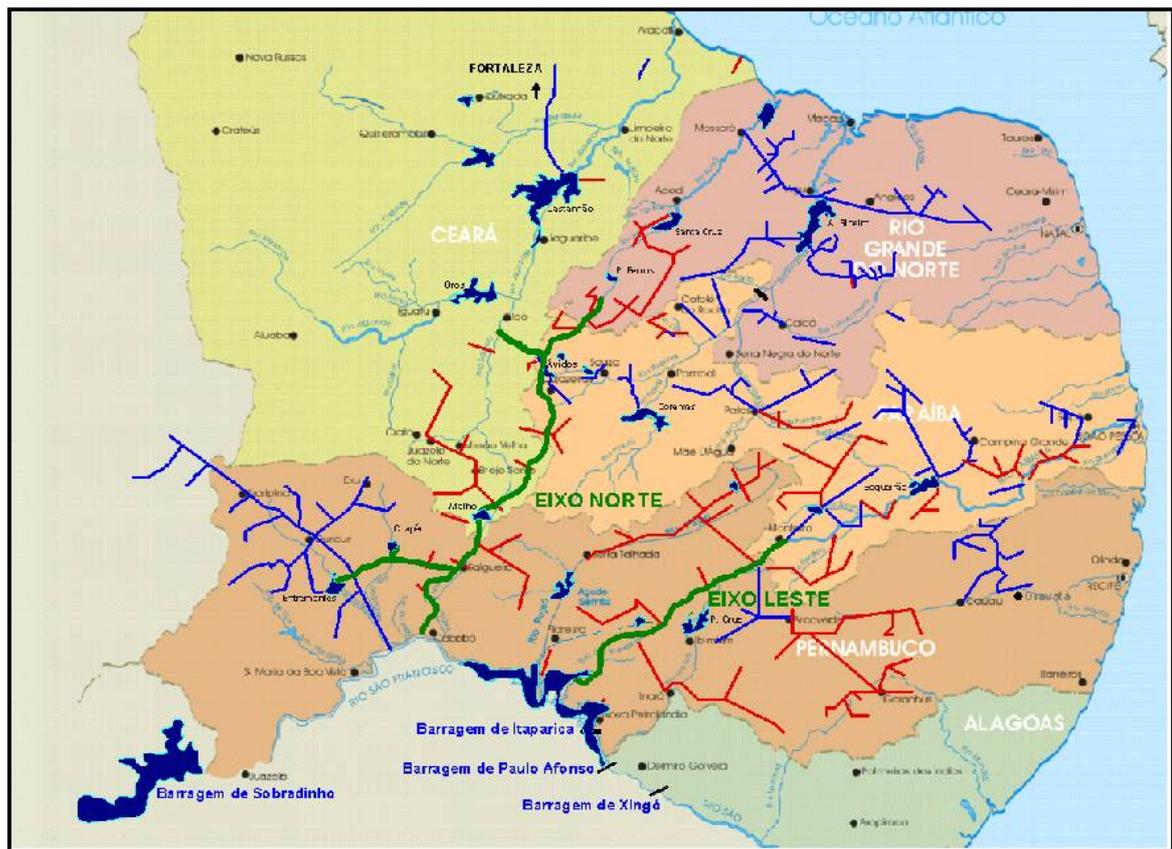
Integração do rio São Francisco.

A transposição de água do rio São Francisco para as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional representa a segurança hídrica para a solução do problema de insuficiência de chuvas e falta de recarga dos açudes muito graves, que ocorreram em intervalos cíclicos e irregulares de 32 anos, quando a maioria dos reservatórios ficam secos, expondo a população a uma situação vexatória de não dispor de água sequer para o abastecimento humano e animal. Para minimizar sofrimentos futuros da população sertaneja, o governo federal tomou uma decisão de realizar elevados investimentos na integração da bacia hidrográfica do rio São Francisco com as bacias de rios intermitentes do semi-árido, para proporcionar fornecimento contínuo de água, promover a desconcentração de desenvolvimento e a sustentabilidade da população em seu ambiente mais hostil.

Para o Nordeste onde vivem 48 milhões ou 28% da população brasileira dispõe de apenas 3% da água do país, o rio São Francisco representa 75% dessa oferta regional. A integração permitirá a garantia permanente de abastecimento urbano de 390 municípios do sertão e do agreste, onde vivem 12 milhões de habitantes. Posteriormente, outros municípios serão beneficiados por canais e adutoras interligadas ao sistema principal. As bacias do Nordeste Setentrional tem uma oferta hídrica *per capita* de apenas 450 m³/hab/ano, bem inferior à 1.500 m³/hab/ano, recomendada pela Organização das Nações Unidas-ONU. A vazão regularizada na barragem de Sobradinho representa 1.200 m³/hab/ano.

Os conflitos observados entre grupos favoráveis e contrários à transposição do rio São Francisco, é um fenômeno natural de embate entre cedentes de água e os novos beneficiários, pois sabe-se que a vazão garantida de 1.850m³/s liberada pela barragem de Sobradinho, é insuficiente, mesmo para atender ao potencial de áreas irrigáveis superiores a dois milhões de hectares dentro da própria bacia hidrográfica. O embate pela disputa da água justifica-se pelo fato da grande parte do semi-árido situar-se na própria bacia onde já estão outorgados 600 m³/s para irrigação de 600 mil hectares (600.000 empregos diretos permanentes em atividade produtiva), pelo resultado promissor de desenvolvimento rural e urbano do pólo de irrigação Petrolina-PE/Juazeiro-BA e muitos projetos governamentais de irrigação que competem por recursos em ambas as regiões. Desta forma, a discussão transcende meramente à disponibilidade de água e passa a ser também uma competição por investimentos que é legítima, dado que os problemas e as aspirações existem nas duas regiões.

Pelo panorama descrito, a administração dos recursos hídricos e ambientais da bacia do rio São Francisco, deverá orientar-se no sentido de proporcionar a racionalidade do seu uso, pela busca permanente de soluções de conflitos entre cedentes e novos beneficiários, como tem sido feito em todas as partes do mundo onde ocorrem transferências de águas entre grandes bacias hidrográficas. O que não pode acontecer é perder água doce, a mais importante fonte de sustentação da vida, deixando-a escoar para o mar, sem tirar o máximo de benefício para abastecimento humano e produção de alimentos. As melhores soluções adotadas nas experiências em outros países passam por um processo de negociação pactuada dos entes federados, protocolos de compensações, medidas mitigadoras e investimentos proporcionais para ambos. Passa, ainda, e fundamentalmente, por programas educativos e ambientais, pelo uso parcimonioso da água, pelo seu reuso e dessalinização, enfim, por uma convivência sustentável com o semi-árido. Para a energia elétrica existem outras fontes alternativas de geração além da hidráulica. A energia nuclear, já na sua quarta geração, pode gerar plutônio suficiente para a auto-sustentação das usinas por mil anos ou mais e a água seria destinada para uso mais nobre.



Legenda

- Eixos de Integração
- Adutoras Construídas e em Funcionamento
- Adutoras Planejadas e em Construção

Figura 1 – Mapa infográfico de canais e adutoras do Plano de Integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas no Nordeste Setentrional.

A intervenção do poder público assume um caráter estruturador e estratégico que não se limita às ações de implantação de infra-estrutura hidráulica, mas numa intervenção mais ampla na organização da sociedade que induza e condicione ações físicas e institucionais, contribuindo para consolidar o princípio da gestão participativa, descentralizada e integrada, que hoje já é uma realidade em algumas regiões do país. A transferência de água deverá garantir uma maior vazão regularizável pelos grandes reservatórios, aumentando consideravelmente a sinergia dos sistemas, no que tange a pouca garantia de fornecimento de água, um fato incontestável que a incerteza climática regional condiciona o porte dos projetos de irrigação que são estabelecidos a partir das reservas disponíveis.

PAC na transposição do rio São Francisco.

O projeto de transposição é composto por um conjunto de canais, adutoras, túneis, estações de bombeamento a serem implantados a partir de dois eixos adutores que saem do rio São Francisco, entre as barragens de Sobradinho e Itaparica. O eixo norte partirá da captação no rio São Francisco, próximo à cidade de Cabrobó-PE, percorrerá cerca de 400 km,

conduzindo água aos rios Salgado e Jaguaribe-CE; Apodi-RN; e Piranhas-Açu-PB/RN. Para atender a região do Brígida, no oeste de Pernambuco, foi concebido um ramal de 110 km de comprimento que derivará parte da vazão do eixo norte para os açudes Entremontes e Chapéu-PE. O eixo leste terá sua captação no lago da barragem de Itaparica, no município de Floresta-PE, se estenderá 220 km até o rio Paraíba-PB, após deixar parte da vazão transferida para as bacias do Pajeú e Moxotó-PE. As obras complementares para a integração de outras bacias receptoras ao projeto São Francisco são: o canal do açude Castanhão ao porto de Pecém-CE, o canal do sertão Alagoano-AL, a adutora do Oeste-PE, o eixo de integração Orós-Feiticeiro-CE, a adutora do Agreste-PE, a adutora do Pajeú-PE e a barragem Setúbal-PE.

O Programa de Aceleração de Crescimento-PAC anunciado pela presidência da república, em 22-01-2007, prevê a dotação de R\$ 6,6 bilhões para o projeto de integração do rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste setentrional. Os recursos serão aplicados no período de 2007 a 2010, na construção dos eixos de integração norte (R\$ 3,4 bilhões) e leste (R\$ 1,58 bilhão); na integração de bacias receptoras (R\$ 1,3 bilhão); e em ações ambientais e de saneamento (R\$ 226 milhões). O projeto prevê ações de monitoramento ambiental, tratamento do esgotamento sanitário, recomposição da cobertura vegetal das matas ciliares para a redução do assoreamento e controle das demandas das comunidades, irrigação e sistemas de abastecimento, em ambas bacias, para otimizar as disponibilidades de água de qualidade.

Situação atual da ação de integração do rio São Francisco.

No começo de junho, cerca de 150 militares do 2º batalhão de engenharia do exército iniciaram a construção dos dois primeiros reservatórios e dos respectivos canais de aproximação, ligando o rio São Francisco às primeiras estações de bombeamento em Cabrobó e Floresta-PE. Os trabalhos do exército estão programados para conclusão em agosto de 2009.

As principais ações desenvolvidas pelo DNOCS no projeto de integração do rio São Francisco são: desapropriação, inclusão social, segurança hídrica e segurança alimentar. Para realizar essas ações o Departamento firmou convênios com o INCRA e os institutos de terras do Ceará, Paraíba e Pernambuco, para efetivar a regularização fundiária e acelerar a concessão de títulos de propriedade, permitindo aos expropriados o recebimento das indenizações, bem como acesso ao crédito para as novas atividades produtivas que vierem a desenvolver. Essas ações constituem-se num resgate de cidadania pois o Departamento poderia depositar esses valores em juízo o que dificultaria o recebimento para um grande número de estabelecimentos sem titulação comprovada. As prioridades para pagamento das indenizações são as áreas de captação, reservatórios e áreas de reassentamento rural. As indenizações das terras para as 2.200 propriedades desapropriadas estão estimadas em R\$ 60 milhões.

Para caracterizar o projeto de integração da bacia do Rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional como um projeto de engenharia social, na área de influência do projeto, o DNOCS realizou um amplo diagnóstico da socioeconomia, com vistas a estruturar soluções de abastecimento de água para 424 comunidades, envolvendo 72.000 habitantes. Nas ações de compensação ambiental, foram identificadas 252 comunidades com agregação familiar igual ou superior a 30 domicílios, para serem atendidas com sistemas de abastecimento de água tratada. Além da água para o abastecimento humano, será fornecido um ponto de água bruta, com reservatório para as atividades produtivas de subsistência das

famílias. Pelo mesmo diagnóstico, estão identificadas 172 comunidades, com agregação familiar inferior a 30 domicílios, cujas soluções de abastecimento de água para o consumo humano estão sendo propostas da seguinte forma: 30% com atendimento de cisternas, 30% por poços e 40% com atendimento pelas adutoras que abastecerão as comunidades com agregação familiar igual ou superior a 30 domicílios, em função de sua proximidade com os reservatórios ou do traçado das adutoras. Parte dos projetos estão prontos para serem licitados. Para a primeira fase, os custos dos projetos para 104 comunidades estão estimados em R\$ 53 milhões, incluindo despesas de gestão e implantação.

Monitoramento hidrológico.

O segmento de monitoramento hidrológico e gestão tem a função de desenvolver e implantar: a política de produção e uso dos recursos hídricos; organização dos usuários em comissões gestoras de açudes e comitês de bacias hidrográficas; modelos de gerenciamento compartilhado entre órgãos gestores e usuários; sistemas de otimização do aproveitamento integrado dos reservatórios; normas de operação de sistemas de reservatórios; sistemas de sensoriamento remoto e redes de alerta. Dispor de um sistema permanente de geração e difusão de informações quantitativos e qualitativos da água.

O monitoramento, a fiscalização e a operação das infra-estruturas hídricas é atribuição da unidade de campo, subordinada à coordenadoria estadual, a quem cabe coletar dados das estações climatológicas, medidores de níveis de água, vazões liberadas, verificação do estado de conservação das infra-estruturas e dos equipamentos hidromecânicos, coleta de amostras de água para análises laboratoriais, comunicados através de telefones, cartas, veículos e *e-mail*, disponibilizados nos *sites* do DNOCS e dos órgãos públicos estaduais. O plano de operação do sistema hídrico sob responsabilidade dos gestores e das organizações dos usuários é elaborada com base na projeção diária de oferta e demanda de água para todos os usos.

A estação remota de monitoramento e controle de vazão instalados nos maiores açudes é capaz de ler sensores de uso genérico, armazenar dados temporariamente e se comunicar via celular com a estação central implantada na administração central do DNOCS. A automação proporciona o controle da liberação da saída da válvula dispersora e abertura da comporta, permitindo melhor controle do fluxo de água, redução do desperdício e tomada de decisão emergencial, proporcionando maior segurança em situação de risco.

Em oficina de trabalho realizado pelo DNOCS e ANA no hotel Marina Park, em Fortaleza-CE, em dezembro de 2006, foram apresentadas as principais dificuldades operacionais para o atendimento das demandas previstas no Programa de Monitoramento e Gestão Participativa dos Recursos Hídricos. Constatou-se que há a falta de definição de uma estrutura organizacional, coordenação e equipes responsáveis pela gestão de recursos hídricos na administração central e nas coordenadorias estaduais, agravada pela baixa qualificação dos servidores lotados nas unidades de campo e nos açudes, indisponibilidade de meios de transportes, falta de telefones, má conservação ou inexistência de escritórios em alguns açudes. Apesar dos esforços, a dificuldade de monitoramento é caracterizada pelas constantes interrupções na atualização dos dados dos 64 açudes administrados pela Cest-CE no programa APOENA e sua inserção na página do DNOCS na *internet*. O problema se agrava pela constante redução do quadro de servidores de níveis superior e médio nas Cest, fato que impossibilita o atendimento às novas atribuições previstas nos programas prioritários de monitoramento hidrológico, gestão participativa e transferência de gestão dos perímetros

irrigados, agravando a já difícil capacidade de administração da infra-estrutura hídrica, fiscalização dos convênios e atividades administrativas de rotina.

Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-CONVIVER.

O padrão histórico de intervenção governamental no semi-árido nordestino tem sido pautado por um conjunto de ações para a implantação da infra-estrutura hídrica de açudes, barragens, adutoras, poços, perímetros de irrigação, etc., aliado a iniciativas de natureza assistencial. Ainda que este conjunto de ações possua alta relevância para as condições básicas de sobrevivência e cidadania e para a sustentabilidade regional, as novas perspectivas do programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido-CONVIVER voltam-se para a busca de geração de trajetórias locais de desenvolvimento.

Conforme o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido-PDSA, as atividades estruturadas em torno de Arranjos Produtivos Locais-APL caracterizam-se como aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, dotadas de especialização produtiva, mantendo algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. Considera-se, portanto, a dinâmica do território em que essas empresas estão inseridas, tendo em vista o número de postos de trabalho, o faturamento, o mercado, o potencial de crescimento, a diversificação, entre outros aspectos. Assim, os APL constituem importantes elementos das estratégias locais de desenvolvimento e possibilitam a participação das comunidades, nos conselhos e nos fóruns de desenvolvimento municipais, regionais e estaduais.

No âmbito da administração direta do Ministério da Integração Nacional, a estratégia de implementação do programa ocorre por meio das atividades contidas no PPA 2004-2007 da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos-SPR: a) organização social e gestão participativa do semi-árido; b) capacitação para o desenvolvimento integrado e sustentável no semi-árido; c) fortalecimento do associativismo e do cooperativismo no semi-árido; c) estruturação e organização de Arranjos Produtivos Locais-APL e e) obras do Proágua Semi-Árido da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica-SIH. Conforme apontado, as obras do Proágua Semi-Árido enquadram-se na administração direta do MI, mas sob a coordenação da SIH. As demais atividades do Programa CONVIVER, como organização social, capacitação, fortalecimento do associativismo e estruturação e dinamização de APL, são coordenadas pela Secretaria de Programas Regionais.

O programa é multissetorial e, por isso, é desenvolvido por meio de uma ação coordenada entre o Ministério da Integração Nacional e demais ministérios setoriais para a convergência de esforços na implementação de programas de desenvolvimento regional, em articulação com governos estaduais e municipais das áreas afetadas pela seca, com aproveitamento de projetos de recursos hídricos. Faz parte da estratégia de implementação a criação de instâncias locais para a definição de prioridades e fiscalização e avaliação dos resultados. O programa tem procurado parcerias não-governamentais com consórcios municipais e, eventualmente, organizações não-governamentais, no entanto, a instabilidade nas regras da administração pública e as diferentes interpretações jurídicas, quanto à celebração de convênios com estes parceiros, dificultam a ampliação dessa ação, em especial em projetos que exigem recursos de investimento.

Com os recursos do programa foram perfurados 97 poços profundos em pequenas

comunidades, dos quais foram aproveitados 66. Desde a sua criação até o final de 2007, o DNOCS havia acumulado 28.182 poços perfurados, dos quais aproveitados 24.365 ou 86,46%.

Tabela 12 – Poços perfurados por estado.

Estado	Poços perfurados	Poços aproveitados
Piauí	23	18
Ceará	59	35
Rio Grande do Norte	8	6
Alagoas	1	1
Bahia	2	2
Minas Gerais	4	4
Total	97	66

Fonte: Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI.

Tabela 13 – Poços perfurados e aproveitados por estado. Dados acumulados até 2007.

Estado	Poços perfurados			Poços aproveitados			% aproveitado
	Público	Particular	Total	Público	Particular	Total	
Piauí	1.661	2.723	4.384	1.585	2.654	4.239	96,69
Ceará	1.813	4.012	5.825	1.511	3.553	5.064	86,79
Rio Grande do Norte	995	972	1.967	810	843	1.653	84,04
Paraíba	1.031	3.356	4.387	917	2.986	3.903	88,97
Pernambuco	781	1.045	1.826	691	929	1.620	88,72
Alagoas	326	742	1.068	292	667	959	89,79
Sergipe	446	1.662	2.108	360	1.435	1.795	85,15
Bahia	1.143	1.368	2.511	765	1.035	1.800	71,68
Minas Gerais	750	3.356	4.106	529	2.803	3.332	81,15
Total	8.946	19.236	28.182	7.460	16.905	24.365	86,46

Fonte: Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI.

Agricultura Familiar-PRONAF.

Implementada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf, iniciou-se pela disponibilização de crédito subsidiado para a população rural de baixa renda, havendo, posteriormente, ampliado o leque de beneficiários, incluindo: Pronaf Mulher; Jovem; Semi-árido; Agroecologia; Pronaf ECO; e Comercialização. Pela nova orientação do governo federal, as atividades contempladas com recursos do Pronaf objetiva centrar-se em quatro eixos que nortearão os esforços e todos os instrumentos que operacionalizam as políticas de fortalecimento da agricultura familiar: a) contribuir com a segurança alimentar; b) promover o “esverdeamento” dos sistemas de produção; c) redução da pobreza rural; e d) geração de

renda e agregação de valor.

Os recursos para capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação, serão destinados para o desenvolvimento das habilidades em tecnologia da produção, beneficiamento e comercialização agrícola para inseri-los de forma competitiva nos mercados de produtos e fatores. Os técnicos do DNOCS deverão ministrar cursos presenciais de curta duração, compatibilizando as demandas dos irrigantes familiares com os recursos financeiros alocados. Os recursos serão descentralizados na medida em que as coordenadorias estaduais apresentarem seus planos de aplicação, com especificação do curso a ser ministrado, período, facilitadores, previsão de diárias do facilitador, material das aulas, alimentação, etc.

Brasil Patrimônio Cultural.

O projeto de restauração do Solar Carvalho Mota, prédio da primeira sede da Autarquia, que na época da fundação, em 1909, tinha o nome de Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS. O Solar abrigará o Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido, reunindo documentos e a exposição de um acervo de materiais e equipamentos antigos, conforme orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan. A recuperação do prédio foi iniciada em 2003 e tem a finalidade de tornar acessível, um acervo de conhecimentos sobre a sua cultura, projetos e ações públicas no semi-árido. Possibilitar uma revisão histórica da atuação do DNOCS na melhoria das condições de sobrevivência da população e, em especial, os estudos sobre a região e o uso da água.

A recuperação do prédio encontra-se com 67% do cronograma físico executado, totalizando 50% dos itens contratuais, envolvendo a elaboração de planos preliminares; modificação e recuperação de infra-estrutura e superestrutura e sua adequação ao arquivamento do acervo; informatização do acesso ao conteúdo do arquivo; estruturação de espaços de atendimento e um sistema monitoramento e de controle da visitação.

As obras ficaram paralisadas até junho de 2007, devido a problemas relacionados com o aditamento do contrato de execução dos serviços. A ação de recuperação foi reiniciada, porém em ritmo lento. Alguns problemas de ordem técnica precisam ser sanados, para que a obra tenha um desempenho normal. Ainda foram licitados itens complementares no valor total de R\$75.836,86, dos quais foram executados 46% (8,38% do contrato). Itens aditivados no valor R\$ 193.788,82, perfazendo 21,34% do total do contrato, ainda não executados.

Zoneamento Ecológico-Econômico

O zoneamento ecológico-econômico, com mapeamento do espaço geográfico detalhado das características físicas, demográficas, econômicas e ambientais, permite visualizar e dimensionar a problemática e as causas da degradação ambiental e redefinir estratégias de exploração das potencialidades e da capacidade de suporte das atividades socioeconômicas e de preservação ambiental.

Para a execução do projeto de zoneamento ecológico-econômico, na escala 1:100.000, o DNOCS firmou convênio com a Fundação Cearense de Meteorologia-FUNCEME, para o mapeamento das áreas de preservação dos diversos açudes públicos no estado do Ceará. O projeto diz respeito ao ordenamento territorial, análise de uso, ocupação de solo e sua influência na qualidade da água dos reservatórios públicos estaduais e federais, para fins de

preservação do patrimônio público e preservação ambiental. O levantamento de informações socioambientais objetiva orientar os investimentos públicos e privados em bases sustentáveis, disponibilizar aos órgãos de desenvolvimento estadual e regional uma base de informações e de diretrizes de planejamento consolidados, ordenar e planejar a expansão da fronteira agrícola e fortalecer as atividades industriais, respeitando as condicionantes ambientais.

A necessidade de intervenção em determinados espaços geográficos públicos e privados, se deve a fraca atuação dos órgãos públicos na fiscalização das áreas de proteção ambiental-apa, nos entornos dos açudes, rios e lagos, que são mananciais de água destinados ao uso e consumo da população. As áreas de preservação permanente e obrigatório, geralmente de domínio público, são as que mais sofrem os efeitos da ocupação irregular, destruição da mata ciliar, graves contaminações com dejetos humanos e animais, agrotóxicos, lixo, rejeitos de indústrias e assoreamentos. A situação é particularmente grave no semi-árido, quando na procura pela sobrevivência, em anos de ocorrência de secas, observa-se o fenômeno da migração do sertanejo flagelado na direção das áreas próximas aos raros mananciais permanentes de água, onde concentram muitos retirantes e se estabelecem permanentemente como vazanteiros e pescadores de subsistência.

3 ATIVIDADES-MEIO

3.1 Coordenação Geral de Planejamento e Gestão Estratégica-CGPE

Conforme dispõe legislação básica, o DNOCS é regido pela Lei nº 10.204, de 22-02-2001, publicada no DOU de 23-02-2001, a sua estrutura regimental e quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas pelo Decreto nº 4.650, de 27-03-2003, publicado no DOU de 28-03-2003 e o regimento interno regulamentado pela Portaria nº 48, de 11-01-2007, publicada no DOU de 12-01-2007. A sua missão institucional é para promover de forma participativa os meios necessários ao desenvolvimento sustentável, através de ações de captação, desenvolvimento, aproveitamento, gestão e preservação dos recursos hídricos, visando a melhoria da qualidade de vida do homem. A sua área de atuação está definida no Art. 2º, § 3º da Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001, a região denominada Polígono das Secas, com indicadores climáticas, sócio econômicas e ambientais semelhantes, envolvendo os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais, incluindo as áreas das bacias hidrográficas dos rios Parnaíba no Maranhão e Jequitinhonha em Minas Gerais.

Sua estrutura operacional compõe da: a) administração central, sede da Direção-Geral, com três diretorias; b) nove coordenadorias estaduais; c) dois centros de pesquisas, oito estações piscicultura em operação e quatro em implantação; d) vinte e sete unidades de campo, organizadas por bacias hidrográficas; e) um escritório em Brasília e e) um Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido (em implantação). Dispõe de um patrimônio para administrar de cerca de 13 mil imóveis, 323 açudes com capacidade para armazenar 27 bilhões de metros cúbicos, 37 perímetros irrigados com uma área desapropriada de 234.945 hectares e irrigada de 62.838 hectares (cada hectare irrigado gera em média um emprego direto) e um corpo funcional de 1.878 servidores.

Para o desenvolvimento do semi-árido, a água é um bem estratégico e a integração de bacias uma ação imperiosa e urgente, cujos instrumentos são as ações fundadas nas potencialidades de cada lugar, planejadas de forma integrada e participativa. Assim, cada vez mais, se confirma a necessidade de reestruturação do DNOCS, que com uma adequada capacitação técnica, organizacional e financeira, é plenamente capaz de cumprir a missão de ser um agente dinamizador na superação das desigualdades regionais e contribuir para o pleno desenvolvimento da região, principalmente considerada a sua experiência acumulada, o seu acervo, o conhecimento da problemática do semi-árido, a sua capilaridade e a capacidade operacional que ainda detém. O papel histórico do Departamento tem sido predominantemente a ampliação da oferta de água no Nordeste semi-árido, pelo aumento quantitativo de obras hidráulicas, gerenciamento, democratização do acesso e gestão, pesquisas de tecnologias para redução das perdas por infiltração, evaporação, irrigação, piscicultura, dessalinização, reuso, monitoramento ambiental, mitigação dos efeitos das calamidades, etc.

Atualmente, a atuação do DNOCS está distribuída em três eixos: a) fortalecimento da infra-estrutura hídrica pela implantação, manutenção e recuperação das obras físicas e de equipamentos hídricos de canais, adutoras e integração de bacias hidrográficas para fins de acumulação e regularização dos cursos de água; b) programas de inclusão social e geração de renda, considerando a infra-estrutura física e produtiva de irrigação implantadas e o seu patrimônio técnico e tecnológico; e c) programa de modernização institucional que permita,

além da promoção de ações de treinamento e capacitação de servidores, preservar e difundir o patrimônio cultural regional e dotar a instituição de ferramentas de gestão modernas.

No entanto, apesar de relativamente recente, a Lei 10.204/2001 (que alterou a Lei nº 4.922/1963) não acompanhou a evolução conceitual no que diz respeito a questões como o desenvolvimento regional, gestão de recursos hídricos e outras relativas ao programa CONVIVER. Mesmo assim, apesar de evidente necessidade de adequação desse diploma legal, algumas competências devem ser registradas: a) contribuir para a implementação dos objetivos da política nacional de recursos hídricos; b) contribuir para a elaboração do plano regional de recursos hídricos; c) colaborar na realização de estudos de avaliação permanente de oferta hídrica e da estocagem nos seus reservatórios; d) colaborar na preparação dos planos regionais de operação, manutenção e segurança de obras hidráulicas; e) promover ações no sentido da regeneração de ecossistemas hídricos e de áreas degradadas e f) colaborar na concepção, instalação, manutenção e operação da rede de estações hidrológicas e na promoção do estudo sistemático das bacias hidrográficas, de modo a integrar o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos-SIGERH (regulamentado pelo Decreto nº13.284, de 22-03-1997).

Como autarquia federal vinculada ao Ministério da Integração Nacional e considerando o novo enfoque dado às políticas, planos e programas de natureza regional, ao definir novas escalas de intervenção territorial, ao organizar e participar de grupos de trabalhos com o objetivo de integrar ações em áreas selecionadas, dentre outros, o Departamento tem a necessidade de se constituir no agente executor das ações governamentais no semi-árido nordestino. A realização de atividades conjuntas com a Agência Nacional de Águas-ANA-MMA e a sua efetiva participação em diversos programas de âmbito nacional, são fortes referências para a definição de sua inserção na matriz de órgãos federais com atuação na área geográfica do semi-árido, se constitui em referência fundamental para a definição de sua área geográfica de atuação legal. Desta forma, a criação da ANA, o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca-PAN-MMA, o Programa de Economia Solidária-MT, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel-MME, entre outros, passam a demandar uma participação mais efetiva da Instituição, reconhecidamente a detentora da mais significativa presença histórica na região.

Além disso, novos marcos regulatórios nas atividades do desenvolvimento regional estão sendo criados pelo governo federal. A título de exemplo, destacam-se, entre outras, a formulação da nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional-PNDR, a Política Nacional de Ordenamento Territorial-PNOT, o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Nordeste-PNDN, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-árido - PNSA, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional-GTI, a recriação da SUDENE, dentre outras medidas adotadas recentemente, constituem-se em importantes marcos referenciais da nova forma de abordar a questão regional, que integram o novo em matéria de planejamento das ações governamentais no espaço do território.

Tem-se como claro, assim, que a recuperação e a revitalização dos órgãos regionais, com o redirecionamento adequado dos programas e estruturas funcionais, são fundamentais nas estratégias de desenvolvimento sustentáveis proposta pelo estado brasileiro. A SUDENE, o Banco do Nordeste e o DNOCS, revitalizados, devem compor o tripé sobre o qual se assentam as políticas públicas com vistas à superação das desigualdades inter-regionais. Com base no conjunto das transformações verificadas nos diversos cenários, sejam de natureza

conceitual, programática ou legal, entende-se que é preciso aprofundar a discussão das alternativas que nos encaminhem a uma proposta de um novo modelo jurídico-institucional. Além da necessidade de novo arcabouço legal, é fundamental identificar o seu foco de atuação, sua área de conhecimento e especialização, na redefinição do seu território de ação, constitui-se nos maiores desafios hoje para a revitalização institucional.

As bases para a atuação do DNOCS nas regiões afetadas pelo fenômeno da estiagem recorrente, requerem a aplicação de práticas integradas de gestão transversal, que proporcionam o diálogo e interação com o Ministério das Cidades, na aplicação da política urbana; do Ministério do Meio Ambiente, na política nacional de recursos hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos-SIGERH; do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e no Programa de Reforma Agrária; do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL; do Ministério de Ciência e Tecnologia, na pesquisa e no desenvolvimento das atividades produtivas em arranjos locais; do Ministério do Turismo, no desenvolvimento dos pólos turísticos regionais e locais; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, no Programa Bolsa Família e promoção da segurança alimentar e nutricional.

Os avanços registrados, as ações desenvolvidas sob a égide dos novos conteúdos introduzidos a partir da proposta de construir políticas participativas que trabalhem a questão da convivência com o semi-árido, com sustentabilidade, que considerem as potencialidades de cada lugar, que atuem em múltiplas escalas, os resultados obtidos, precisam ser sistematizados, constituindo-se em fortes indicativos para a definição do alinhamento estratégico da Instituição e a formulação da sua nova missão, atribuições e competências, uma vez que já é visível a necessidade de caracterizar e divulgar os ganhos com a marca da gestão: gestão do patrimônio, gestão dos recursos hídricos e meio ambiente e gestão do conhecimento. Entretanto, ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à agilidade e modernização da máquina administrativa, ainda carente de uma melhor qualificação, de uma estruturação em carreiras que lhes dê mais segurança e motivação.

No entanto, todo programa de modernização passa, necessariamente, por significativas mudanças dentro das instituições, e é sobre os gestores das organizações que pesam os maiores dilemas. Esse é um problema complexo, pois a maioria dos gestores ainda se guia pelo modelo de empresas em que as pessoas são vistas como mecanismos a serem controladas e reguladas por poucos iluminados que guardam os segredos da administração. Se a proposta, como é o caso do projeto de desenvolvimento estratégico, é fazer mudanças realmente significativas na organização, a persistir essa falta de conexão entre os gestores e seus comandados, serão gerados sentimentos de mágoa, frustração e desencorajamento dos funcionários. O caminho a ser perseguido é o de fomentar a gestão participativa, o talento individual e capacidade natural e a paixão que motiva a pessoa e a inspira a serviço da coletividade e da construção de um bem maior.

Diante da necessidade urgente de reformulação institucional na busca da nova missão para atender as atuais e crescentes novas demandas sócio-ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável é compreensível que os seus públicos – alvos conhecidos hoje, sejam radicalmente ampliados, o que aumenta a sua responsabilidade como uma instituição especializada nas estratégias de soluções hídricas para os territórios afetados por estiagens recorrentes. O grande esforço para qualificar o DNOCS nesta proposta de virada de página secular, que se volta para os novos desafios, vem acompanhado da certeza dos inúmeros

resultados que serão gerados para uma base de clientes cada vez maior. Esta base de clientes será a principal beneficiada do projeto de desenvolvimento estratégico proposto, da qual se destaca: a) populações das áreas urbanas e rurais residentes em territórios com estiagens recorrentes; b) instituições federais; c) instituições estaduais; d) instituições municipais; e) fornecedores de soluções tecnológicas; f) fornecedores de bens e serviços e g) instituições multilaterais de estudos, pesquisas e financiamento. Outro público alvo relevante a ser beneficiado pela ação proposta, são os servidores, que, capacitados, motivados e qualificados, disporão de melhores condições para exercerem suas atividades de forma satisfatória e eficaz para os usuários de soluções hídricas.

A atuação do DNOCS a partir da reformulação do seu campo de ação proposta no contexto do projeto de desenvolvimento estratégico, abre perspectivas potenciais para estabelecer a mais ampla relação interinstitucional de toda a sua história, com uma base de complementaridade significativa, de elevada sinergia, podendo ser destacados os ministérios: do Meio Ambiente; Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Agrário; Educação; Minas e Energia; Trabalho e Emprego; Transportes; Justiça; Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior; Cidades; Turismo e Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.

3.1.1 Coordenação de Gestão Estratégica-CGE.

Modernização da área de tecnologia da informação e comunicação.

Apesar de dificuldades como a exiguidade de recursos financeiros e orçamentários e o reduzido quadro de pessoal, muitos são os produtos gerados pela equipe informática do DNOCS. No suporte de *softwares* foram feitas revisões dos equipamentos da administração central e das coordenadorias estaduais, atualização de sistemas operacionais e aplicativos diversos em estações de trabalho e servidores de comunicação. As máquinas foram revisadas e os usuários orientados quanto a não utilização de *softwares* sem o devido licenciamento, inclusive com abordagem das sanções penais previstas em lei. Foram substituídas estações de trabalho por equipamentos modernos, inclusive a substituição dos monitores *Cathode Ray Tube-CRT* por *Liquid Crystal Display-LCD*, proporcionando um ambiente de trabalho mais agradável e com economia de energia elétrica.

Para sanar o problema da inexistência de pessoal qualificado na área de desenvolvimento, partiu-se para a contratação de pessoal terceirizado especializados em análise de sistemas e programação, havendo implementado cerca de 46 sistemas e subsistemas para atender, com prioridade, a Diretoria Administrativa, devido a grande carência de ferramentas de controle e de gerenciamento. Foram, também, desenvolvidos diversos programas e sistemas técnicos para as demais diretorias. Os sistemas foram desenvolvidos no paradigma de *software* livre com a linguagem de programação PHP, tendo como sistema gerenciador de banco de dados o PostgreSQL em ambiente GNU/Linux. O modelo continua sendo o de acesso a *web* através da *internet*, de forma a proporcionar uma maior integração entre as unidades organizacionais e por ser independente do sistema operacional. Foram geradas mais de oitenta mil linhas de código. Apesar do grande número de linhas de programação gerado, há ainda, carência pessoal técnico qualificado para o desenvolvimento de novas tarefas, em quantidade e em especialidade, principalmente na elaboração de documentações de sistema e manuais de operação.

Para proporcionar um ambiente de trabalho seguro na rede de computadores, foram

revisados e reforçados todos os procedimentos de segurança lógica, incorporando aos sistemas de detecção de intrusão, novas ferramentas para análise e monitoramento, inclusive nos Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados-SGBD, reforçando os procedimentos de segurança e integridade dos dados. Não obstante os esforços pessoais da equipe, as cópias de segurança dos dados continuam prejudicadas pela falta de mídias para armazenamento e equipamentos adequados. Há a necessidade também de um técnico especializado para gerenciar SGBD, dado o crescimento exponencial de acessos e armazenamento de dados.

Em trabalho conjunto com a Diretoria de Desenvolvimento Tecnológico e Produção-DP, a CGE participou da formatação do programa de inclusão digital, cujos objetivos estão focados no desenvolvimentos do capital humano e sócio-econômico de unidades pertencentes ao DNOCS no Ceará, medida que promoverá o desenvolvimento humano dos produtores familiares, por meio do acesso de crianças, jovens e adultos à cultura digital, por intermédio de uma rede de informações, capacitações e serviços, em convênios com a Universidade Federal do Ceará - UFC, através da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura - FCPS e com o Instituto Centro de Ensino Tecnológico – CENTEC.

Com a Diretoria de Infra-Estrutura Hídrica-DI, a CGE participou da elaboração e implantação de um sistema de controle telemétrico de dados de cotas, vazões e pressões de água dos açudes Açú-RN e Castanhão-CE. O sistema foi implantado parcialmente com *software* livre, a partir de sistemas operacionais e gerenciadores de bancos de dados, mas vem enfrentando dificuldades para o seu pleno desenvolvimento, por causa da insuficiência de técnicos especializados para orientação sobre a utilização do material disponível de *hardware* e *software*. Os dados levantados encontram-se armazenados em sistemas gerenciadores de bancos de dados e estão disponibilizados também no sistema APOENA.

Ressalte-se, assim, a importância e a necessidade de participação da equipe de informática nos projetos e programas que envolvam tecnologia de informação e comunicação, tendo em vista a velocidade de surgimento de novos métodos, modelos e equipamentos que forcem estudos e atualizações constantes. Nesse sentido, uma grande conquista realizada foi a implantação da telefonia de voz sobre protocolo de *internet-VoIP* na administração central, propiciando uma enorme redução nas despesas com contas telefônicas e independência de fornecedores. Atualmente o DNOCS conta com duas centrais VoIP, operando em sincronia, dando transparência e segurança na comunicação, abrindo possibilidade para integração futura com as unidades estaduais e outras instituições que sigam o mesmo nível tecnológico.

Estão em andamento outros projetos e programas, dentre os quais pode-se citar: a) a reformatação do portal *web* do DNOCS; b) a reavaliação e ampliação do sistema APOENA; c) o início da implementação do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos, que será um marco na administração pública, gerando velocidade, transparência e seriedade na tramitação de processos e aquisição de arquivos digitais dos mais diversos; d) a digitalização de documentos para uso no ambiente Gestão Eletrônica de Documentos-GED; e) o início de implantação de um centro de convergência digital; f) a implantação de um núcleo de monitoramento hidrológico e geoprocessamento; g) a implantação de um núcleo de projetos avançados e de alto desempenho e h) a implantação do controle digital de acesso nas dependências físicas da administração central e de um sistema de circuito fechado de TV integrado à rede de comunicação interna. Na reforma do prédio da administração central, foi implantada toda a rede física e lógica de comunicação. Constatou-se, também, a necessidade urgente de revisar as instalações físicas e lógicas das coordenadorias estaduais, ampliar os *links* de comunicação com a *internet*, além de padronizá-los.

No que se refere à capacitação do corpo técnico, a grande demanda por sistemas informatizados e o reduzido quadro de técnicos dificultou sobremaneira a participação em eventos e cursos de atualização, agravada pela exigüidade de recursos para capacitação e, principalmente, pela dificuldade de servidores se ausentarem do ambiente de trabalho. Desta maneira, poucos cursos foram ministrados internamente e predominou a forma autodidata de aquisição de informações e a integração da equipe para distribuição e ampliação do conhecimento. Participamos somente do 8º Fórum Internacional de Software Livre em Porto Alegre - RS, incorporando novos conhecimentos e estreitando os relacionamentos com os especialistas nacionais e internacionais. Houve também a participação em cursos sobre telefonia VoIP e de OpenLDAP para integração digital e centralização de autenticação de usuários na rede de comunicação. Outro evento importante realizado, foi a participação no lançamento do *software* I3Geo do Ministério do Meio Ambiente-MMA, plataforma que, certamente, será utilizada pelo DNOCS para implantação da área de geoprocessamento, tão necessária como instrumento de suporte a decisões.

Modernização da área de documentação

É de competência do Serviço de Modernização e Documentação do DNOCS promover, acompanhar e implementar programas de reestruturação organizacional e de racionalização de métodos e procedimentos; elaborar estudos, visando à implantação de ações de desburocratização e de padrões de qualidade e funcionalidade orientados à melhoria contínua do desempenho dos trabalhos; promover e realizar ações de normalização e racionalização de instrumentos, formulários e fichas, e elaborar e implementar, em conjunto com o serviço de informática, projetos de informatização e modernização.

Um dos principais projetos iniciados na área de documentação, em 2007, foi a implantação de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos - GED, desenvolvido pelo Serviço de Informação, em sincronismo com o serviço de documentação. O GED é um sistema altamente complexo, principalmente quando aplicado no DNOCS, que devido as suas especificidades, necessita de uma avaliação preliminar forte e continuação no seu melhoramento. Propõe-se ser um sistema básico para promover uma grande mudança na forma de lidar com a administração pública, um verdadeiro indutor de mudanças culturais e fomentando o melhoramento dos processos administrativos. Dentro do cenário avaliado para o GED, houve a inserção de módulos complementares para integrar todo o acervo arquivístico do DNOCS.

Durante a reforma do edifício-sede, transferiu-se, temporariamente, o acervo da biblioteca para a Universidade Federal do Ceará, e, atualmente, após a conclusão das obras, retornado e reinstalado no primeiro andar. Outrossim, o arquivo técnico composto dos projetos de barragens, perímetros de irrigação e adutoras, com 70% do acervo em *on line*, que estava localizado no 7º andar, antes da reforma, foi instalado na biblioteca, tendo em vista a falta de espaço físico no arquivo geral. Com as reformas das instalações, o espaço físico da biblioteca foi ampliado, e o acervo reorganizado para dar maior segurança e melhor preservação da memória escrita do Órgão.

Foram visitados os arquivos da Coordenadoria Estadual no Ceará – CEST-CE, onde se encontra a riqueza do acervo técnico e histórico, além da documentação administrativa da Coordenadoria. Na oportunidade, constatou-se também a necessidade de restauração para manter a integridade física dos documentos. Nesse sentido, foi elaborado o projeto de

ampliação e reforma do arquivo geral com o objetivo de reunir a massa documental produzida por esta Instituição ao longo do tempo. No entanto, ainda não há recursos definidos para a execução do projeto em pauta.

Projeto DNOCS 100. Um novo DNOCS para um novo século

Diante da proximidade do centenário do DNOCS, em 21 de outubro de 2009, visualiza-se o restabelecimento de conceitos que remontam aos pressupostos que deram origem à sua criação como instituição republicana, registre-se uma referência feita pelo seu fundador, Arrojado Lisboa, quando, em palestra proferida no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro em 1913, associa o fenômeno climático das secas aos seus impactos no território e os reflexos destes impactos sobre a população local, ou seja, a questão central é como estabelecer os meios para a atenuação desses impactos.

Em 1953, o então servidor do DNOCS e um dos pioneiros no estudo da ecologia do semi-árido, Guimarães Duque, estabelecia as bases do pensamento que embasa a citada proposta: “A história, a vida, os trabalhos, os estudos mostraram o que é preciso: é preparar o homem para ele se adaptar àquela região, como ela é e fazer ali uma civilização com as cores do ambiente”. A simplicidade dessa formulação não reflete a sua profundidade conceitual. Obviamente não se trata de combater as secas, até porque os fenômenos climáticos ocorrem independente da nossa vontade. O fato concreto e objetivo é a sua ocorrência, o que remete à necessidade de ações de natureza permanente, ou seja estabelecer políticas públicas continuadas e desenvolver ações de convivência, não com a seca, mas com o meio, a região semi-árida, pela implantação de um novo ambiente ecológico-econômico que seja capaz de sustentar a população.

Posteriores governos, no entanto, fizeram com que o Departamento oscilasse entre o predomínio da visão na qual o foco é a obra de engenharia em si e não a população a ser beneficiada e a condição de órgão mero repassador de recursos para o atendimento de demandas políticas. Portanto os objetivos do projeto DNOCS 100 anos se voltam para a implementação de ações que torne o Órgão mais ágil, eficiente e eficaz no desenvolvimento de suas atividades, mais moderno, incluindo novas estratégias para a implementação de uma ampla diversidade de ações micro e macro, mediante o emprego de tecnologia e ferramentas adequadas, inserido no ambiente institucional atual, apresentando uma visão contextualizada do momento em que o conhecimento é o recurso fundamental para a construção de um processo de desenvolvimento sustentável.

Considerando que se trata de um projeto em construção e que é fundamental o envolvimento do público interno, dos parceiros, dos clientes, aqui entendido como sendo o conjunto de organizações da sociedade civil que congregam usuários dos nossos serviços, notadamente os usuários de água para abastecimento, irrigantes, pescadores e aquicultores, inclusive as instituições geradoras e difusoras de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Aspectos metodológicos a serem observados nos planos estratégicos.

Como o objetivo estratégico do projeto é estabelecer, de forma compartilhada e participativa, um processo de transformação organizacional permanente para aumentar a sua capacidade de produzir resultados, ganhar eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos, aumentar a sua contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico da região, buscando ter na sociedade o apoio necessário à sua permanência e a sua sustentabilidade. A

metodologia a ser empregada, deverá trabalhar em vários planos, cujas dinâmicas, por serem diferenciadas deverão ser tratadas, embora distintamente, mas suportadas por um eixo estruturado dentro de uma visão de planejamento estratégico.

Preliminarmente, identificados os nossos *expertises*, cumpre discutir com os clientes parceiros os devidos direcionamentos para a otimização da aplicação dos conhecimentos em benefício destes e como esse conjunto de ações se rebatem na matriz institucional do governo federal em apoio aos programas e políticas que tenham por objetivo o desenvolvimento humano e regional. Algumas ações preliminares, tanto em caráter de discussão, de esclarecimento, como de mobilização, pela realização de: oficinas de trabalho com os servidores ativos e aposentados, reuniões internas com as secretarias do Ministério da Integração Nacional e recente oficina realizada no Centro de Treinamento do BNB com a participação de servidores do DNOCS, do Ministério da Integração Nacional e entidades parceiras do governo federal.

As experiências na condução de importantes projetos como o complexo do Castanhão, no Ceará, em que compartilhamos ações com o estado, os municípios e a sociedade, a adutora do Jucazinho, em Pernambuco, a inserção do DNOCS no Projeto de Integração do rio São Francisco, trabalhando uma questão central que é a do acesso à água pelas comunidades localizadas ao longo dos eixos dos canais, dentro de uma proposta de inclusão social, a implementação do Centro de Referência e Documentação do Semi-árido, em curso, o programa de implantação das comissões gestoras dos açudes dentro de uma visão participativa e compartilhada, integrando órgãos dos três níveis de governo e comunidade usuária, dentre outros, permite inferir quanto é importante a experiência, a capacidade operacional e a capilaridade do DNOCS na condução de projetos dessa natureza.

Por outro lado é importante salientar como esse tipo de comportamento influi tanto no estabelecimento de canais de participação na relação da comunidade com o governo, como na melhoria da imagem da Instituição junto à sociedade. O projeto proposto deverá basear-se em três pilares básicos, aderentes aos eixos de atuação do DNOCS: a) novo modelo conceitual de gestão, b) práticas de consultoria organizacional e de gestão do conhecimento para implementar as mudanças comportamentais, de cultura, de métodos de trabalho e de desenvolvimento de capital humano, c) ferramenta de *software* que facilite e apóie, desde o início e de forma ampla, o processo de transformação permanente a se instaurar. Ainda há muito por fazer, principalmente no que diz respeito à agilidade da máquina administrativa, ainda carente de uma melhor qualificação, de uma estruturação em carreiras que lhes dê mais segurança e motivação. Entretanto, já é visível a imagem do novo DNOCS

Sistematização e consolidação das novas práticas

A forma adotada para enfrentamento das críticas dirigidas ao Órgão foi a de estabelecer prioridades e trabalhar, dentro das possibilidades de recursos, concentração de esforços nas ações mais significativas e, também, desenvolver ações de natureza extra-orçamentárias tais como a regularização fundiária dos lotes dos perímetros públicos de irrigação, os cursos de capacitação na área da aquíicultura, a organização das comissões gestoras dos açudes públicos, o levantamento das ocupações no entorno dos açudes públicos para fins de regularização patrimonial, a identificação dos imóveis não operacionais para fins de alienação, as diversas parcerias envolvendo ações de interesse da comunidade relativas à criação de oportunidades nos campos da economia solidária, do combate à desertificação, da geração de energias alternativas entre outras. Paralelamente, estreitaram-se relações com a

comunidade e com os movimentos sociais organizados, ampliando os canais de participação, notadamente com a clientela básica: usuários de água, irrigantes e piscicultores.

Em relação ao desempenho global da Instituição, uma das questões que mais preocupam e que continuam, a exemplo dos exercícios anteriores, a gerar tensões tanto no relacionamento com o parlamento, como internamente, diz respeito aos convênios originários de emendas parlamentares. No decorrer do ano buscou-se, frequentemente, o estreitamento de relações com os parlamentares federais do Nordeste para debater questões relacionadas com o semi-árido, propostas de ações estruturantes sob a ótica da convivência com o meio e a necessidade de fortalecimento do DNOCS como ativo governamental capacitado para a implementação dessas ações.

As dificuldades na execução de ações provenientes de emendas parlamentares se deve a dois aspectos que se constituem em práticas antigas e que ainda prevalecem. Um, por parte das prefeituras que só enviam a documentação exigida e os elementos necessários à análise da solicitação, quando têm certeza da realização do convênio e o outro diz respeito ao cronograma de liberação de recursos pelo governo federal que é concentrado ao final do exercício, o que prejudica, ou até mesmo inviabiliza os procedimentos de análise, aprovação, descentralização e empenho da despesa.

3.1.2 Coordenação de Planejamento e Orçamento-CPO.

Desempenho operacional e indicadores de desempenho das ações.

O DNOCS se constitui na mais antiga instituição regional do governo federal, tendo como sua marca de força o seu conhecimento e a sua atuação no contexto do semi-árido e vem, nesses últimos anos, buscando fundar a sua atuação nos novos paradigmas que devem estar presentes no marco de um estado responsável e comprometido com a superação das desigualdades de todas as matizes que contribuem para o aumento da exclusão social e suas mazelas.

A crescente exigência das sociedades democráticas pela postura ética e transparente de seus governantes, no melhor uso possível dos recursos públicos voltados para o benefício do cidadão como cliente, justifica a busca incessante de padrões otimizados de eficiência e eficácia. Notadamente para atender à crescente demanda por informações consistentes sobre os benefícios sociais e econômicos gerados pela gestão pública por resultados. Em torno do tema, há uma discussão permanente para a identificação de indicadores, envolvendo o planejamento estratégico, a definição de metas, segmentos e ações prioritários, inclusive ações complementares na solução de efeitos colaterais, como a necessidade de remanejamento e sustentação da população afetada pela desapropriação.

No entanto, os indicadores de avaliação em voga, não acompanham uma idéia macro e ainda consideram, na sua quase totalidade, a execução física da obra e o atendimento direto da população num horizonte temporal e espacial limitado, principalmente, por causa da dificuldade de mensurar o efeito multiplicador dos investimentos públicos na geração direta e indireta de emprego e renda, dentro de um complexo sistema de encadeamento das atividades econômicas.

Apesar de saber-se que os investimentos públicos em obras básicas de infra-estrutura de transportes e de recursos hídricos, que demandam elevados investimentos, são

fundamentais na alavancagem do desenvolvimento econômico e social, permitindo assegurar o acesso e a garantia de suprimento permanente de água, a sustentabilidade do crescimento da população e a melhoria na qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Na verdade, não existem, ainda, mecanismos para a aferição sistemática da satisfação dos beneficiários, embora seja possível avaliá-la a partir de indicações, declarações ou comentários de segmentos representativos da sociedade civil, onde diversas entidades públicas e privadas atuam simultaneamente.

Execução orçamentária e financeira

O orçamento inicial previsto para o exercício, constante da Lei Orçamentária Anual - LOA nº 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, fixou as despesas do DNOCS em R\$545.315.411,00. Na execução das ações, os pedidos de créditos adicionais cancelamentos e suplementações ao orçamento, implicaram em redefinição, resultando em dotação ao final do ano de R\$743.264.421,00. Da dotação disponível, foram empenhados R\$707.629.912,41 e gastos R\$413.006.818,87. A execução financeira, como se pode observar, atingiu 95,20% do orçamento através da emissão de empenhos, havendo, no entanto, 41,63% inscritos em restos a pagar, que será remetido para o exercício do ano subsequente.

Dos recursos da ordem de R\$135.050.958,00 previstos para investimentos, foram acrescentados créditos especiais da ordem de R\$197.949.010,00, ampliando a disponibilidade para R\$328.421.565,00, havendo empenhado R\$305.814.569,81 e gasto R\$35.157.037,30, até 31 de dezembro. O baixo nível de investimentos efetivados, de apenas 11,49% (gastos/empenhados), justifica-se pela concentração da liberação de limites orçamentários e financeiros, progressivamente, à medida em que se aproxima o final do exercício, cujo montante é transferido para a rubrica de restos a pagar, que será investido no ano subsequente. Da dotação de recursos extraordinários do Plano de Aceleração de Crescimento-PAC e do Plano Plurianual de Investimentos-PPI, destacam-se: construção das adutoras do Oeste-PE (R\$39 milhões), Acauã-PB (R\$22,8 milhões) e Pajeú-PE/PB (R\$30 milhões); construção dos açudes Piaus-PI (R\$ 22,0 milhões) e Berizal-MG (R\$13,7 milhões); implantação de perímetros de irrigação (R\$39,6 milhões); e transferência de gestão dos perímetros públicos de irrigação (R\$24,1 milhões)

Execução física e financeira.

As atividades e projetos executados pelas diretorias tiveram sua performance prejudicada pela forma progressiva como os recursos são liberados e pela precariedade do apoio logístico de transporte nas Cest e pelo reduzido número de servidores com perfil técnico necessário para a execução plena de suas atribuições, visto que há grande número de servidores com baixo nível de escolaridade advindos das antigas tabelas de obras. Desta forma e com os elementos que se dispõe, pode-se afirmar que, no âmbito de cada diretoria as atribuições foram cumpridas. Outra dificuldade a ser lembrada na execução física e financeira pela área finalística foi a restrição de gastos com deslocamento pelo Art. 2º § 3º da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a questão dos deslocamentos para fiscalização de ações, principalmente das relativas a convênios a serem executados com recursos provenientes de emendas parlamentares. O monitoramento do desempenho da execução física das obras ocorre fundamentalmente por meio de visitas técnicas aos locais, cuja periodicidade é variável de acordo com o andamento do projeto e são realizadas, periodicamente, após a liberação dos recursos.

No caso da avaliação institucional, observou-se dificuldades relacionadas à liberação orçamentária e financeira dos recursos necessários às ações pelo Ministério da Integração Nacional no primeiro semestre, ocasionando baixo desempenho no período. No segundo semestre, apesar da lenta liberação de recursos, as áreas realizaram com maior desenvoltura as suas programações, notadamente ao final do ano. Assim, com o objetivo de estabelecer de forma compartilhada e participativa, um processo de melhoria (atualização) institucional, para aumentar a sua capacidade de produzir resultados no cumprimento de suas atribuições e, visando contribuir com o desenvolvimento sócio-econômico da região semi-árida, algumas ações, preliminarmente, já foram realizadas, tais como: proposta concurso encaminhada ao Ministério da Integração Nacional, continuidade na execução do projeto de modernização do parque tecnológico (informática), redução de gastos com aquisição de *software*.

Os estados e municípios ainda têm muitas dificuldades em cumprir satisfatoriamente as exigências necessárias para o recebimento de recursos da União. Um aspecto importante, no que se refere a execução dos convênios, está relacionado com as pendências verificadas nos estados e municípios, notadamente a solução de aspectos técnicos referentes aos planos de trabalho, revisão dos projetos, atrasos na apresentação de planos de trabalho devidamente corretos, documentos obrigatórios, prestações de contas e inadimplências no Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI.

O Ministério tem formatado mecanismos, no sentido de normatizar regras claras para obtenção dos recursos pelos estados e municípios, como, por exemplo, a portaria nº 70, que disciplina as exigências para formalização de convênios e termos de parceria. Além disso, existe a prática de notificar o conveniente sobre sua situação, a fim de que haja uma presteza na resolução de suas pendências. Existe, ainda, a necessidade de os estados se enquadrarem nos requisitos para apresentação de pleitos, se manterem adimplentes no Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias-CAUC/SIAFI.

Ressalta-se, também, a insuficiência de recursos para capacitação dos servidores, visto que, no exercício de 2007 foi de apenas R\$ 60.000,00 em cumprimento ao Decreto nº 5.707, de 23/02/2006, para proceder a qualificação e requalificação de 1.878 servidores em atividade, envolvendo 25 categorias funcionais de nível superior e 28 de nível médio, engajados na administração, planejamento, execução física e financeira de 14 programas, 24 atividades e 95 projetos em dez estados. Os recursos foram destinados a poucos servidores para realizar cursos de especialização, seminários e congressos. A insuficiência de qualificação e/ou atualização de conhecimentos do quadro funcional dificulta sobremaneira o andamento dos trabalhos, principalmente no que diz respeito à modernização administrativa, estruturação de carreiras, melhoria de clima organizacional, uniformização de procedimentos, criação e implantação de mecanismos informais de acompanhamento e controle de receitas e despesas e indicadores institucionais de desempenho.

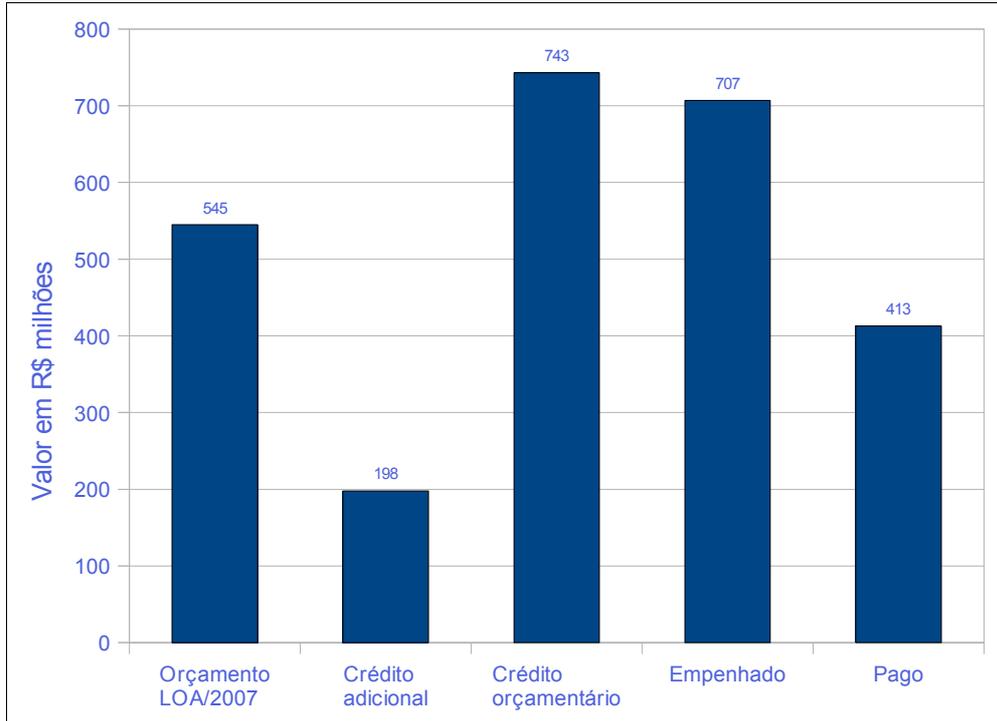


Gráfico 5 – Execução orçamentária 2007: LOA, crédito adicional, crédito orçamentário, empenhado e pago (valores em R\$ milhões).

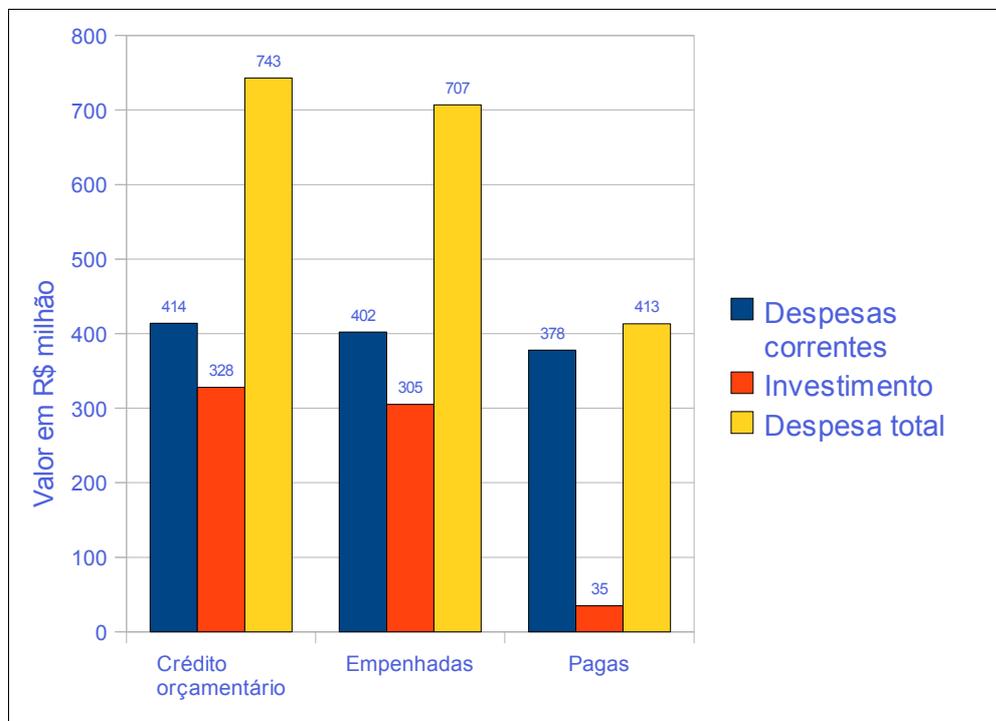


Gráfico 6 – Despesas correntes, investimentos e despesa total (valor em R\$ milhões).

Tabela 14 – Resumo do orçamento e das despesas por tipo, por natureza e por programa.

(encerramento de exercício -31-12-2007) (valores em R\$)

	Orçamento LOA/2007	Crédito adicional	Crédito orçamentário	Empenhado	Pago
Por tipo de orçamento					
Fiscal	284.549.879,00	195.849.010,00	480.398.889,00	445.362.337,36	151.620.134,26
Seguridade	260.765.532,00	2.100.000,00	262.865.532,00	262.267.575,05	261.386.684,61
Por natureza da despesa					
Pessoal e encargos sociais	355.004.514,00	1.028.830,00	356.033.344,00	348.842.859,80	347.143.260,29
Juros e encargos da dívida	5.359,00	-	5.359,00	2.384,15	2.384,15
Outras despesas correntes	54.255.741,00	3.599.608,00	57.855.349,00	52.734.557,68	30.468.596,16
Investimento	135.050.958,00	193.370.607,00	328.421.565,00	305.814.569,81	35.157.037,30
Inversões financeiras	722.839,00	-50.035,00	672.804,00	-	-
Amortização da dívida	276.000,00	-	276.000,00	235.540,97	235.540,97
Por programa					
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	254.470.572,00	2.000.000,00	256.470.572,00	255.872.615,05	255.044.043,45
0167 – Brasil Patrimônio Cultural	50.000,00	-	50.000,00	-	-
0351 – Agricultura Familiar-PRONAF	100.000,00	-	100.000,00	100.000,00	-
0379 – Desenvolvimento da Agricultura Irrigada	15.480.000,00	41.223.455,00	56.703.455,00	44.354.265,73	2.282.984,38
0508 – Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	100.000,00	-	100.000,00	59.946,44	34.316,44
0512 – Zoneamento Ecológico-Econômico	632.430,00	-	632.430,00	632.000,00	-
0515 – Proágua Infra-Estrutura	102.319.216,00	94.125.000,00	196.444.216,00	187.375.232,74	32.358.617,86
0750 – Apoio Administrativo	125.566.321,00	-392.660,00	125.173.661,00	122.100.103,92	117.132.001,14
0757 – Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial	435.032,00	6.700.000,00	7.135.032,00	6.985.216,94	246.409,49
0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	5.201.152,00	-628.937,00	4.572.215,00	-	-
0906 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa	281.359,00	-	281.359,00	237.925,12	237.925,12
1025 – Promoção da Sustentabilidade de Espaços Regionais - PROMESO	920.000,00	-	920.000,00	-	-
1036 – Integração de Bacias Hidrográficas	-	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	-
1038 – Transferência de Gestão de Perímetros Públicos de Irrigação	32.729.032,00	24.180.676,00	56.909.708,00	53.345.039,83	2.551.670,63
1047 – Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER	3.275.536,00	-	3.275.536,00	2.302.528,07	992.173,30
1343 – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura	3.754.761,00	741.476,00	4.496.237,00	4.265.038,57	2.126.677,06
Total	545.315.411,00	197.949.010,00	743.264.421,00	707.629.912,36	413.006.818,87

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continua)			
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível	
0089 Previdência de Inativos e Pensionistas da União.					254.470.572,00	256.470.572,00	256.470.572,00	-	255.872.615,05	255.044.043,45	-	99,67	
0089 0181 0001 Pagamento de aposentadorias e pensões de servidores civis. Nacional.	SEG	Pessoa beneficiada (unidade)	13.311	13.148	254.470.572,00	256.470.572,00	256.470.572,00	-	255.872.615,05	255.044.043,45	98,77	100,00	
0167 Brasil Patrimônio Cultural.					50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	
0167 12DY 0023 Implantação do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido. No estado do Ceará.	FIS	Centro implantado (unidade)	1	-	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	-	
0351 Agricultura Familiar – PRONAF.					100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100,00
0351 6276 0001 Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação. Nacional.	FIS	Produtor familiar capacitado (unidade)	1.000	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100,00	
0379 Desenvolvimento da Agricultura Irrigada.					15.480.000,00	56.703.455,00	56.703.455,00	44.419.086,90	44.354.265,73	2.282.984,38	-	78,22	
0379 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	-	-	600.000,00	600.000,00	600.000,00	599.658,56	577.804,91	219.038,15	-	96,30	
0379 2C85 0001 Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação. Nacional.	FIS	Perímetro público mantido (unidade)	30	28	1.084.318,00	984.318,00	984.318,00	665.316,85	622.350,33	345.315,99	93,33	63,22	
0379 2C85 0062 Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação. Na região Nordeste.	FIS	Perímetro público mantido (unidade)	25	25	1.295.682,00	1.295.682,00	1.295.682,00	6.295,31	6.295,31	3.722,06	100,00	0,48	
0379 1746 0023 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª etapa - com 10.700 ha. No estado do Ceará. (reabertura de crédito especial. Decreto de 30-01-2007) PAC.	FIS	-	-	-	-	1.714.909,00	1.714.909,00	1.714.908,18	1.714.908,18	1.714.908,18	-	100,00	
0379 5262 0056 Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe com 13.639 ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (unidade)	1	0	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	-	-	-	
0379 5268 0021 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de São Bernardo - 1ª etapa - com 1506 ha. No estado do Maranhão.	FIS	Projeto executado (%execução física)	3,00	2,19	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	1.824.362,00	1.824.361,00	-	73,00	72,97	

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)			
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível	
0379 10GS 0101 Estudos e projetos para modelagem da gestão de projetos de infraestrutura hídrica. Nacional. (crédito extraordinário MP nº402, de 23-11-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0379 1012 0101 Implantação do perímetro de irrigação Baixo Acaraú-2ª etapa- com 4.168ha. No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº402, de 23-11-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	12.000.000,00	-	-	100,00	
379 1017 0101 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, 2ª etapa, com 3.600ha. No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº406, de 21-12-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	10.608.546,00	10.608.546,00	10.608.546,00	10.608.546,00	-	-	100,00	
0379 1021 0101 Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos da Parnaíba- 2ª etapa- com 5.985ha. No estado do Piauí. (crédito extraordinário MP nº402, de 23-11-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-	100,00	
0379 1028 0101 Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe-2ª etapa- com 10.595ha. No estado do Piauí. (crédito extraordinário MP nº402, de 23-11-2007) PAC/PPI.	FIS	Projeto executado (unidade)	1	0	-	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00	-	-	100,00	
0508 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos.						100.000,00	100.000,00	100.000,00	74.158,76	59.946,44	34.316,44	-	59,94
0508 6425 0020 Banco genético de espécies de peixes da região Nordeste .	FIS	Espécie identificada(unid.)	3	3		100.000,00	100.000,00	100.000,00	74.158,76	59.946,44	34.316,44	100,00	59,94
0512-Zoneamento Ecológico-Econômico.						632.430,00	632.430,00	632.430,00	632.000,00	632.000,00	-	-	99,93
0512 8689 0001 Zoneamento Ecológico-Econômico estadual na escala 1:250.000. Nacional.	FIS	Zoneamento realizado (km2)	9.783	-		632.430,00	632.430,00	632.430,00	632.000,00	632.000,00	-	-	99,93
0515 Proágua Infra-Estrutura.						102.319.216,00	196.444.216,00	196.444.216,00	188.286.907,32	187.375.232,74	32.358.617,86	-	95,38
0515 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	-	-		2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00	2.699.606,23	2.463.358,12	1.681.116,49	-	91,23

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 2B89 0001 Obras de pequeno vulto para manutenção da infra-estrutura hídrica. Nacional.	FIS	Infra-estrutura mantida (unid)	20	5	100.000,00	100.000,00	100.000,00	93.215,97	93.123,41	20.713,34	25,00	93,12
0515 109H 0102 Construção de barragens. Obras complementares da barragem Itapebussu. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	100,00
0515 109I 0062 Construção de açudes. Itapiúna. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	100,00
0515 109J 0066 Construção de adutoras. No estado de Pernambuco.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	250.000,00	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	-
0515 11RB 0023 Construção de açude público Itapebussu. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (%de exec. física)	1	0,77	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	1.300.000,00	968.903,86	77,00	100,00
0515 12F4 0022 Construção da barragem Pias. No estado do Piauí. PAC/PPI.	FIS	Obra executada (% de exec. física)	15	13,03	1.975.000,00	1.975.000,00	1.950.000,00	1.961.500,00	1.959.322,22	1.495.849,03	86,87	99,20
0515 12F4 0101 Construção da barragem Pias. No estado do Piauí. (crédito extraordinário MP nº364, de 18-04-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	3.520.000,00	3.520.000,00	3.520.000,00	3.520.000,00	-	-	100,00
0515 12F4 0101 Construção da barragem Pias. No estado do Piauí. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	18.505.000,00	18.505.000,00	18.505.000,00	18.505.000,00	2.236.282,03	-	100,00
0515 1716 0026 Construção da adutora do Oeste com 721 km de extensão. No estado de Pernambuco.	FIS	Obra executada (% de execução física)	6	-	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	100,00
0515 1716 0026 Construção da adutora do Oeste com 721 km de extensão. No estado de Pernambuco. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	39.000.000,00	39.000.000,00	39.000.000,00	39.000.000,00	-	-	100,00
0515 1851 0020 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Na região Nordeste.	FIS	Obra executada (unidade)	22	22	11.750.000,00	11.750.000,00	11.750.000,00	10.668.483,50	10.662.361,73	615.949,78	100,00	90,74
0515 1851 0031 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado de Minas Gerais.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 1851 0091 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (unidade)	7	-	1.119.216,00	1.119.216,00	1.119.216,00	1.066.500,00	1.066.500,00	-	-	95,28
0515 1851 0888 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Pacujá-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	650.000,00	650.000,00	650.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1126 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. No estado do Rio Grande do Norte.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	100,00
0515 1851 1364 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Trairi-CE	FIS	Obra executada (unidade)	5	-	460.000,00	460.000,00	460.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1366 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Itapiúna-CE	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	700.000,00	700.000,00	700.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1368 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Tejuçuoca-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	220.000,00	220.000,00	220.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1370 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Várzea Alegre-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1372 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Em municípios. No estado do Minas Gerais.	FIS	Obra executada (unidade)	15	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	422.474,38	-	-	84,49
0515 1851 1376 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Em municípios. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (unidade)	30 decréscimo -1	-	63.280.000,00	63.280.000,00	63.280.000,00	59.862.048,07	59.862.048,07	-	-	94,59
0515 1851 1378 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Horizonte-CE	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	460.000,00	460.000,00	460.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1380 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Itaitinga-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	140.000,00	140.000,00	140.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1382 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Itapajé-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	440.000,00	440.000,00	440.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1384 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Itatira-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	3	-	600.000,00	600.000,00	600.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1392 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Aurora-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	150.000,00	150.000,00	150.000,00	142.500,00	142.500,00	-	-	95,00

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0515 1851 1398 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Madalena-CE	FIS	Obra executada (unidade)	1	-	150.000,00	150.000,00	150.000,00	136.939,10	136.939,10	-	-	91,29
0515 1851 1406 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Tauá-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	3	-	300.000,00	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1408 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. São Benedito-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	140.000,00	140.000,00	140.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1410 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Forquilha-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	140.000,00	140.000,00	140.000,00	-	-	-	-	-
0515 1851 1412 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Miraima-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	270.000,00	270.000,00	270.000,00	256.500,00	256.500,00	-	-	95,00
0515 1851 1414 Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica. Quixeré-CE.	FIS	Obra executada (unidade)	2	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	95.000,00	95.000,00	-	-	95,00
0515 3601 0023 Construção do complexo Castanhão. No estado do Ceará.	FIS	Obra executada (% de execução física)	14	12,30	2.825.000,00	2.825.000,00	2.825.000,00	2.823.932,40	2.742.504,09	2.425.160,35	87,86	97,08
0515 3631 0025 Construção da adutora Acauã com 55 km. No estado da Paraíba. PAC/PPI.	FIS	Obra executada (% de execução física)	-	-	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	2.200.000,00	-	-	100,00
0515 3631 0025 Construção da adutora Acauã com 55 km. No estado da Paraíba. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PAC/PPI.	FIS	-	10	6,5	-	22.800.000,00	22.800.000,00	22.800.000,00	22.800.000,00	22.800.000,00	65,00	100,00
0515 3715 0031 Construção da barragem Berizal. No estado de Minas Gerais. PAC/PPI.	FIS	Obra executada (% de execução física)	-	-	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	1.993.057,59	1.984.978,48	52.019,84	-	99,24
0515 3735 0031 Construção da barragem Berizal. No estado de Minas Gerais. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007)- PAC/PPI.	FIS	-	-	3	-	13.700.000,00	13.700.000,00	13.700.000,00	13.700.000,00	-	3,00	100,00
0515 3785 0031 Construção da barragem Congonhas no estado de Minas Gerais.	FIS	Obra executada (% de execução física)	1	-	2.000.000,00	1.600.000,00	1.600.000,00	62.624,46	62.623,14	62.623,14	-	3,91
0515 3785 0024 Construção do açude Bujari. No estado do Rio Grande do Norte.	FIS	Obra executada (% de execução física)	9	-	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00	-	-	100,00

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0750 Apoio Administrativo					125.566.321,00	125.173.661,00	125.173.661,00	29.375.478,96	122.100.103,92	117.132.001,14	-	97,54
0750 2000 0001 Administração da unidade. Nacional.	FIS	Custeio + Investimento	-	-	17.932.996,00	17.932.996,00	17.932.996,00	17.902.461,26	17.736.899,17	14.236.324,69	-	98,90
0750 2000 0001 Administração da unidade. Nacional.	FIS	Pessoal ativo	-	-	80.297.824,00	82.905.164,00	82.905.164,00	-	80.810.852,29	79.973.731,70	-	97,47
0750 2004 0001 Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes. Nacional.	SEG	Pessoa beneficiada (unidade)	12.490	8.288	6.294.960,00	6.394.960,00	6.394.960,00	6.394.960,00	6.394.960,00	6.342.641,16	100,00	100,00
0750 2010 0001 Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados. Nacional.	FIS	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	235	192	208.680,00	208.680,00	208.680,00	208.680,00	208.680,00	153.408,81	100,00	100,00
0750 2011 0001 Auxílio transporte aos servidores e empregados. Nacional	FIS	Servidor beneficiado (unid)	1.624	1.928	1.768.540,00	1.668.540,00	1.668.540,00	1.668.022,70	1.587.965,00	1.389.239,26	100,00	95,17
0750 2012 0001 Auxílio alimentação aos servidores e empregados. Nacional.	FIS	Servidor beneficiado (unidade)	2.003	1.988	3.201.355,00	3.201.355,00	3.201.355,00	3.201.355,00	3.201.355,00	2.911.170,38	100,00	100,00
0750 09HB 0001 Contribuição da união, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. Nacional.	FIS	-	-	-	15.861.966,00	12.861.966,00	12.861.966,00	-	12.159.392,46	12.125.485,14	-	94,53
0757 Gestão da Política de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.					435.032,00	435.032,00	7.135.032,00	7.028.775,42	6.985.216,94	246.409,49	-	97,90
0757 2272 0020 Gestão e administração do programa. Na região Nordeste.	FIS	-	-	-	107.169,00	107.169,00	107.169,00	105.073,15	100.682,52	91.664,60	-	93,94
0757 8785 0101 Gestão e coordenação do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC. Nacional. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PAC/PPI.	FIS	-	-	-	-	3.600.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00	3.600.000,00	-	-	100,00
0757 4550 0020 Capacitação para o subsetor agricultura irrigada. Na região Nordeste.	FIS	Técnico capacitado (unidade)	1	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00	-	-	-	-	-
0757 4572 0020 Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. Na região Nordeste.	FIS	Servidor capacitado (unidade)	50 acréscimo +100	83	50.000,00	150.000,00	150.000,00	136.230,65	136.230,65	29.940,20	53,33	90,82

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
0757 4572 0031 Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação. No estado de Minas Gerais.	FIS	Servidor capacitado (unidade)	1	6	10.000,00	10.000,00	10.000,00	3.048,00	3.047,42	3.047,42	600,00	30,47
0757 1C17 0001 Regularização fundiária, indenizações e medidas mitigadoras em projetos concluídos. Nacional.	FIS	Projeto apoiado (unidade)	10	6	266.863,00	266.863,00	266.863,00	184.423,62	159.856,35	94.064,31	60,00	59,90
0757 12DV 0023 Recuperação e reforma do edifício-sede do DNOCS . No estado do Ceará. (crédito especial, lei nº11.557, de 20-11-2007. Publicado no DOU nº223, de 21-11-2007).	FIS	Prédio reformado (unidade)	1	1	-	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	2.985.400,00	27.692,96	100,00	99,51
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.					5.201.152,00	4.572.215,00	4.572.215,00	-	-	-	-	-
0901 0005 0001 Cumprimento de sentença judicial transitada em julgado (precatórios) devida pela união, autarquias e fundações públicas. Nacional.	FIS	-	-	-	5.201.152,00	4.572.215,00	4.572.215,00	-	-	-	-	-
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa. (juros e amortizações).					281.359,00	281.359,00	281.359,00	-	237.925,12	237.925,12	-	84,56
0906 0284 0001 Amortização e encargos de financiamento da dívida contratual externa. Nacional.	FIS	-	-	-	281.359,00	281.359,00	281.359,00	-	237.925,12	237.925,12	-	84,56
1025 Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO.					920.000,00	920.000,00	920.000,00	-	-	-	-	-
1025 005E 0146 Apoio a projetos de desenvolvimento sustentável local integrado. Em municípios da região do Vale do Jequitinhonha/Mucuri. No estado de Minas Gerais,	FIS	Projeto apoiado (unidade)	10	-	920.000,00	920.000,00	920.000,00	-	-	-	-	-
1036 Integração de Bacias Hidrográficas					-	30.000.000,0	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	100,00
1036 1N64 0101 Implantação da adutora Pajeú com 528 km, Nos estados de Pernambuco e Paraíba. No estado de Pernambuco. (crédito extraordinário MP nº383, de 16-08-2007) PAC,	FIS	-	-	-	-	30.000.000,0	30.000.000,00	30.000.000,00	30.000.000,00	-	-	100,00
1038 Transferência da Gestão dos Perímetros Públicos de Irrigação.					32.729.032,00	56.909.708,00	56.909.708,00	55.983.600,54	53.345.039,83	2.551.670,63	-	93,73
1038 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	-	-	750.000,00	750.000,00	750.000,00	735.483,61	717.219,48	686.555,01	-	95,63

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1038 2B69 0001 Funcionamento dos perímetros de irrigação em regime de transferência. Nacional.	FIS	Perímetro assistido (unidade)	22 (decréscimo 2)	20	970.000,00	873.000,00	873.000,00	103.877,49	103.877,49	103.607,30	11,86	11,89
1038 5936 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, 1ª etapa, com 10.700 ha. No estado do Ceará. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	48	46,79	2.150.430,00	2.150.430,00	2.150.430,00	2.150.430,00	1.822.357,78	6.631,69	97,48	84,74
1038 5936 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas, 1ª etapa, com 10.700 ha. No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº395, de 27-09-2007 e MP nº406, de 21-12-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	10.834.582,00	10.834.582,00	10.834.582,00	10.834.582,00	-	-	100,00
1038 5938 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Araras Norte, com 1.558 ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	25% (acréscimo +2%)	26,96	500.000,00	550.000,00	550.000,00	549.894,93	444.521,49	199.348,59	107,84	80,82
1038 5942 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe, com 2.009 ha. No estado do Piauí. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	72%	70,16	1.027.800,00	1.027.800,00	1.027.800,00	1.027.800,00	1.001.488,89	36.659,06	97,44	97,44
1038 5944 0021 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo, com 542 ha. No estado do Maranhão. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	41	40,78	917.400,00	917.400,00	917.400,00	917.400,00	912.265,57	23.827,73	99,46	99,44
1038 5944 0021 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo, com 542 ha. No estado do Maranhão. (crédito extraordinário MP nº381, de 5-07-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	34.600,00	34.600,00	34.600,00	34.600,00	-	-	100,00
1038 5946 0021 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Várzea do Flores, com 500 ha. No estado do Maranhão.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	25	23,53	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	449.964,77	108.142,22	94,12	100,00
1038 5948 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, com 8.335 ha. No estado do Ceará. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	30% (acréscimo +2%)	31,16	829.140,00	882.140,00	882.140,00	881.784,34	569.655,38	15.921,41	103,86	64,57

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1038 5948 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, com 8.335 ha. No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº395, de 27-09-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00	11.000.000,00	-	-	100,00
1038 5948 0101 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo Acaraú, com 8.335 ha. No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº406, de 21-12-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	1.555.872,00	1.555.872,00	1.555.872,00	1.555.872,00	-	-	100,00
1038 5950 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos, 1ª etapa, com 2.469 ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	60% (acrécimo +2%)	59,66	3.175.000,00	3.305.000,00	3.305.000,00	3.175.000,00	3.171.768,27	31.766,88	96,23	95,96
1038 5950 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos, 1ª etapa, com 2.469 ha. No estado do Piauí. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	224.000,00	224.000,00	224.000,00	224.000,00	-	-	100,00
1038 5952 0029 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Vaza- Barris com 1.487ha no estado da Bahia.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	6	5,98	450.000,00	450.000,00	450.000,00	449.985,28	448.805,57	56.268,29	99,67	99,73
1038 5956 0029 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Brumado, com 2.470 ha. No estado da Bahia.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	40	39,17	550.000,00	550.000,00	550.000,00	549.683,75	538.525,83	97.513,92	97,93	97,91
1038 5958 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Icó-Lima Campos, com 2.712ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	40% (decrécimo -3%)	36,90	3.500.000,00	3.205.524,00	3.205.524,00	3.205.152,09	3.044.157,64	149.826,62	99,72	94,96
1038 5960 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Paraipaba, com 3.357 ha. No estado do Ceará. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	37% (acrécimo +2%)	36,65	1.755.380,00	1.845.380,00	1.845.380,00	1.754.900,19	1.743.742,32	33.678,54	93,97	94,49
1038 5960 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Paraipaba, com 3.357 ha. No estado do Ceará. PPI. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	90.950,00	90.950,00	90.950,00	90.950,00	-	-	100,00
1038 5962 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Pentecoste, com 1.068 ha, No estado do Ceará. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	45	44,91	1.994.540,00	1.994.540,00	1.994.540,00	1.993.962,15	1.990.196,60	15.483,67	99,80	99,78

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1038 5962 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Curu-Pentecoste, com 1.068 ha, No estado do Ceará. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	130.870,00	130.870,00	130.870,00	130.870,00	-	-	100,00
1038 5968 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Ayres de Sousa, com 615ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	18	17,94	450.000,00	450.000,00	450.000,00	449.931,00	448.626,00	50.000,00	99,66	99,69
1038 5972 0023 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Morada Nova, com 4.246 ha. No estado do Ceará.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	14	13,8	650.000,00	650.000,00	650.000,00	649.822,11	640.644,89	157.247,89	98,57	98,56
1038 5980 0025 Transferência de gestão do perímetro de irrigação São Gonçalo, com 2.402 ha. No estado da Paraíba.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	6	5,99	650.000,00	650.000,00	650.000,00	649.999,81	529.344,78	186.829,16	100	81,43
1038 5984 0026 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Moxotó com 6.491ha. No estado de Pernambuco. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	50% (decréscimo -2%)		8.000.000,00	7.727.000,00	7.727.000,00	7.727.000,00	6.675.495,20	48.785,43		86,39
1038 5984 0026 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Moxotó com 6.491ha. No estado de Pernambuco. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PPI.	FIS	-	48	41,87	-	500.000,00	500.000,00	500.000,00	500.000,00	-	87,23	100,00
1038 5992 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Fidalgo, com 311ha. No estado do Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	29	28,99	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	349.984,44	61.303,90	100	100,00
1038 5994 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Gurguéia, com 1.974ha. No estado de Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	19	18,96	450.000,00	450.000,00	450.000,00	449.999,80	449.176,55	138.661,08	100	99,81
1038 5998 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Caldeirão, com 398ha. No estado de Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	47	46,99	450.000,00	450.000,00	450.000,00	450.000,00	449.931,32	235.657,12	100,00	99,98
1038 7002 0022 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Lagoas do Piauí, com 4.354ha. No estado de Piauí.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	21	20,99	350.000,00	350.000,00	350.000,00	350.000,00	349.938,69	75.594,06	100,00	99,98
1038 7014 0024 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo-Açu, com 5.167ha. No estado do Rio Grande do Norte. PPI.	FIS	Projeto executado (% de execução física.)	44	37,20	2.359.342,00	2.359.342,00	2.359.342,00	2.359.342,00	1.971.198,88	32.361,06	84,55	83,54

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(continuação)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1038 7014 0024 Transferência de gestão do perímetro de irrigação Baixo-Açu, com 5.167ha. No estado do Rio Grande do Norte. (crédito extraordinário MP nº381, de 05-07-2007) PPI.	FIS	-	-	-	-	150.278,00	150.278,00	150.278,00	150.278,00	-	-	100,00
1047 Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial.					3.275.536,00	3.275.536,00	3.275.536,00	2.703.437,79	2.302.528,07	992.173,30	-	70,29
1047 2272 0001 Gestão e administração do programa. Nacional.	FIS	-	-	-	526.509,00	526.509,00	526.509,00	526.321,82	516.716,06	442.139,23	-	98,14
1047 6277 0023 Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido. No estado do Ceará.	FIS	Alga produzida (kg)	120	160	199.027,00	199.027,00	199.027,00	192.427,36	123.762,38	15.755,27	133,33	62,18
1047 8687 0020 Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido. Na região Nordeste.	FIS	Produtor capacitado (unid)	60	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	100,00
1047 8695 0020 Dessalinização de água. Na região Nordeste.	FIS	Sistema implantado (unid)	7	-	400.000,00	400.000,00	400.000,00	291.452,38	289.561,61	17.551,32	-	72,39
1047 8695 0030 Dessalinização de água. Na região Sudeste.	FIS	Sistema implantado (unid)	2	-	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	236,43	236,43	-	0,23
1047 11TK 0020 Recuperação de poços públicos. Na região Nordeste .	FIS	Poço recuperado (unid)	5	23	220.000,00	220.000,00	220.000,00	163.236,23	162.129,62	49.350,77	460	73,69
1047 11TK 0030 Recuperação de poços públicos. Na região Sudeste .	FIS	Poço recuperado (unid.)	1	-	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	2.201,09	1.790,59	-	7,33
1047 7766 0020 Implantação de poços públicos. Na região Nordeste.	FIS	Poço implantado (unid)	10	45	900.000,00	900.000,00	900.000,00	900.000,00	869.168,30	419.420,29	450	96,57
1047 7766 0030 Implantação de poços públicos. Na região Sudeste.	FIS	Poço implantado (unid)	3	4	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	76.973,00	42.929,82	133,33	76,97
1047 7766 0066 Implantação de poços públicos. Na região do vale do rio Jequitinhonha. No estado de Minas Gerais.	FIS	Poço implantado (unid)	50	-	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	-
1047 7766 0068 Implantação de poços públicos. Em municípios. No estado de Minas Gerais.	FIS	Poço implantado (unid)	10	-	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	61.779,58	2.999,58	-	30,88

Tabela 15 – Execução física e financeira dos programas.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Programa/Ação/ Produto/ Localização	Esf	Unidade de medida	Meta proposta	Meta executada	LOA/2007 Lei Nº 11.451, de 07-02-07	Crédito orçamentário	Dotação disponível: LOA+créditos	Limite autorizado	Empenhado até 31-12-07	(conclui)		
										Pago até 31-12- 07	% Exec. Física	% Emp./dis ponível
1343 Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura.					3.754.761,00	4.496.237,00	4.496.237,00	4.345.770,27	4.265.038,57	2.126.677,06	-	94,85
1343 2819 0001 Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquicultura. Nacional.	FIS	Alevino produzido (milhão)	60	51,61	3.414.761,00	3.756.237,00	3.756.237,00	3.609.204,74	3.554.435,29	2.104.005,00	86,02	94,62
1343 5282 0001 Desenvolvimento de tecnologia de processamento de pescado. Nacional.	FIS	Tecnologia desenvolvida (unid)	3	3	100.000,00	100.000,00	100.000,00	96.823,35	70.861,10	22.672,06	100,00	70,86
1343 5406 0001 Implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado e/ou camarão. Nacional.	FIS	Unidade implantada (unid)	2	0	240.000,00	240.000,00	240.000,00	239.742,18	239.742,18	-	-	99,89
1343 5464 0001 Implantação de estações de piscicultura. Nacional. (crédito especial, Lei nº11.592, de 29-11-2007, publicado no DOU nº230, de 30-11-2007).	FIS	-	2	-	-	400.000,00	400.000,00	400.000,00	400.000,00	-	-	100,00
Total orçamento 2007					545.315.411,00	743.264.421,00	743.264.421,00	362.869.215,96	707.629.912,41	413.006.818,87	-	95,20

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Convênios contratados e executados.

Tabela 16 - Convênios contratados e executados.

(encerramento de exercício - 31-12-2007)

(continua)

N.º	Número do convênio PGE	Nome do contratado ou conveniente	UF	Número do processo	Data da publicação	Objeto do convênio	Valor do convênio (R\$)	Contrapartida (R\$)	Empenho	Data do empenho	Funcional programática	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)
1	001/2007	Universidade Federal do RN	RN	59400.00137 2/2007-78	20/03/2007	Realizar estudos sismológicos para monitoria do reservatório da barragem Castanhão, visando analisar a atividade sísmica atual e pretérita (neotectônica), fornecendo subsídios para um melhor entendimento do fenômeno e obter uma base de dados para uma avaliação mais realista e rotineira do risco sísmico na região.	135.000,00	16.000,00	2007NE 000688	25/05/2007	-	60.000,00	-
2	074/2007	Santana do Acaraú	CE	59400.00203 1/2007-10	19/04/2007	Conclusão do açude Carnaúbas no distrito de João Cordeiro, no município de Santana do Acaraú.	2.115.197,36	32.211,12	2007NE 902073	31/12/2007	0515.1376	1.140.000,00	-
3	076/2007	Tejuçuoca	CE	59400.00625 8/2007-34	12/07/2007	Construção do sistema de abastecimento de água com adutora e rede de distribuição nas localidades: Gerimum, Pedra Furada e outros.	1.608.615,34	49.751,87	2007NE 902074	31/12/2007	0515.1376	1.608.615,34	-
4	027/2007	Acaraú	CE	59400.00345 0/2007-79	12/07/2007	Construção de muro de arrimo II na localidade de Ilha dos Coqueiros.	133.000,00	16.400,11	2007NE 901390	26/11/2007	1851.1376	133.000,00	-
5	011/2007	Governo do Estado	PB	59400.00407 7/2007-73	08/08/2007	Continuidade da construção das obras do sistema adutora do Acauã.	22.800.000,00	2.280.000,00	2007NE 901034	13/09/2007	-	22.800.000,00	22.800.000,00
6	014/2007	Nova Olinda	CE	59400.00480 8/2007-81	19/09/2007	Construção de passagem molhada no rio Cariús, na localidade de Cabaçal.	142.500,00	3.743,86	2007NE 901086	31/12/2007	1851.1376	142.500,00	-
7	034/2007	Saboeiro	CE	59400.00525 9/2007-61	05/10/2007	Construção de dois açudes: Parelhas na comunidade de Sítio Galéias e Lajedo na comunidade de Sítio Lajedo e Juazeirinho.	408.500,00	125.806,33	2007NE 901556	12/12/2007	1851.1376	408.500,00	-
8	039/2007	Marco	CE	59400.00515 9/2007-35	04/10/2007	Construção de duas passagens molhadas no Riacho do Meio, nas localidades de Mocambo e Salinas.	199.500,00	18.864,11	2007NE 901561	12/12/2007	1851.1376	199.500,00	-
9	018/2007	Tamboril	CE	59400.00365 7/2007-43	24/10/2007	Construção do açude público Holanda.	133.000,00	16.545,96	2007NE 901206	23/10/2007	1851.1376	133.000,00	-
10	022/2007	Cruz	CE	59400.00526 5/2007-19	24/10/2007	Construção de passagem molhada no bairro Aningas.	95.000,00	9.112,58	2007NE 901320	19/11/2007	1851.1376	95.000,00	-
11	008/2007	Aurora	CE	59400.00384 7/2007-61	08/08/2007	Construção do açude na comunidade de Grossos	142.500,00	5.008,88	2007NE 900987	31/10/2007	1851.1392	142.500,00	-

Tabela 16 - Convênios contratados e executados.

(encerramento de exercício - 31-12-2007)

(continuação)

N.º	Número do convênio PGE	Nome do contratado ou conveniente	UF	Número do processo	Data da publicação	Objeto do convênio	Valor do convênio (R\$)	Contrapartida (R\$)	Empenho	Data do empenho	Funcional programática	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)
12	005/2007	Aurora	CE	59400.00384 6/2007-16	28/08/2007	Construção do açude Araújo e recuperação e ampliação do açude Trairas.	237.500,00	8.348,13	2007NE 900966	31/10/2007	1851.0091	237.500,00	-
13	013/2007	Itatira	CE	59400.00476 3/2007-44	19/09/2007	Construção da passagem molhada de Belém e Cachoeira.	190.000,00	53.816,71	2007NE 901088	27/09/2007	1851.0091	190.000,00	190.000,00
14	015/2007	Limoeiro do Norte	CE	59400.00490 0/2007-41	24/09/2007	Construção de passagem molhada na localidade de Poço dos Paus.	190.000,00	10.497,50	2007NE 901106	04/10/2007	1851.0091	190.000,00	-
15	012/2007	Uruoca	CE	59400.00470 5/2007-11	18/09/2007	Construção das passagens molhadas Estreito e Bom Sucesso.	190.000,00	30.231,30	1900NE 901098		1851.0091	190.000,00	190.000,00
16	006/2007	Catarina	CE	59400.00427 0/2007-12	28/08/2007	Construção de barragem de terra na localidade de Cachoeira..	141.529,00	5.127,09	2079NE 900967	31/10/2007	1851.1376	142.500,00	142.500,00
17	020/2007	Catarina	CE	59400.00544 4/2007-56	14/12/2007	Construção de barragem de terra no Sítio Novilho Bravo.	142.500,00	5.008,88	2079NE 901221	26/10/2007	1851.1376	142.500,00	-
18	017/2007	Farias Brito	CE	59400.00516 5/2007-92	04/10/2007	Construção do açude na localidade de Sítio Riacho da Roça.	114.000,00	35.644,50	2007NE 901208	23/10/2007	1851.1376	114.000,00	-
19	019/2007	Miraima	CE	59400.00482 7/2007-15	18/09/2007	Construção das passagens molhadas nas localidades de Garrotão e Garrotinho.	256.500,00	25.982,42	2007NE 901207	23/10/2007	1851.1412	256.500,00	-
20	021/2007	DISTAR	CE	59400.00561 7/2007-36	19/10/2007	Execução da obras civis e montagem dos equipamentos <i>on farm</i> do projeto Tabuleiros de Russas.	1.735.852,19	0,00	2007NE 901446		5936.0023	1.735.852,19	-
21	023/2007	Quixeré	CE	59400.00578 5/2007-21	29/10/2007	Construção de passagem molhada do Negão na localidade de Boqueirão.	95.000,00	10.548,25	2007NE 901528	10/12/2007	1851.1414	95.000,00	-
22	038/2007	Sobral	CE	59400.00624 3/2007-76	21/11/2007	Construção da passagem molhada no rio Bom Jesus no distrito de Aracatiaçu.	135.000,00	13.853,74	2007NE 901591	12/12/2007	1851.1376	135.000,00	-
23	003/2007	Governo do Estado	PE	59400.00369 8/2007-30	25/07/2007	Execução das ações discriminatórias administrativas para regularização fundiária nos municípios de Salgueiro, Verdejante, Floresta, Custódia e Sertânia, e ações complementares de regularização fundiária no município de Cabrobó, integrantes da área de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Sententrional de Pernambuco.	820.000,00	41.000,00	2007NE 901002	11/09/2007	-	820.000,00	-

Tabela 16 - Convênios contratados e executados.

(encerramento de exercício - 31-12-2007)

(continuação)

N.º	Número do convênio PGE	Nome do contratado ou convenente	UF	Número do processo	Data da publicação	Objeto do convênio	Valor do convênio (R\$)	Contrapartida (R\$)	Empenho	Data do empenho	Funcional programática	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)
24	028/2007	DIBAU	CE	59400.00627 2/2007-38	21/11/2007	Construção das obras civis e montagem dos equipamentos <i>on farm</i> de 275 lotes de pequenos produtores do perímetro irrigado Baixo Acaraú.	995.872,00	0,00	2007NE9 01515	06/12/2007	5948.0023	995.872,00	-
25	025/2007	Universidade Federal do RN	RN	59400.00238 7/2007-53	17/05/2007	Realização de estudos geológicos e geofísicos na barragem Eng.º Ávidos, no município de Cajazeiras, no estado da Paraíba.	190.000,00	16.000,00	2007NE9 01537	10/12/2007	1851.0020	190.000,00	-
26	031/2007	Tamboril	CE	59400.00365 8/2007-98	23/07/2007	Construção do açude público Oliveiras, no distrito de Oliveiras.	133.000,00	16.826,77	2007NE9 01563	12/12/2007	1851.1376	133.000,00	-
27	035/2007	IEPRO	CE	59400.00655 1/2007-00	28/11/2007	Elaboração do projeto executivo da barragem Forchteiras.	1.739.408,58	86.970,42	2007NE9 02014	31/12/2007	1851.1376	1.739.408,58	-
28	041/2007	Vitória da Conquista	BA	59400.00696 2/2007-97	11/12/2007	Construção de 5 barragens nas localidades de Boqueirão, Úrsula, São Clemente, Riacho de Teófilo e Tuiuiu.	583.074,97	33.320,00	2007NE9 01595	12/12/2007	1851.1427	583.074,97	-
29	043/2007	Pacujá	CE	59400.00692 7/2007-78	10/12/2007	Construção da passagem molhada Sambaíba IV.	133.000,00	5.978,11	2007NE9 01590	12/12/2007	1851.1376	133.000,00	-
30	026/2007	Universidade Federal do RN	CE	59400.00620 7/2007-11	13/11/2007	Aquisição de equipamento sismográfico para monitoramento da barragem do Castanhão, no município de Alto Santo, no estado do Ceará.	360.375,00	0,00	2007NE9 01621	13/12/2007	1851.1427	288.300,00	-
31	024/2007	Forquilha	CE	59400.00559 5/2007-12	19/10/2007	Construção da passagens molhadas nas localidades de Cajazeiras da Luz, São Lourenço, Oficina e Tamandú.	256.500,00	7.695,00	2007NE9 01391	26/11/2007	1851.1376	256.500,00	-
32	033/2007	Mombaça	CE	59400.00635 6/2007-71	20/11/2007	Construção de passagem molhada no Sítio Tamandú.	118.750,00	7.548,29	2007NE9 01555	11/12/2007	1851.1376	118.750,00	-
33	032/2007	Cedro	CE	59400.00628 8/2007-41	14/11/2007	Construção do açude público de Malhada Grande.	237.500,00	13.599,57	2007NE9 01562	12/12/2007	1851.1376	237.500,00	-
34	016/2007	Governo do Estado	PE	59403.00079 5/2007-41	20/09/2007	Continuidade das obras da Adutora do Oeste, referente a construção do ramal III, e aquisição e instalação de equipamentos de controle de vazão e nível do ramal principal.	10.248.477,89	1.024.847,79	2007NE9 01219	26/12/2007	1716.0026	8.680.000,00	-

Tabela 16 - Convênios contratados e executados.

(encerramento de exercício - 31-12-2007)

(continuação)

N.º	Número do convênio PGE	Nome do contratado ou conveniente	UF	Número do processo	Data da publicação	Objeto do convênio	Valor do convênio (R\$)	Contrapartida (R\$)	Empenho	Data do empenho	Funcional programática	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)
35	042/2007	Quixeramobim	CE	59400.006950/2007-62	02/01/2008	Construção da passagem molhada na localidade de Lacerda-Encantado (Primavera).	94.754,41	5.485,79	2007NE901592	12/12/2007	1851.1376	94.754,41	-
36	044/2007	Tamboril	CE	59400.006957/2007-84	02/01/2008	Construção do açude público Boa Esperança.	218.500,00	47.809,03	2007NE901593	12/12/2007	1851.1376	218.500,00	-
37	045/2007	Sobral	CE	59400.006990/2007-12	02/01/2008	Construção da barragem São João.	380.000,00	113.389,93	2007NE901743	12/12/2007	1851.1376	380.000,00	-
38	046/2007	Sobral	CE	59400.006991/2007-59	08/01/2008	Construção de sistema de abastecimento d'água na localidade de Boqueirão.	150.000,00	28.097,78	2007NE901642	31/12/2007	1851.1376	150.000,00	-
39	052/2007	Umari	CE	59400.007150/2007-69	08/01/2008	Construção de uma passagem molhada na localidade de Logradouro.	161.500,00	13.800,00	2007NE901750	31/12/2007	1851.1376	161.500,00	-
40	065/2007	Quixeramobim	CE	59400.007563/2007-43	08/01/2008	Construção de passagens molhadas nas localidades de Várzea Alegre, Maniuba, Boa Esperança e Santo Amaro.	477.016,48	60.454,68	2007NE902018	31/12/2007	1851.1376	477.016,48	-
41	073/2007	Lavras da Mangabeira	CE	59400.007576/2007-12	08/01/2008	Construção de passagens molhadas no município de Lavras da Mangabeira.	1.350.000,00	67.500,00	2007NE902055	31/12/2007	1851.1376	1.350.000,00	-
42	075/2007	Quixeramobim	CE	59400.006382/2007-08	08/01/2008	Construção do açude Barra do Valentim.	3.662.014,78	212.011,39	2007NE902055	31/12/2007	1851.1376	3.662.014,78	-
43	070/2007	Governo do Esatdo	CE	59400.007517/2007-44	08/01/2008	Construção de passagem molhada no rio Figueiredo no município de Alto Santo.	259.000,00	0,00	2007NE902058	31/12/2007	1851.0091	259.000,00	-
44	079/2008	Tarrafas	CE	59400.006586/2007-31	08/01/2008	Construção do açude público Escondido.	2.464.000,00	76.969,22	2007NE902077	31/12/2007	1851.1376	2.464.000,00	-
45	080/2007	Saboeiro	CE	59400.007436/2007-44	08/01/2008	Construção da barragem Malhada.	963.031,37	34.965,16	2007NE902080	31/12/2007	1851.0020	963.031,37	-
45	080/2007	Saboeiro	CE	59400.007436/2007-44	08/01/2008	Construção da barragem Malhada.	963.031,37	34.965,16	2007NE902080	31/12/2007	1851.0020	963.031,37	-
46	081/2007	Tejuçuoca	CE	59400.006256/2007-45	08/01/2008	Construção dos açudes Maestro, Ingá, Choró e Santa Luzia.	829.297,68	25.648,38	2007NE902081	31/12/2007	1851.1376	391.858,01	-
47	082/2007	Pau dos Ferros	RN	59400.007559/2007-00	08/01/2008	Melhoria do perímetro irrigado de Pau dos Ferros	1.200.000,00	63.500,00	2007NE902082	31/12/2007	1851.0020	1.200.000,00	-

Tabela 16 - Convênios contratados e executados.

(encerramento de exercício - 31-12-2007)
(concluí)

N.º	Número do convênio PGE	Nome do contratado ou conveniente	UF	Número do processo	Data da publicação	Objeto do convênio	Valor do convênio (R\$)	Contrapartida (R\$)	Empenho	Data do empenho	Funcional programática	Valor empenhado (R\$)	Valor pago (R\$)
48	030/2007	Governo do Estado	RN	59400.00672 6/2007-71	08/01/2008	Zoneamento ecológico econômico do núcleo de desertificação do Seridó.	632.000,00	50.000,00	2007NE9 01524	31/12/2007	-	632.000,00	-
49	064/2007	Quixeramobim	CE	59400.00756 2/2007-07	09/01/2008	Construção da barragem Lajes, Lagoa do Teodósio e Bom Lugar.	818.438,01	43.075,69	2007NE9 02017	31/12/2007	1851.1376	818.438,01	-
50	066/2007	Pau dos Ferros	RN	59400.00750 4/2007-75	09/01/2008	Implantação de uma unidade de produção de microalgas.	88.508,00	4.425,40	2007NE9 02008/09	31/12/2007	6277.0023	88.508,30	-
51	067/2007	Pau dos Ferros	RN	59400.00750 5/2007-10	09/01/2008	Implantação de uma unidade produtora de pescados.	240.000,00	12.000,00	2007NE9 02010/11	31/12/2007	2819.0001	240.000,00	-
52	068/2007	Pau dos Ferros	RN	59400.00750 6/2007-64	09/01/2008	Implantação de um posto de piscicultura,	138.836,11	6.941,80	2007NE9 02007	31/12/2007	5464.0001	138.836,11	-
53	069/2007	Meruoca	CE	59400.00757 7/2007-67	09/01/2008	Construção da barragem Meruoca,	6.460.000,00	374.131,45	2007NE9 02013	31/12/2007	1851.1376	6.460.000,00	-
54	071/2007	Alto Santo	CE	59400.00647 9/2007-11	09/01/2008	Construção do açude público na localidade de Caraúbas e passagem molhada sobre o rio Jaguaribe,	1.000.000,00	30.000,00	2007NE9 02057	31/12/2007	1851.1376	1.000.000,00	-
55	078/2007	Umirim	CE	59400.00638 0/2007-19	09/01/2008	Construção de passagem molhada na localidade de Açude Velho, no riacho Araçás, no riacho Torrões e riacho Alderi.	400.842,40	14.463,39	2007NE9 02075	31/12/2007	1851.1376	400.842,40	-
56	077/2007	Itapiúna	CE	59400.00683 9/2007-76	10/01/2008	Construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica.	1.059.020,32	38.212,08	2007NE9 02076	31/12/2007	181.1376	1.059.020,32	-
57	055/2007	Ceará Mirim	RN	59400.00739 9/2007-74	10/01/2008	Desobstrução de canal de secção trapezoidal dos rios afluentes do rio Ceará Mirim.	350.000,00	18.750,00	2007NE9 02016	31/12/2007	1851.1427	350.000,00	-
58	057/2007	Itapiúna	CE	59400.00662 2/2007-66	10/01/2008	Construção de uma barragem de terra denominada Açude Cachoeira.	300.000,00	15.000,00	2007NE9 01932	31/12/2007	1091.0062	350.000,00	-
59	050/2007	Jaguaruana	ce	59400.00705 4/2007-11	10/01/2008	Recuperação de passagem molhada na localidade de Serafim.	218.500,00	28.830,50	2007NE9 01888	31/12/2007	1851.1376	218.500,00	-
Total												67.994.693,27	23.322.500,00

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Balço orçamentário

Tabela 17 - Balço orçamentário do DNOCS.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Receita				Despesa			
Títulos	Previsão	Execução	Diferença	Títulos	Fixação	Execução	Diferença
Receita correntes	2.563.088.00	2.532.859.82	30.228.18	Crédito orçamentário suplementar	488.729.396.00	661.237.294.38	-172.507.898.38
Receita patrimonial	1.185.216.00	961.408.53	223.807.47	Despesas correntes	410.294.052.00	401.577.963.78	8.716.088.22
Receita agronecuária	107.550.00	139.129.34	-31.579.34	Pessoal e encargos sociais	356.033.344.00	348.842.859.80	7.190.484.20
Receita industrial	-	357.60	-357.60	Juros/encargos dívida externa	5.359.00	2.384.15	2.974.85
Receitas de serviços	335.904.00	51.961.24	283.942.76	Outras despesas correntes	54.255.349.00	52.732.719.83	1.522.629.17
Outras receitas correntes	934.418.00	1.380.003.11	-445.585.11	Despesas de capital	78.435.344.00	259.659.330.60	-181.223.986.60
Receitas de capital	7.975.639.00	4.916.172.98	3.059.466.02	Investimentos	77.486.540.00	259.423.789.63	-181.937.249.63
Alienação de bens	7.975.639.00	4.916.172.98	3.069.466.02	Inversões financeiras	672.804.00	-	672.804.00
				Amortização da dívida int	276.000.00	235.540.97	40.459.03
				Créditos especiais	5.114.909.00	2.114.908.18	3.000.000.82
				Despesas de capital	5.114.909.00	2.114.908.18	3.000.000.82
				Investimentos	5.114.909.00	2.114.908.18	3.000.000.82
				Créditos extraordinários	249.420.116.00	44.275.872.00	205.144.244.00
				Despesas correntes	3.600.000.00	-	3.600.000.00
				Outras despesas correntes	3.600.000.00	-	3.600.000.00
				Despesas de capital	245.820.116.00	44.275.872.00	201.544.244.00
				Investimentos	245.820.116.00	44.275.872.00	201.544.244.00
Subtotal (1)	10.538.727.00	7.449.032.80	3.089.694.20	Subtotal (1)	743.264.421.00	707.628.074.56	35.636.346.44
Movimentação financeira				Movimentação de crédito			
Renasse	772.889.441.15	449.705.089.35	323.184.351.80	Crédito orçamentário suplementar	4.429.064.69	9.469.497.00	-5.040.432.31
Autorizado	732.725.694.00	449.921.427.55	282.804.266.45	Despesas correntes	-3.551.655.61	472.864.59	-4.024.520.20
Descentralizado	40.163.747.15	-216.338.20	40.380.085.35	Pessoal e encargos sociais	-3.795.642.00	0.00	-3.795.642.00
				Outras despesas correntes	243.986.39	472.864.59	-228.878.20
				Despesas de capital	7.980.720.30	8.996.632.41	-1.015.912.11
				Investimentos	8.653.524.30	8.996.632.41	-343.108.11
				Inversões financeiras	-672.804.00	-	-672.804.00
				Créditos extraordinários	36.734.682.46	35.734.682.46	-
				Despesas correntes	1.000.000.00	1.000.000.00	-
				Outras despesas correntes	1.000.000.00	1.000.000.00	-
				Despesas de capital	34.734.682.46	34.734.682.46	-
				Investimentos	34.734.682.46	34.734.682.46	-0
Subtotal (2)	772.889.441.15	449.705.089.35	323.184.351.80	Subtotal (2)	40.163.747.15	45.204.179.46	-5.040.432.31
Total (1+2)	783.428.168.15	457.154.122.15	326.274.046.00	Total (1+2)	783.428.168.15	752.832.254.02	30.596.914.13
<i>Déficit total</i>		296.678.131.87	-296.678.131.87	<i>Superávit total</i>	-	-	-
Total	783.428.168.15	752.832.254.02	30.596.914.13	Total	783.428.168.15	752.832.254.02	30.596.914.03

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Tabela 18 - Balanço financeiro do DNOCS -2007- 2006.

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Receitas			Despesas		
Títulos	2007	2006	Títulos	2007	2006
Receitas correntes	2.532.859,82	2.190.367,23	Despesas correntes	403.050.828,37	366.028.542,97
Receita patrimonial	961.408,53	831.512,21	Pessoal e encargos sociais	333.034.968,79	296.198.073,37
Receita agropecuária	139.129,34	165.034,92	Juros e encargos da dívida externa	2.384,15	12.788,05
Receita industrial	357,60	2.243,48	Outras despesas correntes	53.347.343,28	56.487.782,15
Receitas de serviços	59.007,23	186.243,66	Transf. a Estados DF e Municípios	1.015.686,30	3.950.645,59
Outras receitas correntes	1.380.003,11	1.124.178,05	Transferência ao exterior	-	1.600.000,00
Deduções da receita	-7.045,99	-118.845,09	Outras despesas	52.331.656,98	50.937.136,56
			Despea entre órgãos do orçamento	16.666.142,15	13.329.899,40
			Pessoal e encargos sociais	15.807.901,01	12.766.119,00
			Outras despesas correntes	858.241,14	563.780,40
Receitas de capital	4.916.172,98	3.260.894,65	Despesas de capital	349.781.425,65	110.392.103,23
Alienação de bens	4.916.172,98	3.260.894,65	Investimentos	348.989.763,68	109.881.162,27
			Amortização/refinanciamento da dívida	235.540,97	510.940,96
			Despesas entre órgãos do orçamento	556.121,00	-
			Investimentos	556.121,00	-
Transferências recebidas	956.450.648,07	798.442.906,96	Transferências concedidas	486.708.006,60	402.563.879,00
Transferências orçamentárias	925.028.906,13	798.396.268,17	Transferências orçamentárias	475.323.816,78	402.517.240,21
Repasso recebido	449.921.427,55	399.419.041,03	Repasso concedido	213.050,00	490.156,06
Sub-repasso recebido	470.642.170,82	394.719.673,88	Sub-repasso concedido	470.642.170,82	394.719.673,88
Sub-repasso recebido no exercício	470.642.170,82	394.719.673,88	Sub-repasso concedido no exercício	470.642.170,82	394.719.673,88
Valores diferidos - baixa	3.631.752,63	625.800,63	Valores diferidos - baixa	3.631.752,63	614.463,02
Valores diferidos - Inscrição	833.555,13	3.631.752,63	Valores diferidos - Inscrição	836.843,33	6.692.947,25
Transferências extra-orçamentárias	31.421.741,94	46.638,79	Transferências extra-orçamentárias	11.384.189,82	46.638,79
Ordem de transferência recebida	31.421.685,10	1.245,50	Ordem de transferência concedida	11.384.132,98	1.245,50
Transferências recebidas	31.421.685,10	-	Transferências concedidas	11.384.132,98	-
Recebimento de transf. concedidas	-	1.245,50	Devolução de transferências recebidas	-	1.245,50
Transferências diversas recebidas	56,84	45.393,29	Transferências diversas concedidas	56,84	45.393,29
Ingressos extra-orçamentários	1.514.721.335,26	1.263.314.315,89	Dispêndios extra-orçamentários	1.239.080.755,51	1.188.223.959,53
Valores em circulação	370.665.918,87	391.535.452,41	Valores em circulação	445.227.796,29	370.685.584,51
Recursos especiais a receber	370.514.231,00	391.463.317,30	Recursos especiais a receber	445.151.429,97	370.514.231,00
Valores em trânsito realizáveis	99.735,69	2.164,50	Valores em trânsito realizáveis	6.396,71	99.735,69
Recursos da União	47.469,39	65.487,82	Recursos da União	65.487,82	67.135,03
Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79	Recursos vinculados	4.482,79	4.482,79
Valores pendentes a curto prazo	4.468.595,96	7.307.410,27	Valores pendentes a curto prazo	7.526.502,38	4.257.553,26
Valores diferidos	4.468.595,96	7.307.410,27	Valores diferidos	7.526.502,38	4.257.553,26
Depósitos	1.504.559,41	1.435.935,91	Depósitos	1.435.935,91	1.554.000,38
Consignações	1.300.514,18	1.266.462,61	Consignações	1.266.462,61	1.492.885,17
Depósitos de diversas origens	204.045,23	169.473,30	Depósitos de diversas origens	169.473,30	61.115,21
Obrigações em circulação	646.406.908,06	413.459.062,41	Obrigações em circulação	370.457.737,63	385.441.709,37
Fornecedores	7.254.758,53	6.729.002,92	Fornecedores	6.729.002,92	3.331.024,61
Do exercício	188.556,33	210.261,13	De exercícios anteriores	3.202.066,85	3.117.205,31
De exercícios anteriores	3.176.043,62	2.991.805,72	Convênios a pagar	3.493.116,77	180.000,00
Convênios a pagar	3.856.339,28	3.493.116,77	Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30	Pessoal e encargos a pagar	29.857.710,17	28.742.744,48
Pessoal e encargos a pagar	29.529.679,17	29.857.710,17	RP não proces inscrição	155.355.868,30	171.614.011,72
Restos a Pagar	416.139.942,20	198.357.193,08	Valores em trânsito	112.466,89	483.873,96
Não processados a liquidar	413.996.781,27	155.355.868,30	Obrigações tributárias	-	706,42
Cancelado	2.143.160,93	43.001.324,78	Recursos a liberar para pgto de RP	178.107.971,88	180.981.024,12
Valores em trânsito	34.603,49	112.486,89	Outras obrigações	294.697,47	288.324,06
Benefícios a pagar	101.034,33	-	Despesas extra-orçamentárias	-	3.401,97
Recursos a liberar para o pag. de RP	192.609.699,29	178.107.971,88	Restituições de receitas federais	-	3.401,97
Outras obrigações	737.191,05	294.697,47	Ajustes de direitos e obrigações	414.432.783,30	426.281.710,04
Receita extra-orçamentária	-	6.803,94	Baixa de direitos	221.823.082,81	210.971.552,18
Restituição de receitas federais	-	6.803,94	Créditos diversos a receber	221.823.082,81	210.971.552,18
Ajustes de direitos e obrigações	491.675.352,96	449.569.650,95	Incorporação de obrigações	192.609.699,29	215.310.157,86
Incorporação de direitos	388.476.016,32	357.444.493,33	Exercícios anteriores	-	37.202.185,98
Créditos diversos a receber	385.414.821,70	357.444.493,33	Recursos diversos a liberar	192.609.699,29	178.107.971,88
Outras incorporações de direito	3.061.194,62	-	Ajuste de obrigações	1,20	-
Desincorporação de obrigações	102.925.118,87	92.125.157,62	Ajustes financeiros a débito	1,20	-
Exercício anteriores	156.500,87	100.371,91			
Recursos diversos a liberar	102.768.618,00	92.024.785,71			
Ajustes de crédito	274.217,77	-			
Variação cambial	274.217,77	-			
Dispon. do período anterior	2.346.094,16	2.346.094,16	Dispon. p/o período seguinte	2.346.094,16	2.346.094,16
Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00	Aplicações financeiras	2.050.000,00	2.050.000,00
Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16	Outras disponibilidades	296.094,16	296.094,16
Total	2.480.967.110,29	2.069.554.578,89	Total	2.480.967.110,29	2.069.554.578,89

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Tabela 19 - Balanço patrimonial do DNOCS-2007- 2006

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Ativo			Passivo		
Títulos	2007	2.006	Títulos	2007	2.006
Ativo financeiro	448.337.474,97	372.960.060,85	Passivo financeiro	646.657.102,05	375.024.838,77
Disponível	2.346.094,16	2.346.094,16	Depósitos	1.552.028,80	1.501.423,73
Disponível em moeda nacional	2.346.094,16	2.346.094,16	Consignações	1.300.514,18	1.266.462,61
Créditos em circulação	445.157.825,68	370.613.966,69	Recursos do Tesouro Nacional	47.469,39	65.487,82
Créditos a receber	36.628.266,15	1.500.000,00	Depósitos de diversas origens	204.045,23	169.473,30
Lim. saque c/ vincul. pagamento	60.736.608,27	13.069.737,67	Obrigações em circulação	644.263.747,13	370.457.737,63
Rec. a receber pelo pagto de RP	347.786.555,55	355.944.493,33	Restos a pagar processados	37.621.508,53	36.606.038,24
Valores em trânsito realizáveis	6.395,71	99.735,69	Fornecedores - do exercício	188.556,33	210.261,13
Valores pendentes a curto prazo	833.555,13	-	Fornecedores do exerc. anterior	3.176.043,62	2.991.805,72
Valores diferidos	833.555,13	-	Convênios a pagar	3.856.339,28	3.493.116,77
			Precatórios de OCK a pagar	33.819,30	33.819,30
			Pessoal a pagar do exercício	969.195,40	1.297.226,40
			Precatórios	28.560.483,77	28.560.483,77
			Benefícios diversos a pagar	101.034,33	-
			Débitos diversos a pagar	736.036,50	19.325,15
			Restos a pagar não processados.	413.996.781,27	155.355.868,30
			A liquidar	413.996.781,27	155.355.868,30
Ativo não financeiro	1.714.122.882,21	1.832.238.477,62	Credores diversos	-	274.217,77
Realizável curto prazo	25.124.862,94	25.239.886,11	Valores em trânsito exigíveis	34.603,49	112.486,89
Créditos em circulação	24.544.637,55	24.025.483,37	Recursos a liberar p/ pagamento RP	192.609.699,29	178.107.971,88
Diversos responsáveis	24.544.637,55	24.025.483,37	Outras obrigações a pagar	1.154,55	1.154,55
Bens e valores em circulação	580.225,39	1.214.402,74	Valores pendentes a curto prazo	836.843,33	3.061.194,62
Estoques	580.225,39	1.214.402,74	Repasse recebido diferido	836.843,33	3.061.194,62
Valores pen. curt. prazo	990,50	156.011.237,01	Passivo financeiro a longo prazo	4.482,79	4.482,79
Despesas antecipadas	990,50	990,50	Depósitos exigíveis a longo prazo	4.482,79	4.482,79
Bens/direitos a inc. por insc. RP	-	156.010.246,51			
Realizável longo prazo	5.086,20	4.799,41	Passivo não financeiro	-376.458.345,05	38.619.430,17
Depósito realizável longo prazo	3.781,56	3.494,77	Obrigações em circulação	-413.291.445,03	713.164,28
Depósitos compulsórios	3.781,56	3.494,77	Provisões	700.000,00	700.000,00
Credito realizável longo prazo	1.304,64	1.304,64	Operações de crédito	-	7.828,04
Devedores-entidades e agentes	1.304,64	1.304,64	Externas	-	7.828,04
Permanente	1.688.991.942,57	1.650.982.555,09	Outros débitos a pagar	5.336,24	5.336,24
Investimentos	1.147.968,39	1.147.968,39	Retif. de RP não proces. a liquidar	-413.996.781,27	-
Participação societária	1.147.968,39	1.147.968,39	Exigível a longo prazo	36.833.099,98	37.906.265,89
Imobilizado	1.687.843.974,18	1.649.834.586,70	Obrigações exigíveis a longo prazo	36.833.099,98	37.906.265,89
Bens móveis e imóveis	1.683.196.414,05	1.646.297.993,39	Operações crédito externas	-	1.073.165,91
Bens intangíveis	4.647.560,13	3.536.593,31	Obrigações a pagar	36.833.099,98	36.833.099,98
Ativo real	2.162.460.357,18	2.205.198.538,47	Passivo real	270.198.757,00	413.644.268,94
			Patrimônio líquido	1.892.261.600,18	1.791.554.269,53
			Patrimônio/capital	1.892.261.600,18	0,52
			Lucros ou prejuízos acumulados	-	1.791.554.269,01
Ativo compensado	933.975.641,08	879.355.579,02	Passivo compensado	933.975.641,08	879.355.579,02
Comp. ativas diversas	933.975.641,08	879.355.579,02	Compensações passivas diversas	933.975.641,08	879.355.579,02
Respons.valores títulos e bens	7.150.661,24	7.205.774,48	Val., tit. e bens sob responsabilidade	7.150.661,24	7.205.774,48
Garantia de valores	27.440.747,24	27.541.973,82	Valores em garantia	27.440.747,24	27.541.973,82
Direitos e obrigações conveniados	815.459.056,75	755.676.004,36	Direitos e obrigações conveniadas	815.459.056,75	755.676.004,36
Direitos e obrigações contratuais	75.601.540,80	88.931.826,36	Direitos e obrigações contratadas	75.601.540,80	88.931.826,36
Outras compensações	8.323.635,05	-	Compensações diversas	8.323.635,05	-
Total	3.096.435.998,26	3.084.554.117,49	Total	3.096.435.998,26	3.084.554.117,49

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Tabela 20 - Balanço da variação patrimonial do DNOCS. Exercícios de 2007 e 2006

(encerramento de exercício - 31-12-2007) (valores em R\$)

Variações ativas			Variações passivas		
TítuloS	2007	2006	Títulos	2007	2.006
Orçamentárias	1.361.649.839,24	906.842.028,21	Orçamentárias	1.228.156.070,80	878.938.358,13
Receitas correntes	2.532.859,82	2.190.367,23	Despesas correntes	403.050.828,37	366.028.542,97
Receita patrimonial	961.408,53	831.512,21	Pessoal e encargos sociais	333.034.958,79	296.198.073,37
Receita agropecuária	139.129,34	165.034,92	Juros e encargos dívida externa	2.384,15	12.788,05
Receita industrial	357,60	2.243,48	Outras despesas correntes	53.347.343,28	56.487.782,15
Receita de serviços	59.007,23	186.243,66	Desp. entre órg. do orçamento	16.666.142,15	13.329.899,40
Outras receitas correntes	1.380.003,11	1.124.178,05	Pessoal e encargos sociais	15.807.901,01	12.766.119,00
Outras deduções	-7.045,99	-118.845,09	Outras despesas correntes	858.241,14	563.780,40
Receitas de capital	4.916.172,98	3.260.894,65	Despesas de capital	349.781.425,65	110.392.103,23
Alienação de bens	4.916.172,98	3.260.894,65	Investimento	348.989.763,68	109.881.162,27
			Amortiz refin. da dívida externa	235.540,97	510.940,96
			Desp. entre órgãos do orçamento	556.121,00	-
			Investimentos	556.121,00	-
Interferências ativas	925.028.906,13	798.396.268,17	Interferências passivas	475.323.816,78	402.517.240,21
Transferências financ. recebidas	925.028.906,13	798.396.268,17	Transf. financ. concedidas	475.323.816,78	402.517.240,21
Repasso recebido	449.921.427,55	399.419.041,03	Repasso concedido	213.050,00	490.156,06
Sub-repasso recebido	470.642.170,82	394.719.673,88	Sub-repasso concedido	470.642.170,82	394.719.673,88
Valores diferidos-baixa	3.631.752,63	625.800,63	Valores diferidos-baixa	3.631.752,63	614.463,02
Valores diferidos-inscrição	833.555,13	3.631.752,63	Valores diferidos-inscrição	836.843,33	6.692.947,25
Mutações ativas	429.171.900,31	102.994.498,16	Mutações passivas	-	471,72
Incorporações de ativos	14.939.578,07	102.483.557,20	Desincorporação de ativos	-	471,72
Aquisições de bens	14.939.578,07	25.534.892,87	Alienação de bens	-	471,72
Bens/dir. a incorp pela insc. RP	-	76.948.664,33			
Desincorporação de passivos	414.232.322,24	510.940,96			
Resultado extra-orçamentário	554.787.060,79	522.602.147,59	Resultado extra-orçamentário	587.573.498,58	509.527.500,53
Interferências ativas	31.421.741,94	53.442,75	Interferências passivas	11.384.189,82	50.040,78
Transf. bens e valores recebidos	-	0,02	Transf. bens e val. concedidos	-	0,02
Transf. financeiras recebidas	31.421.685,10	8.049,44	Transf. financeiras concedidas	11.384.132,98	4.647,47
Movimento de fundo a débito	56,84	45.393,29	Movim. de fundo de crédito	56,84	45.393,29
Acréscimos patrimoniais	523.365.318,85	522.548.704,84	Decréscimos patrimoniais	576.189.308,76	509.477.459,75
Incorporações de ativos	417.177.081,51	387.361.619,53	Desincorporação de ativos	383.445.816,53	293.702.646,30
Incorporação de bens imóveis	20.473.528,86	21.150.023,91	Baixa de bens imóveis	2.036.021,93	715.024,08
Incorporação de bens móveis	6.597.415,33	5.765.533,78	Baixa de bens móveis	2.940.153,53	4.840.169,37
Incorpor. de bens intangíveis	1.110.966,82	746.627,59	Baixa de direitos	221.823.082,81	211.119.672,18
Incorporação de direitos	388.996.170,50	359.699.434,25	Bens/direitos inc. inscritos	156.646.558,26	77.027.780,67
Ajust bens, valores e créditos	286,79	272,91	Incorporação de passivos	192.609.699,29	215.310.157,86
Ajustes de créditos	286,79	272,91	Ajustes de exerc. anteriores	133.792,94	464.655,59
Desincorporação de passivos	105.913.732,78	135.186.182,40	Ajustes financeiros	1,20	-
Ajustes de obrigações	274.217,77	-	Ajustes não financeiros	133.791,74	464.655,59
Ajustes de exercícios anteriores	-	630,00	Resultado patrimonial	100.707.330,65	40.978.317,14
Ajustes não financeiros	-	630,00	<i>Superavit</i> do exercício	100.707.330,65	40.978.317,14
Total geral	1.916.436.900,03	1.429.444.175,80	Total geral	1.916.436.900,03	1.429.444.175,80

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério da Fazenda.

Plano plurianual 2008-2011

O DNOCS desenvolve suas ações anuais de acordo com o plano plurianual. Nesse sentido, a programação do DNOCS, em 2007, contemplou ações finalísticas para as quais haviam sido feitas previsões orçamentárias no Plano Plurianual 2004-2007.

Para viabilizar a elaboração do orçamento e o cumprimento da Constituição Federal Art. 165, § 7º sobre o plano plurianual e as diretrizes orçamentárias e o art. 35. § 2º inciso I, sobre o pagamento da dívida fundada, foi solicitado ao Ministério da Integração a realização de um evento, reunindo suas vinculadas, de orientação quanto à elaboração, execução e acompanhamento do Plano Plurianual 2008-2011 e do Orçamento 2008.

Internamente, os servidores formaram grupos de estudos em seminários realizados na administração central e nas coordenadorias estaduais, com participação de servidores das áreas administrativas e técnicas, com vistas a viabilizar a participação de todos na elaboração das propostas para o orçamento 2008 e Plano Plurianual-PPA 2008-2011.

As coordenadorias estaduais elaboraram e encaminharam propostas que foram discutidas pela diretoria colegiada. No entanto, a limitação dos recursos e a exigüidade dos prazos, impediram a inclusão de grande número de ações sugeridas. Os trabalhos foram realizados através de manuais auto-explicativos e as inclusões realizadas no Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR.

Terminado o prazo de inclusão e com as mudanças propostas pela Direção-Geral e pela Diretoria Colegiada, outras ações foram sugeridas e negociadas diretamente com o Ministério da Integração Nacional, sem, no entanto, haver confirmação de inclusão até o momento. Nesse sentido, foram descritas e propostas as seguintes ações:

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

continua

Ações	UF	Descrição
1. Fortalecimento da infra-estrutura hídrica.		Aumentar a produção e a oferta de água para o consumo humano pela implantação de obras estruturantes de barragens, açudes, canais, poços públicos e adutoras e de equipamentos hidráulicos.
1.1 Barragens, açudes e adutoras para o abastecimento humano.		Promover a gestão sustentável de produção, distribuição e uso de recursos hídricos com ações estruturais e não-estruturais, para aumentar a oferta de água destinada ao consumo humano e produção de alimentos, em articulação com políticas de desenvolvimento da socioeconomia urbana e rural, de uso e ocupação do solo e de gestão dos açudes e bacias hidrográficas. Realização de estudos, elaboração de projetos, implantação, recuperação e complementação de obras estruturantes de: barragens, adutoras, canais, sistemas simplificados de abastecimento de água e obras de controle de erosão e de drenagem.
Construção da barragem Água Branca.	PI	A barragem Água Branca, situada no riacho Graúno, a 10 km à jusante da sede do município de Campo Grande-PI, será construída em CCR, tipo vertedoura em perfil <i>creager</i> . Terá altura máxima de 18 m acima do terreno natural, devendo acumular 2,5 hm ³ de água. População beneficiada: 6.000 habitantes, das comunidades rurais e urbanas.
Construção da barragem Furta-lhe a Volta.	PI	Construção da barragem Furta-lhe a Volta no riacho Corrente nas proximidades da localidade conhecida como Morro Pelado, contornado pelos povoados: Brejo de Fortaleza, Furta-lhe a Volta, Cocos e São Miguel, no município de Ipiranga-PI. Será construída em maciço de terra homogênea, com altura máxima de 24 m, devendo acumular 7,5 hm ³ de água. Deverá regularizar uma vazão da ordem de 0,15 m ³ /s. População beneficiada: 20.000 habitantes, dos municípios de Ipiranga, São João da Varjota e Oeiras.
Construção da barragem Piaus.	PI	Construção de barragem de terra zoneada, no rio Marçal (sistema do Parnaíba), com altura de 44 m e capacidade de acumulação de 104 hm ³ de água. O projeto permitirá o aproveitamento hidroagrícola ao longo do vale para a irrigação e piscicultura. População beneficiada: 70.000 habitantes, dos municípios de Pio IX, São Julião e Fronteiras, no estado do Piauí, e Campo Sales no estado do Ceará.
Construção da barragem Figueiredo.	CE	A barragem Figueiredo, situada no rio de mesmo nome, no boqueirão denominado Cajazeiras, município de Alto Santo-CE, será um maciço de enrocamento com núcleo argiloso, com altura máxima acima do terreno natural, de 34 m, devendo acumular 519 hm ³ de água. Deverá regularizar uma vazão da ordem de 3,8 m ³ /s. População beneficiada: 100.000 habitantes, dos municípios de Alto Santo, Iracema, Potiretama, Ererê e Pereiro.
Construção da barragem Fronteiras, localizado no município de Crateús.	CE	A barragem Fronteiras, situada no rio Poti, município de Crateús-CE, será tipo mista de terra e CCR, com sangradouro em CCR, tipo perfil <i>creager</i> , devendo acumular 400 hm ³ de água. População beneficiada: 60.000 habitantes, residentes nas áreas rurais e urbana do município de Crateús.
Construção da barragem Melancia.	CE	Implantação da barragem Melancia, no rio Melancias do sistema Curu, no município São Luis do Curu e São Gonçalo do Amaramnte-CE. Obras: barragem de terra, com volume de acumulação de 4,20 hm ³ ; sangradouro retangular com perfil <i>creager</i> ; tomada d'água tipo galeria e diâmetro de 0,60 m. População beneficiada: 20.000 habitantes urbanos e rurais do município de São Luis do Curú.
Construção da barragem Paulo, no município de Pentecoste.	CE	Barragem de terra homogênea, com capacidade de acumulação de 16 hm ³ . A água do reservatório será utilizada como fonte complementar na 3ª etapa do projeto de irrigação Paraipaba, no município do mesmo nome, no estado do Ceará. População beneficiada com a obra será de 9.000 habitantes.
Construção da barragem Taquara, localizado no município de Cariré.	CE	Barragem de terra homogênea com 31 m de altura máxima. Volume de acumulação: 274 hm ³ . Serão implantados três diques de proteção da cidade de Pacujá. Vertedouro do tipo superfície em soleira livre com perfil <i>creager</i> . tomada d'água tipo torre sem ligação, com a margem e descarga máxima de 7,5 m ³ /s. População beneficiada: 26.000 habitantes.
Construção do complexo Castanhão.	CE	Construção de infra-estrutura complementar urbana, rural, aquíicultura, pesca e proteção ambiental, bem como um conjunto de ações de sustentação do reassentamento urbano e rural. Implantação de projetos produtivos em sua área de influência. Construção de obras de abastecimento humano.

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Construção do complexo Itapebussu.	CE	Implantação da estrada de contorno de acesso a Itapebussu, no município de Maranguape-CE, a partir das comunidades reassentadas (desapropriadas para a construção da barragem). Estão em andamento, as ações complementares de implantação de projetos produtivos para garantir a sustentabilidade das comunidades reassentadas.	
Construção do açude Bujari.	RN	Implantação da barragem Bujari no rio Calabouço, município de Cruz-RN, e deverá acumular cerca de 20 hm ³ de água, beneficiando uma população de cerca de 250.000 habitantes. Proposta de incluída no ppa 2008-2011. Em andamento a elaboração dos estudos técnicos executivos e ambientais. Obra a iniciar.	
Sistema adutor Alto Oeste.	RN	Construir um sistema adutor integrado de abastecimento de água potável com capacidade de atender a 23 municípios, no estado do Rio Grande do Norte, beneficiando uma população de cerca de 200.000 habitantes.	
Passagem molhada, no município de Nova Cruz.	RN	Implantação da passagem molhada sobre o rio Curimataú para evitar o isolamento das comunidades e possibilitar o tráfego de veículos para a sede no Município de Nova Cruz-RN, no período invernos, proporcionando acumulação de água. Obra de engenharia rural.	
Passagem molhada, no município de Senador Georgino Avelino.	RN	Passagem molhada, com a finalidade de controlar o curso de água do rio Papeba, com drenagem, em tubos assentados no nível do leito do rio, para servir de acesso à sede do município de Senador Georgino Avelino-RN e a outras cidades da região, especialmente no período invernos.	
Construção de barragem de nível no perímetro irrigado Baixo-Açu.	RN	Elaboração de projeto executivo e construção da barragem de nível para captação de água do projeto de irrigação Baixo-Açu-RN.	
Construção da barragem Poço de Varas.	RN	Implantação da barragem Poço de Varas para a perenização do riacho Encanto, na bacia do rio Apodi, garantindo o desenvolvimento da agricultura e da pecuária nos aluviões férteis e a piscicultura intensiva extensiva. Abastecimento da cidade de Coronel João Pessoa-RN, beneficiando aproximadamente 20.000 habitantes. A região onde se situa a barragem é uma das mais precárias do estado, sob o ponto de vista de qualidade de vida, onde a principal atividade econômica é a agricultura de subsistência.	
Construção da adutora Acauã com 130 km de extensão.	PB	Trata-se de uma obra em andamento, constando de uma estação de captação na barragem Acauã, compreendendo dois eixos, norte (em execução) e leste. É constituída de uma captação flutuante, estações elevatórias, estação de tratamento, e tubulações com diâmetro variando entre 700 mm e 75 mm. Objetiva assegurar oferta de água potável às populações residentes em dez municípios da Paraíba, beneficiando cerca de 100.000 habitantes.	
Implantação do sistema adutor do Pajeú, nos estados de Pernambuco e Paraíba.	PB	Construção do sistema adutor do Pajeú com 582 km de extensão, 18 estações elevatórias, 9 reservatórios, tubulações variando de 700 mm a 100 mm, confeccionado em ferro dúctil. Será beneficiada uma população de aproximadamente 450.000 habitantes, de diversos municípios, destacando-se: Afogados da Ingazeira, Floresta, Ingazeira, São José do Egito, Serra Talhada, em Pernambuco, e Princesa Isabel, Imaculada, Desterro, Livramento, Taperuá, na Paraíba.	
Construção da adutora do Oeste com 721 km de extensão.	PE	Construção da adutora do Oeste, com 721 km de extensão, para assegurar oferta de água potável às populações residentes nos trechos que correspondem às ramificações da adutora, beneficiando uma população da ordem de 274.000 habitantes, nos municípios do oeste de Pernambuco, destacando-se: Jacaré I, Vila Veneza, Exu, Ouricuri, Santa Rita, Ipubi, Serra Branca.	
Construção da barragem Ingazeira.	PE	Construção da barragem Ingazeira no rio Pajeú, situada nos municípios de Ingazeira e Tabira, será construída em CCR, com altura máxima de 22,29m acima do terreno natural, com capacidade para 48,7 hm ³ de água. Deverá regular uma vazão da ordem de 0,8 m ³ /s. População beneficiada com a obra será de 62.000 habitantes.	
Implantação do sistema adutor do Agreste (Frei Damião).	PE	Implantação do sistema adutor do Agreste com 450 km de extensão, composta de 7 estações elevatórias, 4 <i>stand-pipes</i> e tubulações com diâmetros variando de 1.000 mm a 150 mm em ferro dúctil. População beneficiada: 470.000 habitantes do agreste de Pernambuco. Serão beneficiados 71 municípios, destacando-se: Itaíba, Tupanatinga, Buíque, Águas Belas, Paratama, Brejão, Caetés, Garanhuns, Lajedo e Inajá.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Construção da adutora do Iguatemi, no município de Livramento de Nossa Senhora.	BA	Construção da adutora do Iguatemi para melhorar a infra-estrutura hídrica do município de Livramento de Nossa Senhora,, com a oferta de água de boa qualidade para as populações residentes nas comunidades, ao longo dos 60 km de extensão da adutora de 250 mm, até o povoado Iguatemi. População beneficiada: 15.000 habitantes.	
Construção da barragem Condeúba, no município de Condeúba.	BA	Construção de barragem do tipo mista (terra e concreto) localizada no rio Gavião, com capacidade de acumulação estimada em 160 hm ³ e altura de 40m. População beneficiada com a obra será de 20.000 habitantes.	
Construção da barragem Jussiape e suas obras complementares, no município de Jussiape.	BA	Construção da barragem Jussiape e suas obras complementares. A futura barragem Jussiape foi locada no curso d'água principal da bacia hidrográfica do rio de Contas, rio de domínio estadual com capacidade de acumulação de 120 hm ³ . População beneficiada com a obra será de 25.000 habitantes.	
Construção da barragem Marcolino Moura e suas obras complementares, no município de Rio de Contas.	BA	Elaboração de projeto executivo e construção das obras da barragem Marcolino Moura e suas obras complementares. A futura barragem com capacidade de acumulação de 39 hm ³ foi locada no rio Furnas pertencente a bacia hidrográfica do rio de Contas, rio de domínio estadual. O estudo preliminar já está concluído. População beneficiada: 36.000 habitantes.	
Construção das obras de transposição de bacia dos riachos Taquari-Vereda para a barragem do riacho do Paulo, no município de Livramento de Nossa Senhora.	BA	Construção das obras de transposição de bacias do sistema Taquari-Vereda para a barragem do riacho do Paulo, cujos estudos deverão definir as seções dos canais revestidos e ou adutoras com extensão total aproximada de 60 km. Tem a finalidade de aproveitar o excesso hídrico, no período de chuvas, para aumentar a recarga anual do reservatório e ampliar a vazão afluente da barragem do riacho do Paulo, que nos últimos anos não vem atingindo volumes satisfatórios e suficientes para atender a demanda requerida. A ampliação da oferta de água permite melhoria no abastecimento e geração de mais emprego e renda na agricultura irrigada, resultando em melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A aplicação dos recursos terá um alcance social considerável, pois o projeto da transposição irá beneficiar em torno de 12.000 habitantes na área de influência do projeto.	
Construção da barragem Cruzeiro.	BA	Elaboração dos estudos de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental, projeto executivo para a construção da barragem Cruzeiro, situada nos municípios de Araci e Tucano-BA. População a ser beneficiada: 400.000 habitantes.	
Construção da barragem Quijingue e suas obras complementares, localizada no município de Quijingue.	BA	Construção da barragem Quijingue e obras complementares, no município de Quijingue destinada para o abastecimento humano e animal, pequena irrigação e piscicultura. População a ser beneficiada: 3.000 habitantes.	
Construção da barragem João Dourado e suas obras complementares, localizada no município de João Dourado.	BA	Construção da barragem João Dourado e obras complementares para o abastecimento humano e animal, pequena irrigação e piscicultura, beneficiando uma população de aproximadamente 6.000 habitantes, das comunidades rurais e sede do município de João Dourado, numa das regiões mais carentes e de baixo IDH do estado da Bahia.	
Construção da barragem São Gabriel e suas obras complementares, localizada no município de São Gabriel.	BA	Construção da barragem São Gabriel e suas obras complementares destinada para o abastecimento humano e animal, pequena irrigação e piscicultura, beneficiando uma população de aproximadamente 6.000 habitantes, das comunidades rurais e sede do município de São Gabriel, uma das regiões mais carentes e de baixo IDH do estado da Bahia.	
Construção da barragem Várzea do Poço e suas obras complementares, localizada no município de Várzea do Poço.	BA	Construção da barragem Várzea do Poço e obras complementares destinada ao abastecimento humano e animal, pequena irrigação e piscicultura, beneficiando uma população de aproximadamente 4.000 habitantes, das comunidades rurais e sede do município de Várzea do Poço, uma das regiões mais carentes e de baixo IDH do estado da Bahia.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Construção de pequenos açudes no semi-árido do estado da Bahia.	BA	Construção de pequenos açudes nas comunidades difusas do semi-árido baiano, em vários municípios de baixo IDH e carente de infra-estrutura hídrica, garantindo o abastecimento de água de boa qualidade para a população humana, consumo animal, pequena irrigação e piscicultura.	
Construção de sistemas simplificados de abastecimento de água-saa em municípios do semi-árido da Bahia.	BA	Construção de sistemas simplificados de abastecimento de água-SAA nas comunidades difusas do semi-árido baiano nos municípios de baixo IDH e carente de infra-estrutura hídrica, garantindo o abastecimento de água de boa qualidade para a população humana, consumo animal, pequena irrigação e piscicultura.	
Construção da adutora Poço do Cachorro - Cacimbas, com 50 mm e extensão de 12 km, no município de Itiúba .	BA	Construção da adutora Poço do Cachorro – Cacimbas para melhorar o abastecimento humano e animal do povoado de Cacimbas e das propriedades localizadas ao longo da adutora. Espera-se a melhoria na qualidade e no nível de vida de 2.500 habitantes das comunidades beneficiadas através do aumento na oferta de água e com a geração de renda proveniente do aproveitamento hídrico na agricultura familiar. O sistema proposto consta de captação na estação elevatória intermediária do sistema de abastecimento de água da sede do município de Itiúba. Adutora de água tratada com 12 km, tubo em PVC/ PBA, classe 12 de 50 mm, reservatório elevado de 40 m ³ (2 unidades de 20 m ³) em fibra de vidro, constando também de rede de distribuição em tubo de PVC/PBA classe 12, sendo 428 m de 75 mm e 1.712 m de 50 mm.	
Construção da adutora Pinhões-Palmeiras, com 50 mm e extensão de 15 km, no município de Juazeiro.	BA	Construção da adutora Pinhões-Palmeiras para melhorar a infra-estrutura hídrica das propriedades localizadas ao longo da adutora, com a oferta de água de boa qualidade para abastecimento humano e animal. Espera-se uma melhoria na qualidade e no nível de vida de 300 habitantes das comunidades beneficiadas através do aumento na oferta de água e com a geração de renda proveniente do aproveitamento hídrico na agricultura familiar. O sistema proposto consta da captação na saída do registro de controle de vazão da galeria do açude público Pinhões, do DNOCS. A adutora principal com extensão 5.458 m, será em tubo de PVC de 50 mm e os ramais para atender pequenas comunidades e propriedades rurais, em tubos de PVC soldável, classe 15, variando de 32 a 20 mm.	
Construção da barragem de Inhobin no município de Vitória da Conquista no estado da Bahia.	BA	Construção da barragem de Inhobin, que reforçará o abastecimento de água da cidade de Vitória da Conquista, beneficiando também a zona rural dos municípios de Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Cândido Sales e Ribeirão do Largo mediante alavancagem do setor agrícola desses municípios.	
Construção da barragem Berizal.	MG	Construção de barragem de terra homogênea, no rio Pardo (sistema do rio Pardo), com altura máxima de 41 m, vertedouro com largura de 40 m, capacidade de acumulação de 339 hm ³ de água. População beneficiada com a obra será de 120.000 habitantes.	
Construção da barragem Calindó.	MG	Construção da barragem Calindó, situada no rio Calindó, constitui um maciço de terra homogênea, com 16 m de altura máxima, devendo acumular 2,5 hm ³ de água. População beneficiada com a obra será de 8.000 habitantes.	
Construção da barragem Congonhas.	MG	Construção de barragem tipo mista, terra e concreto (CCR), no rio Congonhas (Sistema do rio Jequitinhonha), com altura máxima de 72 m, com capacidade de acumulação de 950 hm ³ de água. Outras atividades: elaboração de projetos básico e executivo, cadastro, estudos ambientais, plano de reassentamento, plano de controle ambiental, Desapropriação da área da barragem e bacia hidráulica, desmatamento racional da área inundada e reassentamento da população atingida. População beneficiada com a obra será de 400.000 habitantes.	
Construção da barragem Vacaria.	MG	Construção da barragem Vacaria, situada no rio Vacaria, município de Fruta de Leite, será construída em CCR, tipo vertedoura em perfil <i>creager</i> . Terá altura máxima de 30 m acima do terreno natural, devendo acumular 25 hm ³ de água. População beneficiada com a obra será de 30.000 habitantes.	
Estudos e projetos de obras de infra-estrutura hídrica.	NE	Elaboração de estudos de reconhecimento, técnico-econômicos, pré-viabilidade, viabilidade e ambientais (EIA-RIMA) para a elaboração de projetos de obras hídricas de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, de acordo com a portaria nº 70 de 03/02/2004.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Capacitação de recursos humanos para obras de infra-estrutura hídrica.	NE	Capacitar profissionais de nível superior para a elaboração de estudos, planos e projetos, recuperação, construção, manutenção e segurança de obras de infra-estrutura hídrica referentes a abastecimento humano, macrodrenagem e controle de erosão marítima.	
Monitoramento e telecomando de barragens.	NE	Detalhamento do projeto básico, aquisição e instalação de equipamentos, testes, capacitação e operação do sistema de estações remotas em açudes e rios, providas de comunicação via celular em sistema de controle de automação e monitoramento de dados, priorizando as bacias hidrográficas Piranhas-Açu, Jaguaribe, Vaza-Barriz e Poti-Longá, totalizando 20 barragens.	
Gestão e monitoramento hidroambiental nos reservatórios do DNOCS.	NE	Gestão hidroambiental com vistas à garantia dos usos múltiplos, através do monitoramento da qualidade e da quantidade dos recursos hídricos disponíveis nos reservatórios sob a responsabilidade do DNOCS, regularização da vazão, credenciamento ambiental e outorga de uso, formação de comissões gestoras dos açudes e participação em comitês de bacias hidrográficas.	
Construção e recuperação de obras de infra-estrutura hídrica.	NE	Elaboração e/ou conclusão de estudos, projetos e obras, construção ou recuperação da infra-estrutura hídrica e execução de ações complementares.	
Obras de pequeno vulto para manutenção da infra-estrutura hídrica.	NE	Execução de planos, estudos, projetos, para implementação da manutenção da infra-estrutura hídrica e levantamentos dos sistemas de infra-estrutura hídrica em estado precário de funcionamento, municiando-os com os reparos necessários bem como, criar um cronograma de verificação dos sistemas hídricos, estabelecendo avaliações preventivas e ações corretivas	
1.2 Perímetros irrigados.		Aumentar a área irrigada, visando a geração de empregos e distribuição da renda	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Várzea do Flores com 500 ha.	MA	Recuperação física e produtiva do perímetro de irrigação Várzea do Flores, com 500 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Tabuleiros de São Bernardo com 542 ha (1ª etapa).	MA	Recuperação física e produtiva do perímetro de irrigação Tabuleiros de São Bernardo, com 542 ha (1ª etapa), inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Execução das obras civis do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos Platôs de Guadalupe – 2a. etapa, incluindo fornecimento, instalação e montagem dos equipamentos hidromecânicos.	PI	Implantação de mais 10.594,80 ha, referente à 2ª etapa do projeto de irrigação Platôs de Guadalupe – 2a. etapa, com vistas à produção de alimentos básicos e culturas nobre de exportação, com geração de 30.000 empregos, entre diretos e indiretos e uma renda bruta anual da ordem de R\$100 milhões. A população beneficiada será de 150.000 habitantes.	
Execução das obras civis, fornecimento e montagem de equipamentos 2ª. etapa do projeto Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, nos municípios de Parnaíba e Buriti dos Lopes.	PI	Implantação do projeto de irrigação de Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba (2ª etapa). Promover a agregação de mais 5.985 ha de área irrigada ao processo produtivo, promovendo a geração de cerca de 1.960 empregos indiretos e 3.920 diretos, com a utilização de modernas tecnologias de irrigação do tipo micro aspersão e gotejamento, com vistas ao beneficiamento de 25.000 habitantes.	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Fidalgo com 311 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Fidalgo, com 311 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos - 1ª etapa - com 2.469 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Tabuleiros Litorâneos (1ª etapa), com 2.469 ha., inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Caldeirão com 398 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Caldeirão, com 398 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade aos irrigantes e capacitação para a autogestão.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descritor
Transferência da gestão do perímetro irrigado Gurguéia com 1.974 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Gurguéia com 1.974 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade aos irrigantes e capacitação para a autogestão.
Transferência da gestão do perímetro irrigado Lagoas do Piauí com 2.335 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Lagoas do Piauí, com 2.335 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade aos irrigantes e capacitação para a autogestão.
Transferência da gestão do perímetro irrigado Platôs de Guadalupe com 3.196 ha.	PI	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe, com 3.196 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade aos irrigantes e capacitação para a autogestão.
Aquisição e montagem dos equipamentos parcelares do projeto de irrigação Baixo Acaraú - 1ª etapa.	CE	Aquisição e montagem de equipamentos parcelares <i>on-farm</i> do projeto de irrigação Baixo Acaraú (1ª etapa), para atender uma área correspondente a 3.400 ha de lotes agrícolas de pequenos produtores, perfazendo um total de 428 lotes cada um com uma área de 8 ha.
Aquisição e montagem dos equipamentos parcelares do projeto de irrigação Tabuleiros de Russas - 1ª etapa.	CE	Aquisição de equipamento <i>on-farm</i> para o projeto de irrigação Tabuleiros de Russas (1ª etapa), para atender uma área correspondente a 4.400 ha, lotes agrícolas de pequenos produtores, cada um com uma área de 8 hectares.
Construção da 2ª etapa do projeto de irrigação Tabuleiros de Russas.	CE	Implantação da infra-estrutura básica de canais revestidos com concreto; drenos; estação elevatória; e sistema de adutoras de distribuição, em uma área de 3.600 ha para a ampliação do projeto Tabuleiros de Russas (2ª etapa), nos municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte-CE. Proposta de inclusão no ppa 2008-2011. População beneficiada pela ação será de 45.000 habitantes. Ação a iniciar.
Construção do projeto de irrigação Araras Norte - 2ª etapa.	CE	Implantação da 2ª etapa do projeto irrigado Araras Norte, adicionando 1.619 ha ao projeto em operação, totalizando 3.225 ha. A obra compreende a implantação de rede de energia elétrica, estações de bombeamento, rede de distribuição de água, rede de drenagem, aquisição e montagem dos equipamentos parcelares para pequenos irrigantes. População beneficiada: 8.070 habitantes.
Construção do projeto de irrigação Baixo Acaraú - 2ª etapa.	CE	Implantação da infra-estrutura de irrigação da 2ª etapa do projeto Baixo Acaraú, com 4.168 ha, compreendendo: canais, adutoras, estações de bombeamento automatizado, drenos, vertedouros, reservatórios, descargas de segurança, núcleos habitacionais, sistema de irrigação <i>on farm</i> , rede viária, redes de distribuição de energia elétrica, nas áreas irrigáveis selecionadas. População beneficiada: 60.000 habitantes.
Reformulação do sistema de adução do perímetro irrigado Icó - Lima Campos.	CE	Construção do novo sistema, ampliando e adequando as estruturas de adução de água para o perímetro de irrigação Icó-Lima Campos, compreendendo a implantação de um canal revestido em concreto e manta impermeabilizante.
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Curu-Paraipaba com 3.357 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Curu-Paraipaba, com 3.357 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Araras Norte com 1.606 ha (1ª etapa).	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Araras Norte, com 1.606 ha (1ª etapa), inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Castanhão-Alagamar, Curupati e Mandacaru com 1.376 ha.	CE	Proporcionar aos produtores do perímetro de irrigação Castanhão-Alagamar, Curupati e Mandacaru, com 1.376 ha, condições administrativas, técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura, que permitam a transferência da gestão do perímetro a sua organização. Desta forma, pretende-se reduzir custos operacionais, fixar o homem no campo, gerar empregos e renda e promover o desenvolvimento sócio-econômico regional.
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas - 1ª etapa - com 10.700 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas (1ª etapa), com 10.700 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descritor	continuação
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Morada Nova a iniciar / proposta de inclusão ppa 2008-2011 com 4.246 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Morada Nova, com 4.246 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão. A iniciar / proposta de inclusão ppa 2008-2011.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Baixo Acaraú com 8.335 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Baixo Acaraú com 8.335 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Curu-Pentecoste com 1.068 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Curu-Pentecoste, com 1.068 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Icó-Lima Campos com 2.712 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Icó-Lima Campos, com 2.712 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Jaguaribe-Apodi com 2.850 ha.	CE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Jaguaribe-Apodi, com 2.850 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Construção do projeto de irrigação Mendubim.	RN	Implantação do projeto de irrigação Mendubim, com área irrigada de 8.415 ha, compreendendo a construção de estação elevatória, redes hidráulicas de adução e distribuição, sistema elétrico e rede de drenagem. O projeto básico encontra-se em fase de elaboração. População beneficiada com a obra será de 120.000 habitantes.	
Implantação do perímetro de irrigação Santa Cruz.	RN	Implantação do perímetro de irrigação Santa Cruz de 9.236 ha na chapada do Apodi com ante-projeto de engenharia e estudo de viabilidade já executados. A fonte hídrica é a barragem de Santa Cruz do Apodi no município de Apodi-RN, com capacidade de acumulação de 599 hm ³ . A área total do projeto é de 26.372 ha, sendo que os 17.136 ha restantes serão incorporados após a implantação do projeto de integração do rio São Francisco.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Baixo-Açu com 5.167,95ha.	RN	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Baixo-Açu, com 5.167,95 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Conclusão da implantação da 2ª etapa do perímetro irrigado São Gonçalo.	PB	Concluir a 2ª etapa do perímetro irrigado São Gonçalo, com a implantação de mais 643 ha à atual área em produção, com reduzido custo, tendo em vista os investimentos anteriores já realizados. Alcance social definida pela geração de 643 empregos diretos e 1.286 indiretos beneficiando 3.858 habitantes.	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação São Gonçalo com 2.402 ha.	PB	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação São Gonçalo, com 2.402 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Recuperação, operação e manutenção do laboratório de solos do perímetro irrigado São Gonçalo.	PB	Recuperação, operação e manutenção do laboratório de solos do perímetro irrigado São Gonçalo para a viabilização dos serviços e atividade de análise de solos e água na região Nordeste.	
Transferência da gestão do perímetro irrigado Moxotó com 6.491 ha.	PE	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Moxotó, com 6.491 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Construção do sistema de pressurização do bloco I do perímetro irrigado Brumado.	BA	Construção do sistema de pressurização do bloco I do perímetro irrigado Brumado, através de uma adutora, compreendendo a aquisição e assentamento de tubos e conexões. A população beneficiada com a obra será de 30.000 habitantes.	
Implantação do projeto piloto de irrigação Condeúba I, no município de Condeúba.	BA	Implantação do projeto piloto de 528 ha no perímetro irrigado Condeúba I, com área de irrigação pública de cerca de 5.000 ha, beneficiando uma população estimada em 206.771 habitantes dos municípios de Condeúba, Presidente Jânio Quadros, Mortugaba, Licínio de Almeida, Jacarací, Guajerú, Maetinga, Cordeiros e Piripá; e quatro outros localizados na região econômica do sudoeste: Anagé, Caraibas, Tremedal e Belo Campo.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Implantação do projeto piloto de irrigação Gasparino, no município de Coronel João Sá.	BA	Projeto piloto de SAU com 520 ha, numa área de 677 ha. Estudos básicos concluídos para uma área com potencial de irrigação de 3.000 ha. A implantação do projeto visa o aproveitamento do potencial hidroagrícola da barragem Gasparino, promovendo o desenvolvimento sustentado da região carente do semi-árido baiano, com baixo IDH. População beneficiada: 6.000 habitantes.	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Brumado com 2.470 ha .	BA	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Brumado, com 2.470 ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Vaza-Barris com 1.487ha.	BA	Recuperação da infra-estrutura física e produtiva do perímetro de irrigação Vaza-Barris, com 1.487ha, inclusive canais e estradas; emissão de títulos de propriedade e capacitação dos irrigantes para a autogestão.	
Capacitação em irrigação, gestão, qualidade, mercado & comercialização.	NE	Capacitação de agentes multiplicadores; ampliação e aperfeiçoamento da formação de gestores de desenvolvimento sustentável, sistematização e disseminação de tecnologias apropriadas nas áreas de irrigação, gestão, qualidade, mercado & comercialização.	
Estudos para projetos de obras dos perímetros irrigados do DNOCS.	NE	Realização de estudos que subsidiarão na elaboração de projetos de obras nos perímetros irrigados do DNOCS para o abastecimento de água para o consumo humano, uso agrícola, bem como os de drenagem.	
Funcionamento dos perímetros de irrigação em regime de transferência.	NE	Operar e manter a infra-estrutura de irrigação de uso comum em condições otimizadas, promover a regularização fundiária, apoiar na gestão do perímetro, proporcionar assistência técnica e extensão rural, qualificar os irrigantes familiares sobre as técnicas de produção e gerenciamento do negócio, encorajar o plantio de culturas de maior valor agregado pela aplicação de tecnologias mais eficientes, objetivando alcançar a sustentabilidade na geração de emprego e renda, preparando-os para emancipação. Uma ação de combate ao desperdício dos recursos públicos, na busca pela maior eficácia no aproveitamento dos investimentos realizados.	
Operação e manutenção de perímetros públicos de irrigação.	NE	Garantir as condições adequadas à operação e manutenção dos perímetros públicos de irrigação que já possuem sua implantação concluída, mas que ainda não se encontram em regime de transferência de sua gestão.	
1.3 Revitalização dos cursos d'água.		Implantação de ações de recuperação e preservação de microbacias, reposição da vegetação que margeia os cursos d'água (mata ciliar), recomposição da fauna ictiológica através do repovoamento com espécies autóctones.	
1.4 Gestão e monitoramento de barragens.		O objetivo deste programa é o de estabelecer mecanismos para disciplinar a elaboração e a implantação de um programa preventivo de segurança de obras hidráulicas para o território nacional	
Instalação do painel de segurança.	NE	Instalação de um escritório munido de equipamentos de informática que serão alimentados com dados de campo levantados por consultores técnicos e que servirão de base para o monitoramento técnico das principais barragens administradas pelo Órgão.	
Instalação do sistema de monitoramento e telecomando.	NE	Instalação do sistema de monitoramento e telecomando nos açudes para a obtenção de dados em tempo real do nível de água e da vazão liberada pelos reservatórios, acionamento remoto de estruturas hidráulicas reguladoras das vazões liberadas, através de sistemas telemétricos a ser implantada no Centro de Monitoramento e Sensoriamento, da administração central.	
1.5 Poços públicos.		Aumentar a oferta de água para o consumo humano e produção, pela implantação e recuperação de poços públicos, dessalinização de água, construção de barragens subterrâneas, etc.	
Dessalinização de água - água doce.	NE	Recuperação e instalação de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas, captadas através de poços tubulares e, onde as condições o permitirem, associá-los à implantação de sistemas produtivos locais sustentáveis, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante do processo, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, aumento de renda e segurança alimentar.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
Implantação de poços públicos.	NE	Perfuração e instalação de poços públicos para obter água de qualidade e em quantidade suficiente para o abastecimento humano, na região semi-árida do Nordeste do Brasil, inclusive aquisição de conjunto de perfuração para as regiões Nordeste e Sudeste	
Recuperação de poços públicos.	NE	Recuperação, desobstrução de componentes dos sistemas adutores (tubulação submersa); Acumulação de água (caixa d'água) e distribuição de energia elétrica e hidráulica (chafariz, tubulação hidráulica, quadro e fiação elétrica); equipamentos de bombeamento (eletrobomba ou catavento); e obras civis (casa de bomba), em poços tubulares profundos perfurados na região Sudeste, atualmente desativados e impossibilitados de fornecerem água às populações do semi-árido.	
Barragens subterrâneas e terraceamento.	NE	Construção de barragens subterrâneas em áreas selecionadas, para atendimento à população difusa e pequenas comunidades, possibilitando, além do fornecimento de água para consumo humano, o plantio de hortas na área de influência das barragens durante a estação seca e implantação de estruturas que objetivam disciplinar o volume de água de chuva que excede a capacidade de infiltração do solo reduzindo o risco de erosão hídrica e protegendo mananciais.	
Implantação de sistemas de captação e armazenamento de águas de chuva para populações dispersas.	NE	Implantação de sistemas de captação e armazenamento de águas de chuva para atendimento ao consumo domiciliar de populações dispersas.	
2. Programa de inclusão social.			
2.1 Piscicultura, aquíicultura e carcinicultura.			
		Desenvolver a aquíicultura sustentável, considerando sua diversidade e promovendo o fortalecimento de sua cadeia produtiva, de forma a gerar aumento da produção, proporcionar inclusão social, e contribuir para o incremento da renda e da oferta de emprego.	
Produção de microalgas como alimento alternativo para o semi-árido.	CE	Promover o cultivo de microalgas em tanques visando à elaboração de farinha de microalgas para a alimentação de alevinos de peixes e camarões ou a sua utilização <i>in natura</i> como componente na alimentação de famílias carentes.	
Desenvolvimento de tecnologias de processamento de pescado.	NE	Geração e transferência de tecnologia de processamento de pescado pela realização de cursos trimestrais, nos centros de pesquisas e estações de piscicultura do DNOCS e nas comunidades pesqueiras no entorno dos açudes administrados pelo DNOCS	
Funcionamento de estações e centros de pesquisa em aquíicultura	NE	Funcionamento das estações de pisciculturas e centros de pesquisa em aquíicultura, aquisição de material permanente e de consumo, realização de obras e instalações, pagamento de obrigações tributárias e contratação de serviços.	
Implantação de estações de piscicultura.	NE	Concluir duas estações de pisciculturas, cujas obras estão em andamento na Paraíba e na Bahia, construir uma estação em Minas Gerais, visando produzir alevinos para realizar peixamento em açudes públicos e particulares.	
Implantação de unidades demonstrativas para a produção de pescado e/ou camarão.	NE	Serão implantadas unidades demonstrativas compostas de módulos de viveiros e ou tanques-rede para a criação intensiva de pescado e/ou camarão nos estados do Nordeste, visando oferecer alternativas de alimentação às comunidades carentes e de fonte de renda aos aquícultores.	
Modernização dos centros de pesquisa em aquíicultura e das estações de piscicultura do DNOCS .	NE	Recuperar e melhorar o desenvolvimento científico e tecnológico, visando a continuidade da modernização deste setor para o seu fortalecimento como atividade de apoio ao desenvolvimento econômico e social e, também, para a manutenção do equilíbrio ecológico da fauna local.	
2.2 Comercialização e economia solidária.		Buscar o estabelecimento de uma estrutura de comercialização direta entre o produtor e o consumidor. Essa ação busca estimular a relação entre os distritos de irrigação dos diversos perímetros, assentamentos do programa de reforma agrária e associações de pescadores, fortalecendo e abreviando os elos de comercialização de produtos agrícolas e artesanatos. A implantação do posto de comercialização e economia solidária, objetiva a venda direta ao consumidor, a baixo custo.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descritor	continuação
2.3 Titulação e regularização fundiária.		Ação de inclusão econômica e social da população de estabelecimentos agrícolas sem titulação de terra regularizada, desalojadas pela implantação de obras públicas, para que tenha acesso à indenização, dando condições para a retomada de suas atividades econômicas de forma sustentável.	
Regularização fundiária, indenizações e medidas mitigadoras em projetos concluídos.	NE	Realização de despesa para regularização fundiária, aprovação e renovação de licenciamentos ambientais, desalojamento das comunidades, indenizações e medidas mitigadoras ocasionadas pela implantação de obras hídricas. A regularização fundiária será efetuada apenas nas comunidades desalojadas por ações concluídas, que não constam mais no ppa vigente.	
2.4 Inserção social para população residente às margens dos canais do semi-árido.		Ação de inserção social pela implantação de sistemas de segurança hídrica e alimentar, para a população desalojada pela desapropriação das áreas de influência dos canais do semi-árido (áreas de proteção do canal e de preservação ambiental).	
Elaboração de diagnóstico sócio econômico.	NE	Identificação das comunidades, elaboração de cadastro, classificação dos núcleos segundo a população e situação atual de abastecimento d'água, dispersão das edificações e características sócio-econômicas para o atendimento a 255 comunidades com população superior a 30 famílias e 172 comunidades e população inferior a 29 famílias. População beneficiada com a ação será de 75 mil habitantes.	
Elaboração dos estudos e projetos produtivos para segurança hídrica e alimentar.	NE	Elaboração dos estudos e projetos para soluções de segurança hídrica e alimentar.	
Construção dos sistemas produtivos de abastecimento nas margens dos canais.	NE	Implantação dos projetos de abastecimento de água para consumo humano e dos pontos verdes para as atividades de agricultura familiar.	
Implantação dos sistemas produtivos integrados nas margens dos canais	NE	Implantação de sistemas produtivos integrados destinados ao desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando 6.000 famílias.	
2.5 Inserção social para população residente nas circunvizinhanças dos canais no semi-árido.		Ações de inserção social da população afetada élo programa de preservação ambiental, segurança hídrica e alimentar, nos estaados doadores da transposição do rio São Francisco.	
Elaboração de diagnóstico sócio econômico nas circunvizinhanças dos canais.	NE	Identificação das comunidades, elaboração de cadastro, classificação dos núcleos segundo a população e situação atual de abastecimento d'água, dispersão das edificações e características sócio-econômicas para o atendimento a 1.100 comunidades situadas na região do semi-árido desprovidas de toda e qualquer estrutura hídrica nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Sergipe.	
Elaboração dos estudos e projetos para segurança hídrica e alimentar nas circunvizinhanças do rio são francisco nos estados doadores.	NE	Elaboração dos estudos e projetos para soluções de segurança hídrica e alimentar nas circunvizinhanças do rio São Francisco, nos estados doadores.	
Construção dos sistemas produtivos de abastecimento.	NE	Implantação dos projetos de abastecimento d'água para consumo humano e pontes verdes para as atividades de agricultura familiar.	
Implantação dos sistemas produtivos integrados nas circunvizinhanças do rio São Francisco nos estados doadores.	NE	Implantação de sistemas produtivos integrados destinados ao desenvolvimento da agricultura familiar, beneficiando 6.000 famílias.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descrição	continuação
2.6 Inserção social para população residente nas margens dos rios e canais após a implantação do sistema de transposição do rio São Francisco.		Ações de inserção social para população residente nas margens dos rios e canais receptores do sistema de transposição do rio São Francisco.	
Estudos e projetos para segurança hídrica e inserção sócioeconômica das populações residentes nas margens dos rios receptores de água da transposição do rio São Francisco.	NE	Estudos e projetos para a segurança hídrica e inserção sócio-econômica para população residente às margens dos rios e canais, nos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte	
2.7 Geração de energia de fonte não convencional.			
Capacitação para a auto-gestão das unidades de extração de óleo e produção de biodiesel nas áreas de atuação do DNOCS.	NE	Objetiva capacitar e acompanhar, sistematicamente, as organizações de agricultores familiares no processo de auto-gestão das unidades de extração de óleo para produção de biodiesel, com inclusão social.	
Implantação de unidades de extração de óleo vegetal para a obtenção de biodiesel com inclusão social e auto-gestionária.	NE	Monitoramento da implantação das 200 unidades de extração de óleo no semi-árido nordestino e mineiro, no escopo do PAC, objetivando agregar valor com a produção de óleo vegetal pelos agricultores familiares organizados e posterior fornecimento para usinas de biodiesel da Petrobrás e iniciativa privada	
Implantação de unidades de produção de energia eólica.	NE	O Nordeste brasileiro apresenta grande potencial de aproveitamento da energia eólica para utilização nos projetos de irrigação. O objetivo é instalar uma unidade de produção de energia eólica em cada perímetro irrigado, com o objetivo de reduzir o custo de recalque de água para irrigação.	
Implantação de unidades de produção de energia solar.	NE	O Nordeste brasileiro apresenta grande potencial de aproveitamento de energia solar para utilização nos projetos de irrigação. O objetivo é instalar uma unidade de captação de energia solar em cada projeto de irrigação, como fonte alternativa de energia elétrica de baixo custo, para reduzir os custos de produção.	
Implantação de unidades de produção de etanol.	NE	Identificar áreas para a implantação de projetos piloto de irrigação para plantio de cana-de-açúcar destinada à produção de etanol. O álcool pode ser utilizado na frota de veículos do distrito de irrigação e o excedente vendido para empresas oficialmente autorizadas, com o objetivo de reduzir os custos de administração dos projetos.	
Implantação de pequenas centrais hidrelétricas.	NE	Instalação de turbinas para geração de energia hidrelétrica nos açudes públicos de médio e grande portes do DNOCS, com o objetivo de diminuir os custos operacionais dos perímetros públicos de irrigação e unidades operacionais do DNOCS.	
3 Programa de modernização institucional – 100 anos – um novo DNOCS.			
3.1 Preservação do patrimônio e da cultura regional.		O DNOCS dispõe de um acervo cultural e de conhecimentos técnicos e científicos acumulados ao longo de quase um século. Esse patrimônio deve ser posto à disposição da sociedade, democratizar e facilitar o acesso aos conhecimentos sobre as ações de convivência com o meio ambiente do semi-árido.	
Funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido.	CE	Ação que decorre da conclusão do restauro do prédio onde se instalou a primeira sede do DNOCS (IOCS), atualmente o Centro de Referência do Semi-Árido. Visa promover o DNOCS como lugar de produção de ciência no Brasil, valorizando a documentação produzida nas investigações e nas intervenções realizadas ao longo de quase um século, nas diferentes áreas de conhecimento (astronomia, climatologia, agricultura, piscicultura, botânica, engenharia, geologia, hidrologia, etc).	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descritor	continuação
Implantação do Museu do Açude.	CE	Adaptação dos galpões que compõem o antigo acampamento para construção do açude Cedro, no período de 1886 a 1906, devidamente restaurados sob a supervisão do IPhaN, para funcionamento do Museu do Açude a revitalização do horto florestal.	
Implantação de memoriais, nos açudes construídos pelo DNOCS, no semi-árido.	NE	Implantação de memoriais dos açudes, ressaltando aspectos tecnológicos, históricos, arqueológicos e humanos como contribuição para a memória da tecnologia utilizada e das ações de convivência do homem com as secas, associada à possibilidade de desenvolvimento de um turismo de natureza cultural.	
3.2 Treinamento, capacitação e a Iniciar. Proposta de inclusão ppa 2008-2011, tecnologias.			
Capacitação de produtores familiares nos perímetros públicos de irrigação.	NE	Ação de capacitação para promover o desenvolvimento das habilidades dos produtores familiares, nas áreas de tecnologia da produção, beneficiamento e comercialização agrícola	
Capacitação de servidores públicos federais em processo de qualificação e requalificação.	NE	Ação para promover a qualificação e a requalificação dos servidores, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.	
Capacitação para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	NE	Capacitação dos recursos humanos para conduzir processos descentralizados e participativos de formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	
Implantação, coordenação e manutenção do sistema nacional de informações para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	NE	Equipar e capacitar instituições com protagonismo relevante para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial a exprimir, através do tratamento e análise de informações e indicadores, a espacialização de suas ações nas diversas escalas e a sua contribuição para o estabelecimento de diagnósticos compartilhados de regiões prioritárias, com foco nas desigualdades regionais e na interação com a PNDR.	
Modernização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação.	NE	O Projeto de modernização dos recursos de tecnologia da informação e comunicação tem por finalidade dotar o DNOCS de sistemas administrativos e técnicos modernos, baseados em tecnologias de código-aberto (<i>software</i> livre), de modo a reduzir custos e otimizar resultados, além de fortalecer a segurança e o trato das transações digitais.	
Capacitação para a produção alternativa de alimentos para o semi-árido.	NE	Promover a capacitação de famílias de pescadores e agricultores dos perímetros irrigados, na tecnologia de criação e beneficiamento de camarão, a fim de possibilitar a geração de trabalho e renda e reduzir o quadro da fome das famílias de baixa renda, na área de atuação do DNOCS.	
3.3 Conservação dos recursos naturais e meio ambiente.			
Banco genético de espécies de peixes da região Nordeste.	NE	Identificar e mapear as espécies de peixes da região Nordeste, visando a preservação, recuperação e melhoria de seu potencial genético.	
Instalação de estações hidro-climatológicas e equipamentos de medição nas barragens e perímetros irrigados do DNOCS.	NE	Possibilita o monitoramento de clima, volume e vazões em reservatórios estratégicos administrados pelo DNOCS, objetivando a formação de banco de dados e geração de relatórios em tempo real, para tomada de decisões sobre controle de vazão para abastecimento humano, controle de cheias, irrigação e desenvolvimento da aquicultura.	
Estudos para o planejamento e gestão do desenvolvimento regional e ordenamento territorial.	NE	Realização de estudos e pesquisas de conjuntura e prospectiva, envolvendo áreas temáticas relacionadas à socioeconomia regional e sub-regional.	

Tabela 21 - Propostas de ações a serem desenvolvidas pelo DNOCS no Plano Anual 2008 e no Plano Plurianual 2008-2011.

Ações	UF	Descritor	conclui
Recomposição de áreas de preservação ambiental dos açudes públicos do DNOCS.	NE	Recomposição das áreas de preservação permanente ao redor dos lagos artificiais formados pelos açudes públicos, de responsabilidade do DNOCS, localizados nas regiões Nordeste e Sudeste, de acordo com a Lei nº. 4.771 de 15/09/65, art. 2º., letra b, regulamentada pela resolução CONAMA nº. 004, de 18/09/85, artigo II, que define em 100 m desde o nível de sangria, a largura mínima marginal a ser preservada para os açudes localizados em áreas rurais com mais de 20 ha de superfície de água.	
Zoneamento ecológico-econômico estadual na escala 1:250.000.	NE	Realização de estudos que permitam delimitação e a caracterização física, socioeconômica e ambiental das áreas selecionadas, de forma a orientar os investimentos públicos e privados em bases sustentáveis, a ordenar e planejar a expansão da fronteira agrícola, a disponibilizar aos órgãos de desenvolvimento estadual e regional uma base de informações e de diretrizes de planejamento consolidados e a fortalecer as atividades industriais, de maneira ordenada e sustentável, respeitando as condicionantes ambientais.	
3.4 Reestruturação das unidades regionais.			
Reforma dos edifícios sedes do DNOCS - administração central e coordenadorias estaduais.	NE	Execução de obras de recuperação dos edifícios sedes da administração central e coordenadorias estaduais do DNOCS, para preservar a segurança dos respectivos prédios e dos servidores, em vista das precárias condições estruturais e de instalações hidráulicas, sanitárias, elétrica, ar-condicionado, etc., inclusive a inexistência de sistema de segurança contra incêndio. Os prédios foram construídos nos anos setenta do século passado e por todo o período de funcionamento não foi objeto de nenhuma reforma, à exceção de algumas intervenções pontuais. As instalações hidráulico-sanitárias atingiram um nível de deterioração tal que se constituem em um dos pontos mais críticos do atual quadro de desgaste, que causa mal estar tanto aos servidores como aos visitantes.	
3.5 Divulgação das ações do DNOCS na sua área de atuação.			
Promoção de feiras e eventos.	NE	Objetiva promover feiras anuais, visando expor e vender os produtos produzidos nos projetos de irrigação. Essa feira deverá ser acompanhada de grande divulgação nas mídias escrita, falada e televisionada. Deverá ainda, realizar um evento anual de avaliação da situação dos perímetros, discussões sobre a aplicação de novas tecnologias de produção e de comercialização agrícola e agroindustrial, bem como a necessidade de reorientação das atividades desenvolvidas nos perímetros de irrigação.	
Publicação de informativos periódicos.	N	Tem como finalidade divulgar internamente as atividades do DNOCS com periodicidade definida.	
Edição e publicação de livros e revistas técnicas.	N	Tem por objetivo incentivar a produção regular de trabalhos de natureza técnica e científica pelos técnicos do DNOCS, bem como de estudiosos da problemática do semi-árido. Esses trabalhos visam dar continuidade à política editorial envolvendo a publicação de livros como também de artigos através da revista Conviver.	

Fonte: DNOCS.

3.2 Diretoria Administrativa-DA

Para a melhoria da gestão do seu patrimônio material, intelectual e histórico, fez-se necessária a intervenção no setor administrativo, face a necessidade de promover uma mudança no comportamento dos gestores, visando atender às novas exigências sobre o administrador público que passa a assumir um amplo leque de ações de grande responsabilidade social, verticalmente e horizontalmente integradas aos níveis federal, estadual, municipal e parceria com a iniciativa privada. O desafio inicial é a superação das práticas gerencias aleatórias e métodos de trabalhos mal definidos que rendem poucos resultados.

Assim, vêm sendo implantadas uma série de medidas que têm como objetivo a transparência das ações, através da discussão direta dos dirigentes com os servidores, pela apresentação das novas visões do papel do DNOCS: a inclusão de artigos e palestras esclarecedores sobre essa nova filosofia no *site*; diálogo constante com a sociedade civil, através de seminários, debates, entrevistas e contatos com a imprensa; a liberação e a difusão de informações, antes de domínio privado de alguns técnicos e administradores, como o andamento das obras, execução orçamentária e licitações; a consolidação da sala do Cidadão, hoje uma referência na instituição, onde os servidores, inclusive os aposentados, pensionistas e as pessoas que demandam por informações tenham um bom atendimento; a reestruturação da área de informática, implantação de novos sistemas de controle de dados e recursos do Programa Tecnologia da Informação; a gestão de recursos hídricos sob a égide da participação da sociedade e dos usuários é hoje uma das atividades que mais vem crescendo e se consolidando; a consolidação do sistema de pregão eletrônico como forma de reduzir os preços e agilizar as compras, proporcionando a competição e a transparência nas compras do Departamento e a criação da Comissão Permanente de Capacitação integrada por representantes dos diversos setores e que tem por objetivo, não só levantar as demandas e elaborar o planejamento anual, como também priorizar e selecionar as solicitações, evitando-se tanto a dispersão de recursos como as indicações de natureza individualizadas.

Na busca pela transparência sobre as ações em andamento e uma mudança nas relações com os clientes, foram tomadas medidas como: titulação dos lotes para produção; arrecadação do patrimônio das áreas pertencentes ao Órgão; implantação do projeto Centro de Referência e Documentação do Semi-Árido; decisão de concluir as obras inacabadas; recuperação e transferência de gestão dos perímetros irrigados; constituição de comissões gestoras dos açudes; titulação de terrenos irregulares para a desapropriação e indenização ao longo dos canais; ações articuladas com outras instituições públicas e entidades da sociedade civil, entre outras. A conclusão ou o avanço físico registrado em relação a muitas obras, algumas emblemáticas, a exemplo de: perímetro de irrigação de Tabuleiro de Russas-CE, adutora de Jucazinho-PE, perímetro de irrigação de Tabuleiros Litorâneos-PI, adutora do Oeste-PE, integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional e ações complementares para a sustentação da população desapropriada no complexo do Castanhão-CE, são pontos positivos que, certamente, contribuem para melhorar a imagem da Instituição.

Gestão do patrimônio

Nos últimos 98 anos, o DNOCS acumulou um patrimônio que envolve: toda a infraestrutura e os terrenos da área de segurança e de preservação ambiental de 323 açudes com

capacidade para 27 bilhões de m³; 234.945ha desapropriados, área irrigável implantada de 72.021ha em 37 perímetros públicos de irrigação; Centro de Pesquisas em Aqüicultura em Pentecoste-CE; Centro de Pesquisa em Carcinicultura em Fortaleza-CE; 9 estações de piscicultura distribuídas em 5 estados; 27.866 poços tubulares profundos implantados e cerca de 13.000 imóveis residenciais, comerciais e de uso administrativo da Instituição, muitos estão abandonados e sem condições de recuperação. O valor atual do patrimônio é desconhecido por causa do seu registro pelo preço histórico das despesas de implantação, que sem correção monetária, sem os valores de custos de recuperação, a maioria dos imóveis aparecem com valor R\$0,00 nos registros de imóveis da União.

Continua sendo realizado o levantamento de todas as edificações erguidas, de forma irregular, por particulares, nas áreas de segurança e de preservação ambiental permanente localizadas nos entornos das barragens, canais e perímetros de irrigação e em todos os terrenos públicos sob domínio do DNOCS. Enquanto se examinam alternativas para corrigir o erro ou o crime ambiental, ações estão sendo realizadas no sentido de tombar e registrar, como propriedade do DNOCS, todos os bens construídos nesses terrenos públicos.

A comissão criada para proceder o levantamento e à análise da situação das receitas próprias do Departamento propôs um conjunto de medidas, envolvendo a questão dos imóveis urbanos e rurais não operacionais a serem alienados, tais como: elaboração de contratos de concessão de uso de áreas de exploração agrícola, aluguéis de prédios administrativos, etc. Tais medidas vêm sendo implementadas ao longo de 2007, inicialmente aquelas que dizem respeito à alienação dos imóveis não operacionais e as decorrentes do processo de regularização fundiária em curso com a conseqüente titulação dos lotes irrigados.

Visando disponibilizar imóveis em desuso para a utilização pelas comunidades locais, as ações relativas à gestão do patrimônio foram priorizadas nos últimos anos, redundando em: ações de apoio à recuperação da infra-estrutura hídrica de açudes, canais, perímetros irrigados e prédios; conclusão das obras; aproveitamento de edificações em desuso; disponibilização de terras para reforma agrária, titulação dos lotes e inovações administrativas que otimizaram o trabalho da Autarquia.

Reforma do prédio da administração central.

Para a melhoria das condições de ambiente de trabalho dos servidores foi intensificada a ação de recuperação e reforma do edifício sede da administração central. O prédio construído em 1973 apresentava graves problemas no seu funcionamento, em vista das instalações deterioradas por falta de manutenção adequada, ambiente insalubre de trabalho, com goteiras, cupins e fungos, má organização e distribuição das áreas de trabalho, servidores mal acomodados entre pilhas de arquivos, além de questões de segurança.

Com base no projeto arquitetônico de reforma do prédio aprovado pelo DNOCS, foram realizados serviços de reforma do prédio do DNOCS, das instalações gerais, elétrico, hidro-sanitário, sistema de ar-condicionado, móveis, etc. Os recursos da ordem de R\$ 4,00 milhões foram destinados ao pagamento das despesas com a reforma do edifício sede da administração central do DNOCS, compreendendo a execução das obras civis, instalações gerais, aquisição de móveis e equipamentos e sistema de ar-condicionado.



Foto 13 – Edifício da administração central do DNOCS.

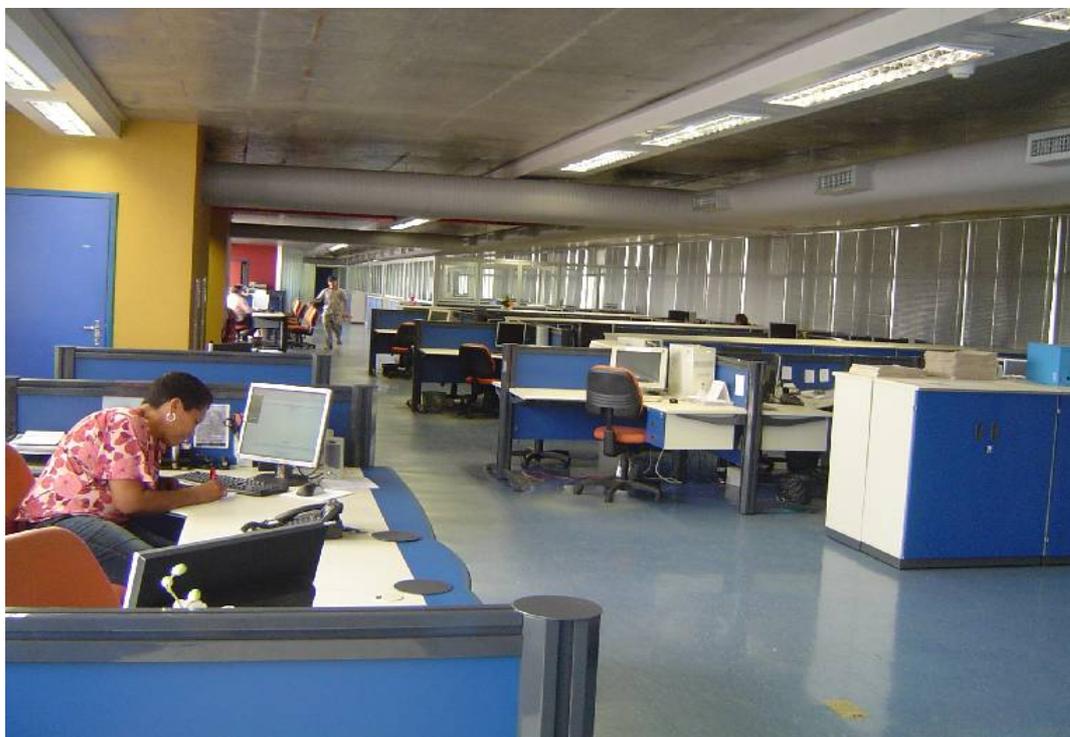


Foto14 – Salas reformadas do edifício da administração central.

3.2.1 Coordenação de Recursos Humanos-CRH.

O quadro de pessoal ativo e permanente do DNOCS reduziu em 18 servidores, passando de 1.896 em 2006 para 1.878, em 2007, uma redução de -0,95%. Um fato de maior gravidade é a sobrecarga de trabalho dos remanescentes, que pode refletir na qualidade do serviço prestado, na fiscalização das obras em implantação e na administração do imenso patrimônio em infra-estrutura hídrica e imóveis, acrescido de novos programas e projetos sob sua responsabilidade. A contratação de serviços terceirizados é um paliativo que não atende plenamente as necessidades legais de acompanhamento e fiscalização da execução das obras e dos convênios. A situação de insuficiência de pessoal é mais grave na linha de frente de execução das ações dos programas e projetos a cargo das coordenadorias estaduais, centros de pesquisas, unidades de campo e estações de piscicultura. Além do reduzido quadro de servidores, há ainda, a carência de recursos para custeio e investimentos em materiais e equipamentos como combustíveis, microcomputadores e veículos para fiscalização das obras, monitoramento dos recursos hídricos e vigilância para a manutenção e preservação do patrimônio.

O número de servidores na folha de pagamento do DNOCS foi de 14.936, em 2007, dos quais, 1.878 são ativos permanentes, 2 requisitados, 15 nomeados para cargos comissionados, 2 requisitados de outros órgãos, 20 em exercício descentralizado de carreira, 1 em exercício provisório, 95 estagiários, 5.819 aposentados e 7.051 beneficiários de pensão.

Tabela 22 - Situação funcional e número de servidores ativos e inativos.

Código	Situação do servidor	Número
01	Ativo permanente	1.878
02	Aposentado	5.819
03	Requisitado	2
04	Nomeado cargo comissionado	15
08	Cedido	52
11	Excedente a lotação	1
14	Requisitado de outros órgãos	2
18	Exercício descentralizado carreira	20
19	Exercício provisório	1
66	Estagiário	95
93	Beneficiário pensão	7.051
Total		14.936

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos.

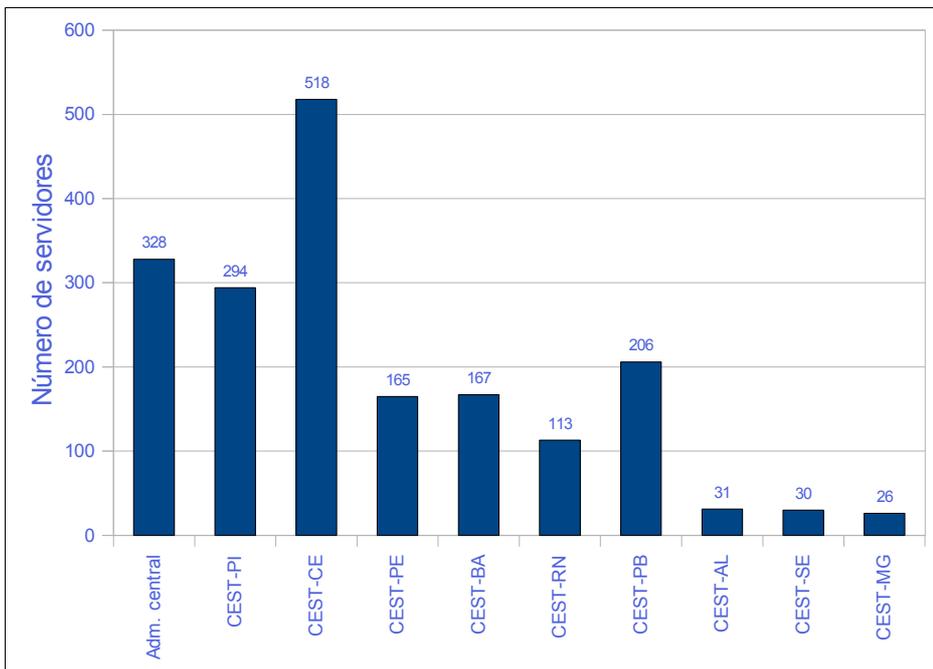


Gráfico 9 - Número de servidores por lotação.

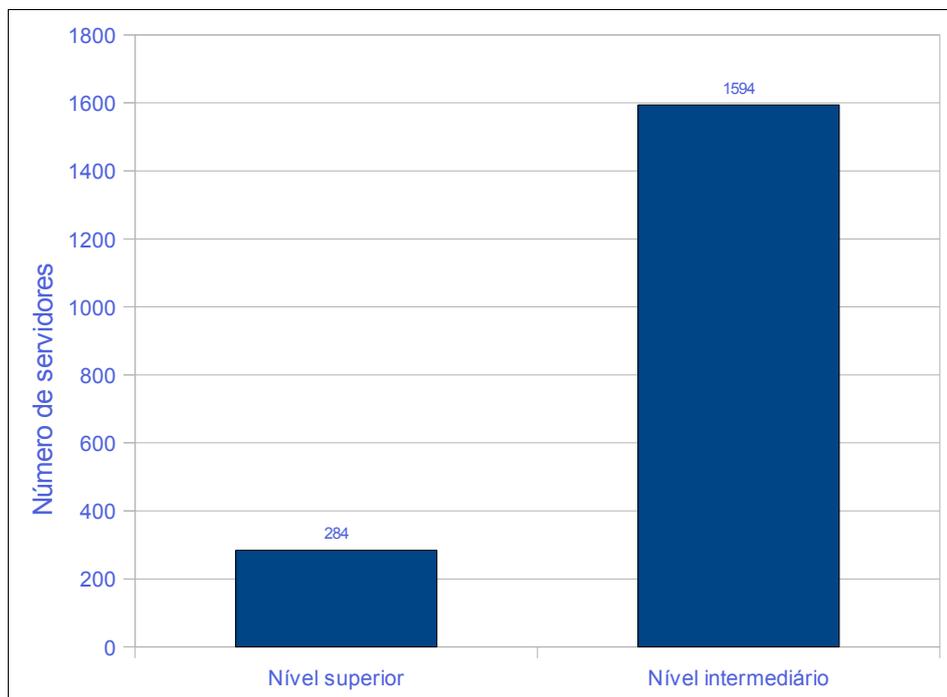


Gráfico 10 - Número de servidores por qualificação.

Tabela 23 - Lotação do efetivo de pessoal de nível superior do DNOCS distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional											Total
	Código	Adm. Central	Coordenadorias Estaduais									
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	
Nível superior												
Administrador	480002	3	4	1	6	2	-	3	-	-	1	20
Analista de Sistemas	480026	2	-	-	-	-	-	-	1	-	-	3
Arquiteto	480046	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Assistente Social	480061	3	2	-	1	1	3	3	-	-	-	13
Auditor	480065	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bibliotecário	480067	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Contador	480087	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Economista	480096	5	4	1	4	3	1	3	-	1	1	23
Enfermeiro	480103	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	2
Engenheiro	480106	19	5	2	15	5	6	10	-	1	3	66
Engenheiro Agrônomo	480108	24	7	22	11	6	8	7	-	-	1	86
Engenheiro Civil	480109	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Engenheiro de Operações	480111	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Engenheiro de Pesca	480112	3	-	4	2	-	1	-	-	1	-	11
Engenheiro Elétrico	480113	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Geógrafo	480137	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Geólogo	480138	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	3
Médico	480151	1	-	-	2	1	1	4	-	-	-	9
Médico Veterinário	480155	2	-	2	1	-	-	1	-	-	-	6
Odontólogo	480271	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Químico	480204	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico de Nível Superior	480238	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Técnico em Assuntos Educacionais	480245	-	-	-	1	-	-	2	-	-	-	3
Técnico em Comunicação Social	480246	3	-	-	2	-	1	2	-	-	-	8
Zootecnista	480270	1	2	2	5	-	2	-	1	1	-	14
Subtotal nível superior		77	24	38	50	19	24	40	2	4	6	284

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos.

Tabela 24 - Lotação do efetivo de pessoal de nível intermediário do DNOCS, distribuição por setor de lotação.

Grupo e categoria funcional	Unidade organizacional												
	Código	Adm. Central	Coordenadorias Estaduais										Total
			CE	PI	CE	PE	BA	RN	PB	AL	SE	MG	
Nível intermediário													
Agente Administrativo	481004	58	21	45	26	20	11	12	1	1	1	196	
Agente de Atividades Agropecuárias	481014	17	115	213	12	44	14	21	2	9	3	450	
Agente de Cinematografia e Microfilmagem	481017	10	-	5	-	3	-	-	-	-	-	18	
Agente de Defesa Florestal	481021	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	
Agente de Mecanização e Apoio	481025	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	
Agente de Portaria	481026	19	3	30	2	9	4	9	2	-	1	79	
Agente de Vigilância	481035	17	5	21	8	-	6	4	-	2	-	63	
Agente de Serviços de Engenharia	481041	7	20	19	21	16	20	14	8	7	10	142	
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	481042	3	-	6	-	1	1	1	-	-	-	12	
Artífice de Artes Gráficas	481053	1	1	-	-	2	-	-	-	-	-	4	
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	481054	-	1	1	2	-	-	7	-	-	-	11	
Artífice de Eletricidade e Comunicações	481056	2	-	6	-	-	-	4	-	-	-	12	
Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia	481057	-	7	7	8	4	1	20	-	-	-	47	
Artífice de Mecânica	481060	5	35	65	2	6	6	42	2	3	-	166	
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	481138	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	6	
Auxiliar Operacional de Agropecuária	481076	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	
Datilógrafo	481175	81	37	32	10	18	9	7	3	2	4	203	
Desenhista	481177	2	2	2	8	6	4	5	2	-	-	31	
Laboratorista	481232	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	
Motorista Oficial	481262	7	8	21	11	8	10	15	7	1	1	89	
Operador de Computação	481273	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	5	
Perfurador-Digitador	481293	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Programador	481305	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Técnico em Colonização	481333	6	3	6	1	-	1	2	-	-	-	19	
Técnico de Contabilidade	481334	2	4	1	3	1	1	3	2	1	-	18	
Técnico de Laboratório	481337	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	2	
Tecnologista	481389	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	
Telefonista	481390	1	2	-	-	2	1	-	-	-	-	6	
Total nível intermediário		251	270	480	115	148	89	166	29	26	20	1.594	
Total geral		328	294	518	165	167	113	206	31	30	26	1.878	

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos.

Capacitação de recursos humanos.

Contratação do Centro de Treinamento e Desenvolvimento da Universidade Federal do Ceará

- CETREDE-UFC para elaboração de eventos com vistas ao desenvolvimento de projetos e programa de capacitação de pessoal. Num contexto da necessidade de ampliar o horizonte de conhecimentos dos servidores para atender a necessidade imperativa de formação e atualização continuada dos recursos humanos nos diversos setores. Esta questão se constitui em uma das maiores dificuldades vivenciadas pelo DNOCS ante à escassez de recursos. Nesse sentido, foi designada em 2006, a comissão permanente de capacitação, formada por servidores de todas as diretorias e elaborado o plano de capacitação técnico-administrativa para o exercício de 2007. Por este plano, criou-se o Programa Aprenda e Repasse, que consiste em democratizar os conhecimentos adquiridos pelos servidores em ações de capacitação. Ao final do ano, através de recursos provenientes de créditos adicionais, foi formalizado o contrato com o CETREDE-UFC, com a finalidade de, através de diagnóstico realizado, inclusive com servidores das coordenadorias estaduais, apresentar um programa de valorização e qualificação de servidores para o exercício 2008.

Proposta de Plano de Carreira Cargos e Salários-PCCS.

A elaboração da proposta de um Plano de Carreira, Cargos e Salários-PCCS teve como fundamento as disposições contidas na Medida Provisória N° 2.048, de 29 de junho de 2000, que criou, reestruturou e organizou carreiras e cargos no âmbito da administração pública federal direta, fundacional e autárquica.

Buscou-se um aprofundamento maior na análise das carreiras e cargos organizados que apresentam um expressivo grau de similaridade com as atividades desenvolvidas pelo DNOCS, tanto no plano do que dispõe a Lei n° 10.204/2001 e do Decreto n° 4.650/2003, que estabeleceram suas competências, forma e área de atuação, como no plano da proposta de trabalho da nova administração que estabeleceu os fundamentos da nova fase que a instituição vivencia presentemente: a gestão do conhecimento e do patrimônio, a transversalidade das ações e a sinergia pelo viés da parceria.

A pesquisa sobre os níveis de remuneração foi feita, não só junto ao setor público, como junto ao setor privado relativamente às diversas categorias profissionais cujas atividades e níveis de complexidade se assemelham, tendo sido tomada, como base inicial, os vencimentos das tabelas das carreiras organizadas, em especial aquelas ligadas ao Ministério do Planejamento. Entende-se, por fim, que os conteúdos e os aspectos formais observados na reorganização das carreiras de que trata a referida medida provisória foram considerados na proposta do PCCS do DNOCS, conferindo-lhe consistência, tanto na formulação dos mecanismos, como no estabelecimento dos níveis de remuneração, muito próximos, por exemplo, dos da ANA, IBAMA, CODEVASF e INCRA, que são instituições com as quais desenvolvemos ações conjuntas em diversos segmentos da nossa área de atuação.

Necessidade de realização de concurso público.

A necessidade de realização de concurso público para o preenchimento das vagas geradas por aposentadorias e transferências, é extremamente urgente. Entretanto, cabem duas considerações acerca dessa questão: a revisão da proposta, inicialmente encaminhada ao Ministério do Planejamento no sentido de adequá-la às novas demandas criadas, em função dos contornos definidos pela transversalidade e visão social do governo, relativamente às políticas de corte regional e, que sejam ofertados níveis salariais minimamente atraentes, com possibilidades de ascensão na carreira que motivem a aquisição de profissionais competentes.

O fato do último concurso para o DNOCS ter ocorrido em 1964, logicamente houve o ingresso de novos servidores no decorrer desses 44 anos, entretanto essas admissões decorreram do aproveitamento de servidores contratados das antigas Tabela Especial e Emergencial, sem a devida seleção que o certame do concurso público exige. Daí a necessidade do aporte de novos talentos para atender satisfatoriamente as demandas a cargo desta Autarquia.

A solicitação para realização de concurso público para recomposição da sua força de trabalho foi encaminhado em 17-02-2004 ao Ministério da Integração Nacional que, em março do mesmo ano encaminhou à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para autorização do concurso. Em 19 de julho de 2006, o processo foi devolvido ao DNOCS para atualização das informações anteriormente prestadas em função do longo tempo decorrido sem que a proposta tenha tido o seu encaminhamento adequado. Em 8-03-2007 foi encaminhado novo processo para o Ministério da Integração Nacional, para ser submetido à apreciação da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando a autorização de concurso público para preenchimento de 240 cargos vagos do quadro de pessoal desta Autarquia, sendo: 50 cargos de Engenheiro Agrônomo, 20 de Engenheiro, 20 de Economista e 150 de Agente Administrativo. Tendo em vista a ausência de cargos vagos no antigo quadro de pessoal para as novas atividades em desenvolvimento e a serem desenvolvidas, foi também, solicitado concurso, com urgência, para a abertura de vagas para novos profissionais, extremamente necessários para os trabalhos especializados, nos seguintes quantitativos: 10 Programadores, 2 Geólogos, 29 Engenheiros de Pesca, 2 Psicólogos, 12 Analistas de Sistemas e 3 Arquivistas.

3.2.2 Coordenação de Recursos Logísticos-CRL

Licitação

Pelas informações fornecidas pela Coordenação de Recursos Logísticos da administração central foram realizadas 35 licitações, no exercício de 2007, sendo: 9 pregões eletrônicos pelo Sistema de Registro de Preço - SRP, 12 pregões eletrônicos, 4 pregões presenciais, 6 concorrências, 2 tomadas de preços, 1 dispensa de licitação e 1 de inexigibilidade de licitação. O valor referencial estimado das licitações foi de R\$ 272,29 milhões e o valor final de R\$ 264,65 milhões, resultando em economia de R\$ 7,63 milhões, um percentual de 2,80%.

Tabela 25 - Resumo das licitações.

Licitação	Número	Valor (R\$)			Economia
		Estimado	Final		
Pregão eletrônico (SRP)	9	8.521.371,48	7.809.620,45	711.751,03	8,53%
Pregão eletrônico	12	3.484.328,73	1.894.613,16	1.589.716,57	45,62%
Pregão presencial	4	152.213.710,53	150.015.320,82	2.198.389,71	1,44%
Concorrência	6	103.009.465,26	100.126.585,62	2.882.879,64	2,80%
Tomada de preço	2	3.710.438,02	3.461.989,46	248.448,56	6,70%
Dispensa de licitação	1	1.262.833,06	1.257.744,33	5.088,73	0,40%
Inexigibilidade de licitação	1	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00%
Total	35	272.292.148,08	264.655.873,84	7.636.274,24	2,80%

Fonte: Coordenação de Recursos Logísticos - CRL.

Os pregões presenciais, com valor referencial de R\$152,21 milhões, foram para aquisição de equipamentos, tubos e outros materiais, destacaram-se: a destinação de R\$103,88 milhões na implantação da primeira etapa do sistema adutor do Pajeú-PE; de R\$26,25 milhões para o Canal III do sistema adutor do Oeste-PE e R\$21,00 para a primeira etapa do projeto de irrigação do Baixo Acaraú e Tabuleiro de Russas-CE.

Pela modalidade de concorrência, o valor referencial de R\$103,00 milhões, foi para implantação de infra-estrutura: R\$78,16 milhões para implantação da barragem Figueiredo – CE, R\$9,24 milhões para a barragem Piaus – PI, R\$9,91 milhões para sistemas simplificados de abastecimento e R\$4,60 milhões para cobrir as despesas de gerenciamento do Plano de Aceleração de Crescimento – PAC.

3.3 Procuradoria Federal-PF.

3.3.1 Coordenação de Análise Jurídica-CAJ.

As atividades da Auditoria Interna são realizadas, com prévia programação aprovada pelo Diretor-Geral do DNOCS, através das auditorias de gestão, utilizando-se os métodos de amostragem e da análise seletiva junto a administração central, coordenadorias estaduais e perímetros irrigados. Em auditorias prévias e/ou concomitantes na administração central são analisadas todas as faturas, cujas despesas tenham sido empenhadas, referente a obras e instalações, para posterior liquidação e pagamento. A título de colaboração com a Coordenação de Recursos Financeiros-CRF, a auditoria interna vem analisando todas as prestações de contas de inúmeros convênios celebrados com estados, municípios e distritos de irrigação, para em seguida, se aprovadas, emitir os respectivos pareceres da auditoria conclusivos, tendo em vista que, de acordo com as declarações do Chefe de Serviço de Contabilidade-CSF, que não dispõe de pessoal tecnicamente capacitado. A Auditoria Interna do DNOCS integra o sistema de controle interno do poder executivo federal, tendo em vista o disposto no art. 14 do decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Pelo art. 14, as entidades da administração pública federal indireta, bem assim os serviços sociais autônomos, devem organizar as respectivas unidades de auditoria interna, com suporte necessário de recursos humanos e materiais, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle.

Apesar do apoio da Direção Geral, a Auditoria Interna vem enfrentando dificuldades no exercício de seus trabalhos, em especial no que diz respeito a recursos humanos, porquanto dispõe de apenas oito servidores responsáveis pela programação e execução de seu Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna-PAINT, documento contendo a programação dos trabalhos da Auditoria. O quadro atual da auditoria conta com um auditor (contador), uma contadora, três servidores de nível médio, graduados em ciências contábeis e administração, uma secretária e dois auditores terceirizados. O reduzido quadro de auditores e de pessoal de serviços auxiliares de digitação, arquivo e protocolo entre outros, vem prejudicando a implementação das atribuições de competência do segmento de serviços de auditoria de gestão e auditoria de gestão de pessoal. Para se ter uma idéia da dimensão da sua demanda, a Auditoria Interna é responsável pela: realização de auditorias de gestão das coordenadorias estaduais e perímetros irrigados encaminhados à CGU/CE; emissão de pareceres prévios em processos referentes a faturas, para posterior pagamento; emissão de despachos em prestações de contas de convênios, sugerindo sua aprovação pelo senhor ordenador de despesas; emissão de pareceres em diversos processos submetidos a sua apreciação; emissão de memorandos de matérias de interesse da instituição e elaboração de ofícios endereçados aos órgão de controles

internos e externos, Ministério Público, etc.

Quando da execução das auditorias em referência, foram apontadas diversas falhas, omissões e impropriedades nos relatórios. Cabe, portanto, aos ordenadores de despesas e gerentes de perímetros irrigados, observar com rigor as orientações produzidas pela auditoria, na forma, inclusive, recomendadas pelo Diretor-Geral, saneando, tempestivamente, as falhas, omissões e impropriedades apontadas pela Auditoria Interna. No que diz respeito ao atendimento às diligências procedentes do CGU, TCU, Ministério Público, etc, todos os processos endereçados à Auditoria foram atendidos, no prazo estipulado, inexistindo, portanto, qualquer pendência sob sua responsabilidade. Entretanto, muitas são as dificuldades quando as diligências em referência ficam na dependência de esclarecimentos a serem produzidos pelas demais unidades desta administração central (diretorias, PGE, etc), haja vista que, raramente as informações são encaminhadas aos órgãos de controle interno e externo, nos prazos estipulados, repercutindo, negativamente quando do julgamento das prestações de contas anuais, sob a responsabilidade de egrégia corte de contas (TCU), muito embora o assunto tenha sido objeto de expressas recomendações procedentes da direção geral, no sentido de que seja concedida absoluta prioridade no atendimento às solicitações advindas dessas entidades.

Quanto à necessidade de contratação e ampliação do quadro de servidores, o DNOCS encontra-se aguardando a autorização, pelo Ministério do Planejamento, objetivando a realização de concurso público para o preenchimento de sete cargos vagos na Auditoria, número necessário e suficiente ao exercício pleno de suas atividades. No que diz respeito aos recursos materiais, o atendimento não foi satisfatório.

Coordenação de Modernização e Informática-COMI
Nilo Alberto Lopes Barsi

Coordenação de Gestão Estratégica-CGE
Adbeel Goes Filho

Auditoria Interna-AUDI
Antônio Pinheiro de Freitas
Valmir José da Costa

Coordenação de Recursos Humanos-CRH
Marley Cisne de Moraes

Coordenação de Recursos Logísticos-CRL
José Falb Ferreira Gomes

Coordenação de Recursos Financeiros-CRF
Francisco Evaldo Braz Azevedo

Coordenação de Estudos e Projetos-CEP
José Berlan Silva Cabral

Coordenação de Obras-COB
Antônio Rebouças Sampaio

Coordenação de Tecnologia e Operações Agrícolas-CTA
Douglas Augusto Pinto Júnior

Coordenação de Pesca e Aqüicultura-CPA
Renata Teles Polary Borrigueiro

Centro de Pesquisas em Aqüicultura Rodolpho von Ihering-CPA/CA
Pedro Eymard Campos Mesquita

Centro de Pesquisas em Carcinicultura-CPA/CC
Simone Cardoso Façanha

Coordenadoria Estadual no Piauí-CEST-PI
José Carvalho Rufino

Coordenadoria Estadual no Ceará-CEST-CE
Antônio Eduardo Gonçalves Segundo

Coordenadoria Estadual em Pernambuco-CEST-PE
Fernando José Mendes Alcântara

Coordenadoria Estadual na Bahia-CEST-BA
Osanah Rodrigues Setúval

Coordenadoria Estadual no Rio Grande do Norte-CEST-RN
José Eduardo Alves Wanderley

Coordenadoria Estadual na Paraíba-CEST-PB
Solon Alves Diniz

Coordenadoria Estadual em Alagoas-CEST-AL
Carlos Antônio Ramos da Rocha (substituto)

Coordenadoria Estadual em Sergipe-CEST-SE
José Marcionílio da Rocha

Coordenadoria Estadual em Minas Gerais-CEST-MG
César Emílio Lopes de Oliveira

Coordenação de Análise Jurídica-CAJ
Francisco Rennys Aguiar Frota